Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 01
Visto

MENSAGEM Nº 059/2012

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Valemo-nos da presente Mensagem, para encaminhar a essa colenda Casa de Leis o Projeto de Lei que cria o novo Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

A elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do Município de Pato Branco foi embasada em fundamentos para se buscar a organização dos cargos públicos de provimento efetivo em planos de carreira, estruturado em oito capítulos:

O Capítulo I, que trata das disposições preliminares, apresenta a abrangência da Lei, os princípios e as diretrizes que a fundamentam, bem como os conceitos essenciais para entendimento do Plano.

O Capítulo II define os critérios de enquadramento e reenquadramento dos servidores na nova estrutura do Plano.

O Capítulo III foi subdividido em 3 Seções:

- Seção I: trata das promoções previstas em lei, disciplinando a evolução do servidor na carreira;
- Seção II: define alguns critérios a serem observados na avaliação de desempenho;
- Seção III: cria a Escola de Governo, vinculada à Secretaria de Administração e destinada à formação e ao desenvolvimento de pessoal.

O Capítulo IV estabelece regras gerais para a realização de concurso público e para a admissão no serviço público municipal.

O Capítulo V concede o direito à Licença Especial ao servidor público municipal.

O Capítulo VI estabelece critérios a serem seguidos para os profissionais médicos, na execução dos plantões médicos.

O Capítulo VII assegura aos servidores públicos municipais o direito à gratificação, decorrente do desempenho de atividades consideradas especiais.

O Capítulo VIII trata das disposições finais do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 02
Visto

As diretrizes constantes neste Plano representam um salto significativo da Administração Municipal em direção à modernização e ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas no serviço público.

Em consonância com os grandes avanços que estão sendo alcançados pela atual Administração, a proposta apresentada introduz o conceito de cargo multifuncional (união de atividades da mesma natureza de trabalho advindas de diversos cargos em um único, também podendo ser denominado CARGO LARGO, com segmentos de atividade), o que produziu uma enorme redução no número de denominações dos cargos até então existentes, facilitando a gestão dos mesmos num contexto de maior modernidade, consoante com o mercado de trabalho.

O Plano de Cargos não se destina apenas a regular relações jurídicas individuais, mas estabelecer uma lógica organizacional aos cargos, nos diferentes níveis de formação e atuação profissional, com o objetivo principal de materializar o reconhecimento da importância conferida a todos os servidores, consagrando o direito efetivo de cada servidor adquirido no desenvolvimento de suas atividades.

Assim, em decorrência da ausência de estrutura adequada, ocorre um contexto de grande evasão de profissionais qualificados, que partem em busca de melhores propostas advindas, até mesmo, da iniciativa privada.

Por todos esses motivos, encaminhamos o presente Projeto de Lei para que em tempo hábil possa tramitar visando sua implantação. Tal ato, inegavelmente, propiciará o caminhar do processo de efetiva democratização no âmbito municipal, sob a égide de uma estrutura racionalizadora e motivadora.

Considerando a necessidade da atual administração em concluir o programa de governo aprovado pela maioria da população pato-branquense, rogamos aos nobres edis que a matéria seja apreciada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 28 de março de 2012.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 03
Visto

PROJETO DE LEI Nº 74/2012

Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, denominado *PCCV*, composto por cargos multifuncionais e de curso superior, mediante a transformação dos atuais cargos de provimento efetivo, com a finalidade principal de:

I – proporcionar a valorização e a dignificação dos cargos exercidos pelos servidores públicos;

II – facilitar e agilizar a forma de suprir a demanda de serviços;

III – modernizar a Gestão de Pessoal, visando aos resultados a serem atingidos pela gestão municipal;

IV – promover a capacitação dos servidores públicos, de acordo com as necessidades e as demandas de serviços;

V – desburocratizar o processo de Desenvolvimento Profissional e de Gestão Pública Municipal.

Art. 2º O PCCV aplica-se aos servidores efetivos municipais regidos pela Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, exceto os servidores regidos pela Lei Municipal n.º 3.288, de 3 de dezembro de 2009, do quadro próprio do magistério.

Art. 3.º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS: é o conjunto de cargos e funções definidos para a execução das atividades inerentes ao serviço público municipal, com oportunidade de crescimento e valorização, em função do desempenho e do desenvolvimento funcional, de acordo com as diretrizes estabelecidas;

II – CARGO: é um conjunto de funções, atividades e responsabilidades referenciado pelos seguintes atributos:

a) Denominação própria;
b) Número de vagas;
c) Vencimentos, níveis e classes;
d) Atribuições;
e) Requisitos mínimos.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 04
Visto

III – VAGA: é cada posto de trabalho pertinente a um cargo, estando ou não ocupado;

IV – TABELA DE VENCIMENTOS: é composta por Classes e Níveis de Vencimentos, classificados de acordo com os cargos;

V – CLASSE DE VENCIMENTOS: agrupam cargos de igual amplitude de vencimentos, denominado *CV*;

VI – NÍVEIS DE VENCIMENTOS: são as unidades de amplitude dos vencimentos, dentro de cada classe de vencimentos, compostas por 54 níveis, obedecendo ao acréscimo de 2% (dois por cento) para cada um dos níveis, tomando-se por base o nível nº 1;

VII – CARGO MULTIFUNCIONAL: é a aglutinação de atribuições de mesma natureza de trabalho;

VIII – CARGOS DE CURSO SUPERIOR: reúne os cargos profissionais com formação mínima em curso superior;

IX – SEGMENTO DE ATIVIDADES: é a divisão do cargo multifuncional em funções e atividades, classificadas conforme a habilitação, a responsabilidade, a habilidade, a qualificação, o grau de complexidade e o esforço físico;

X – CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PARA A FUNÇÃO: é o documento legal emitido pelo município depois de verificados os critérios legal e regulamentar para que o servidor possa desempenhar a nova função, dentro do segmento de atividades do cargo multifuncional, mediante regulamentação;

XI – FUNÇÃO: é o encargo de atividades atribuído ao servidor;

XII – FATOR DE CORREÇÃO: são os atenuantes a serem considerados no processo de avaliação funcional decorrentes da disponibilidade e/ou da adequação de material de consumo, material permanente, equipamentos, veículos, instalação e pessoal;

XIII – RESTRIÇÃO DE FUNÇÃO: é a limitação do desempenho da função dentro de um segmento de atividades;

XIV – READAPTAÇÃO FUNCIONAL: é a necessidade de o servidor desempenhar outras funções compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em avaliação médica;

XV – CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO: são os cursos exclusivamente relacionados às atribuições do cargo ocupado pelo servidor ou às funções efetivamente por ele desempenhadas.

Art. 4.º Este PCCV passa a ser constituído por cargos classificados em:

I – Multifuncionais:

a) Agente de Apoio – Reúne as funções do pessoal de apoio:

1. Operacional: classificadas de acordo com a qualificação, a habilidade de manipulação de materiais e de ferramental de serviço, a operação e a manutenção de máquinas, veículos e equipamentos;
2. À educação e bem estar social: classificadas de acordo com a habilitação.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 05 Visto

b) Assistente em Gestão – Reúne as funções com formação específica mínima de ensino médio, cursos técnicos ou profissionalizantes regulares, com atividades tipicamente técnicas ou administrativas;

c) Assistente em Saúde – Reúne as funções com formação específica mínima de ensino médio, cursos técnicos ou profissionalizantes regulares na área da saúde;

II – De Curso Superior – Reúne os cargos e as funções profissionais com formação mínima em curso superior.

Art. 5.º Fazem parte deste Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos:

I. Estrutura de Cargos: Anexo I;

II. Tabelas de Vencimentos: Anexo II;

III. Tabela de Equivalência para o Enquadramento dos Cargos e Funções: Anexo III.

Art. 6.º O MANUAL DE CARGOS conterá, além da estrutura de cargos constante no Anexo I desta Lei, a seguinte composição:

I. A denominação do cargo;

II. A descrição detalhada da função;

III. Os requisitos mínimos exigidos para o desempenho de cada atividade.

Parágrafo único. O Manual de Cargos a que se refere o *caput* deste artigo será instituído por ato do Poder Executivo no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 7.º O Poder Executivo Municipal procederá mediante Portaria, a ser publicada em Diário Oficial, o enquadramento e o reenquadramento dos servidores neste PCCV, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei, dispostos da seguinte maneira:

I. ENQUADRAMENTO:

a) Nome;
b) Cargo;
c) Data de Admissão;
d) Nível de Vencimento.

II. REENQUADRAMENTO:

a) Novo Cargo;
b) Nível de Vencimento;
c) Segmento de Atividade ou Função.

Art. 8.º Para implantação deste Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, previstos nesta Lei, os atuais servidores públicos municipais, aprovados em concurso, serão submetidos a reenquadramento funcional, ajustados dentro da estrutura dos cargos públicos municipais e respectivos níveis de vencimentos previstos

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 06
Visto

nas Tabelas de Vencimentos e de Equivalência para enquadramento dos cargos, com base nas funções que os mesmos estejam exercendo.

§ 1.º Para efeito de reenquadramento, os atuais níveis representados pelo "Piso de Admissão" e pelas letras de "a" a "o", corresponderão aos números de "1" a "16", respectivamente.

§ 2.º O servidor será reenquadrado na tabela correspondente ao nível de escolaridade que foi exigido como prerrequisito, no ato de admissão, para os cargos que possuem esta classificação.

Art. 9.º Para efeitos de reenquadramento no cargo multifuncional, o servidor será designado para a mesma função e segmento de atividades em que estiver atuando.

Parágrafo único. Os servidores que prestaram concurso para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Concurso Público Municipal Edital nº 01/1996, e que ingressaram automaticamente na função administrativa, cumprindo o estágio probatório neste segmento de atividades, poderão optar, no ato de reenquadramento, entre os cargos multifuncionais, Agente de Apoio ou Assistente em Gestão.

CAPÍTULO III
DA CARREIRA

Seção I
Das Promoções

Art. 10. O servidor poderá avançar na carreira por meio de 4 (quatro) modalidades de promoção:

I – Progressão Diagonal;
- **a)** por mérito;
- **b)** por titulação;
- **c)** por qualificação.

II – Progressão Vertical por Formação;
III – Progressão Funcional;
IV – Ascensão.

Art. 11. A Progressão Diagonal é o aumento do valor recebido pelo servidor a título de vencimento, por meio da elevação de 1 (um) nível de vencimento para outro, imediatamente superior àquele a que pertence, dentro da mesma classe e a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício.

a) Por Mérito, podendo o servidor progredir até 4 (quatro) níveis em relação aquele em que se encontra, conforme nota obtida em avaliação de desempenho funcional.

b) Por Titulação, podendo o servidor progredir de acordo com a escolaridade, independentemente de o curso ser dentro da área de atuação, de acordo com os seguintes critérios:

1. Certificado de conclusão de Ensino Médio, para os ocupantes de cargo em que este não é exigido: **1 (um) nível.**

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 07 Visto

2. Certificado de Conclusão de Nível Superior, para os ocupantes de cargo em que este não é exigido: **2 (dois) níveis;**

3. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização *lato sensu*, obtido de forma legal, de acordo com o sistema universitário: **2 (dois) níveis.**

c) Por qualificação, por meio de capacitação, com o avanço de 1 (um) nível diagonal a cada 180 (cento e oitenta) horas de cursos na área de atuação.

§ 1.º Os servidores que concluírem os cursos referidos nos subitens 1, 2 e 3 do item "b" deste artigo, durante o período de estágio probatório, farão jus à respectiva progressão somente após a conclusão do estágio, sem efeito retroativo.

§ 2.º A progressão diagonal por qualificação fica limitada a uma referência a cada 2 (dois) anos.

§ 3.º Os cursos pontuados para efeito da Progressão Vertical por Formação não poderão ser pontuados novamente para a progressão diagonal por titulação.

§ 4.º Os cursos de capacitação, para fins de pontuação, deverão ser utilizados uma única vez.

Art. 12. A Progressão Vertical por Formação é a ascensão funcional do servidor de uma classe de vencimento para outra, feito por critério exclusivo de formação profissional e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – Do Nível Médio para o Nível Técnico: ter concluído curso técnico reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), dentro da área de atuação;

II – Do Nível Técnico para o Nível Superior: ter concluído curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), dentro da área de atuação;

III – Quando o exercício da profissão exigir, o servidor deverá possuir registro no Conselho de Classe da Categoria a que pertence;

IV – A Progressão Vertical por Formação resultará na alteração do padrão de vencimento, decorrente da formação profissional dentro da função desempenhada, não podendo ocorrer alteração do cargo do concurso.

V – Ter cumprido o estágio probatório.

Artigo 13. A Progressão Funcional é a possibilidade de desempenhar uma nova função dentro do mesmo cargo, após identificar a sua nova aptidão funcional dentro de diretrizes estabelecidas, e tomar posse de certificação, dentro do Programa de Desenvolvimento de Pessoal e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos básicos:

a) Posse de certificação quanto à qualificação necessária ao desempenho de nova função;

b) Existência de demanda de serviços dentro da nova função e do segmento de atividades;

c) Ter cumprido o estágio probatório, exceto se o servidor não puder mais desempenhar a função decorrente de restrição de função ou de necessidade de readaptação funcional, mediante comprovação por avaliação médica.

§ 1.º Preenchidos todos os requisitos, o servidor deverá aguardar a existência de pessoal para substituí-lo em suas atividades, para posteriormente ser reenquadrado para a nova função.

ASSESSORIA JURÍDICA

§ 2.º A aptidão do servidor para o desempenho da nova função será objeto de avaliação de desempenho, pelo período de 1 (um) ano:

1. Sendo considerado APTO, o servidor somente será afastado da nova função:
   - **a)** a pedido, com direito ao retorno para a função anteriormente ocupada;
   - **b)** decorrente de restrição de função, mediante comprovação por laudo médico expedido por junta médica oficial;
   - **c)** em caso de nova progressão funcional para outra função.
2. Sendo considerado INAPTO, o servidor:
   - **a)** retornará às funções anteriormente desempenhadas;
   - **b)** não poderá ser desligado do serviço público;
   - **c)** não poderá ser impedido de pleitear progressão funcional para outra função.

§ 3.º Após o servidor ter sido considerado APTO para a nova função, poderá ocorrer a mudança da classe de vencimento, conforme a classificação estabelecida pelo Anexo I – Estrutura de Cargos ou ser gratificado nos moldes do item VIII do artigo 33 desta lei.

§ 4.º Caso haja mais servidores pleiteando a progressão funcional para a mesma função e exista uma limitação na demanda de serviços, terá preferência aquele que for mais bem avaliado no Programa de Desenvolvimento de Pessoal.

§ 5.º Sempre que houver vagas em cargos ou funções, não preenchidos pelos servidores públicos estáveis, o Poder Executivo poderá proceder ao seu preenchimento por meio de concurso público.

§ 6.º O servidor poderá obter mais de um Certificado de Qualificação, dentro do Programa de Desenvolvimento de Pessoal, podendo estar habilitado para desempenhar mais de uma função.

§ 7.º Os servidores que já estiverem atuando em função diversa daquela do concurso, decorrente de restrição ou readaptação de função, conforme laudo médico, há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses, ficam desobrigados do cumprimento previsto nos §§ 2.º e 3.º deste artigo, para efeito de progressão funcional.

§ 8.º Periodicamente, a Secretaria de Administração, por meio do Órgão de Recursos Humanos, apurará junto aos setores competentes a necessidade de novas demandas de serviços e repassará essa informação a todos os servidores, antecipadamente e em tempo hábil, para efeitos de progressão funcional.

Art. 14. A ascensão consiste na passagem do servidor, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de um cargo para outro.

§ 1.º Nos casos de ascensão, o servidor será enquadrado na referência inicial do padrão correspondente ao cargo para o qual prestou concurso, independentemente do tempo de serviço já prestado ao Município de Pato Branco.

§ 2.º Ao servidor que for ascendido, conforme o disposto neste artigo, será garantido o percentual de adicional por tempo de serviço por ele prestado ao Município de Pato Branco, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco.

ASSESSORIA JURÍDICA

§ 3.º Caso seja considerado inabilitado no estágio probatório, o servidor será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, nos termos do artigo 35 da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 4.º A promoção prevista no caput deste artigo, consiste na participação do servidor em concurso público municipal com ampla concorrência, sendo vedada a sua aplicação em concurso público interno.

Art. 15. Não poderão ser computados para efeitos de promoção prevista nesta Lei os cursos que foram exigidos como prerrequisito para o exercício do cargo.

Art. 16. Não terá direito à promoção o servidor que:

I – tiver faltado no serviço, sem motivo justificado, em dias consecutivos ou alternados e em número de dias úteis igual ou superior a 10 (dez) dias;

II – tenha sofrido penalidade decorrente de Processo Administrativo Disciplinar;

III – estiver em licença para tratamento de assuntos particulares.

§ 1.º As faltas em horas serão somadas e transformadas em dias para efeito do item I deste Artigo;

§ 2.º O tempo a ser computado para os efeitos deste Artigo deverá ser efetuado dentro do período a que o servidor estiver submetido ao processo de avaliação.

Art. 17. O direito de promoção obedecerá rigorosamente, além dos critérios e requisitos previstos nesta lei, ao seguinte:

DIREITO À PROMOÇÃO	**Agente de apoio**	**Assistente em Gestão**	**Assistente em Saúde**	**Cargos de Curso Superior**
* PD por mérito	Sim	Sim	Sim	Sim
* PD por titulação	Sim	Sim	Sim	Sim
* PD por qualificação	Sim	Sim	Sim	Sim
Progressão Vertical por formação	**	Sim	Sim	Não
Progressão Funcional	Sim	Sim	Sim	***
Ascensão ****	Sim	Sim	Sim	Sim

* PD – Promoção Diagonal;
** Exclusivamente para a função de Auxiliar de Educação Infantil;
*** Para atuação a nível de especialização, nos moldes do item VIII do artigo 33, desta lei;
**** Promoção a ser concedida, decorrente de participação em concurso público de ampla concorrência, nos moldes do Capítulo IV, desta lei.

Parágrafo Único O avanço do servidor na carreira, por meio das modalidades Progressão Diagonal e Progressão Vertical por Formação, ocorrerá somente a cada 2 (dois) anos, apurado no mês de outubro do respectivo ano, sem

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 10
Visto

efeito retroativo, após a prévia homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal mediante Portaria.

Seção II
Da Avaliação de Desempenho para fins de Promoção

Art. 18. Para efeito de promoção no serviço público, deverão ser adotados, no mínimo, 5 (cinco) dos seguintes fatores na avaliação de desempenho:

a) Assiduidade;
b) Disciplina;
c) Capacidade de Iniciativa;
d) Produtividade;
e) Responsabilidade;
f) Preparo Profissional;
g) Comunicação;
h) Cooperação;
i) Experiência Prática;
j) Capacitação Profissional;
k) Atenção e Qualidade no Trabalho;
l) Produção e Rendimento;
m) Agilidade Mental e Raciocínio;
n) Agilidade Física e Manual;
o) Interesse pelo Trabalho;
p) Flexibilidade;
q) Trabalho em Equipe;
r) Liderança;
s) Relacionamento Pessoal;
t) Planejamento e Organização;
u) Gestão de Recursos;
v) Gestão das Condições de Trabalho.

§ 1.º A cada fator serão atribuídos pontos e pesos determinados por regulamento.

§ 2.º Outros fatores poderão ser adotados, devendo sempre ser compatíveis com as atribuições do cargo e da função.

Art. 19. Caso o servidor discorde da nota obtida no processo de avaliação, ser-lhe-á facultado solicitar pedido de reconsideração ao avaliador que a houver proferido.

§ 1.º Do pedido de reconsideração caberá recurso à autoridade imediatamente superior do avaliador que houver proferido a decisão, e, sucessivamente em escala permanente, às demais autoridades e, em última instância ao Secretário da pasta;

§ 2.º O recurso será encaminhado pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho;

§ 3.º O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 10 (dez) dias, a contar da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida;

§ 4.º Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do pedido de reconsideração.

Seção III
Da Escola de Governo

Art. 20. Fica instituída a Escola de Governo do Município de Pato Branco, destinada à Formação e ao Desenvolvimento de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais do Município de Pato Branco.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls Visto

Art. 21. Caberá à Escola de Governo promover a execução da gestão do Programa de Desenvolvimento de Pessoal com a seguinte finalidade:

I – Capacitar o servidor para a aquisição de novas habilidades, sistematizando o processo de valorização, aprendizagem e captação de novos talentos;

II – Conceder o Certificado de Qualificação para a função, visando promover o servidor na carreira funcional;

III – Estabelecer e desenvolver a profissionalização por meio da educação permanente dos servidores municipais;

IV – Promover a articulação intersetorial para o planejamento estratégico de desenvolvimento profissional sob medida;

V – Incentivar e priorizar o recrutamento de profissionais qualificados dentro do quadro de servidores do município;

VI – Instituir como instrumento de planejamento o Plano Anual de Capacitação ao Servidor Público Municipal, assegurando-se da seguinte estrutura básica:

a) Bases éticas e legais;
b) Fundamentação decorrente da Avaliação de Desempenho, do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos e da Segurança e Saúde do Trabalhador;
c) Público-alvo;
d) Garantia de acesso, levando-se em consideração o perfil profissional e a atividade;
e) Conteúdo Programático adequado à prática dos serviços;
f) Metodologia de ensino;
g) Carga horária;
h) Orçamento Anual para o Programa de Desenvolvimento de Pessoal;
i) Certificação de qualificação para a função.

VII – Dar publicidade às práticas na área de desenvolvimento profissional, instituindo canais de comunicação direta com os servidores municipais;

VIII – Propor sistema de monitoramento, avaliação e intervenção educativa à segurança e à saúde do trabalhador, considerando as ausências no trabalho e a adesão aos exames preventivos periódicos e aos equipamentos de proteção individual;

IX – Racionalizar investimentos e potencializar capacidades do servidor público municipal;

X – Promover e apoiar o servidor público municipal em suas iniciativas de capacitação para o desenvolvimento de competências em conformidade ao plano de carreiras e aos interesses do município;

XI – Propor incentivos para as iniciativas de capacitação promovidas por servidores, mediante o aproveitamento de habilidades e de conhecimentos de seu quadro de pessoal;

XII – Estimular a participação do servidor em ações de educação ao longo de sua vida funcional;

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 12 Visto

XIII – Fomentar a divulgação do conhecimento a respeito da gestão pública municipal por meio de estudos, eventos, seminários, atividades e intercâmbios culturais e periódicos;

XIV – Para atingir sua finalidade, a Escola de Governo poderá gerenciar a celebração de convênios e acordos de cooperação técnica com escolas, órgãos públicos, empresas privadas ou filantrópicas, visando ao aperfeiçoamento de pessoas;

Art. 22. A Escola de Governo será administrada pela Secretaria de Administração, em cujo orçamento serão definidos os recursos a serem empregados na formação e no desenvolvimento de servidores público municipais.

Parágrafo único. Deverá compor o Orçamento Anual para o Programa de Desenvolvimento de Pessoal todos os valores descontados em folha de pagamento dos servidores a título de faltas, atrasos ou decorrente de outras penalidades, sem prejuízo dos demais valores a serem definidos.

Art. 23. O Poder Executivo Municipal procederá à regulamentação da Escola de Governo, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO IV
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 24. O concurso público para provimento de cargos no âmbito da administração direta do Município de Pato Branco reger-se-á pelas normas estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos e pelo disposto na presente Lei, bem como será autorizado por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas e das necessidades da Administração.

Art. 25. Ocorrendo vaga em cargo de carreira, o Prefeito Municipal determinará a expedição de Portaria autorizando a abertura do respectivo concurso e nomeando a Comissão Organizadora, composta por, no mínimo, 3 (três) membros integrantes do quadro de servidores efetivos do município.

Art. 26. Autorizado o concurso, a Secretaria de Administração expedirá Edital que será assinado pelo Prefeito Municipal, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias para as inscrições, contados da data de sua publicação no órgão oficial do município e que será divulgado, também, pela imprensa local.

Parágrafo único. As provas do concurso público não poderão ser realizadas antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições.

Art. 27. Fica assegurado às pessoas portadoras de necessidades especiais o mínimo de 5% (cinco por cento) do total de vagas de cada cargo público.

Parágrafo único. Quando, nas operações aritméticas necessárias à apuração do número de vagas reservadas, o resultado obtido não for um número

ASSESSORIA JURÍDICA 12

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 13 Visto

inteiro, desprezar-se-á a fração inferior a 1/2 (meio) e arredondar-se-á a unidade imediatamente a que for igual ou superior.

Art. 28. Com motivo devidamente justificado, o Prefeito Municipal poderá antes da homologação suspender, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos qualquer direito a reclamação, exceto a devolução do valor cobrado a título de taxa de inscrição.

Art. 29. O servidor nomeado para ocupar cargo público municipal fica sujeito a estágio probatório, nos termos do artigo 25, da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 1.º São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 2.º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 3.º A avaliação de desempenho no estágio probatório obedecerá a critérios estabelecidos em regulamento próprio.

Art. 30. O Poder Executivo Municipal expedirá o Regulamento Geral de Concurso Público, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO V
DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 31. O servidor público terá direito a Licença Especial de 90 (noventa) dias, a cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados a partir da publicação desta Lei.

§ 1.º As faltas individuais injustificadas ao serviço, retardarão o período aquisitivo da licença especial, na proporção de 1 (um) mês para cada falta;

§ 2.º Em caso de penalidade disciplinar de suspensão, o período aquisitivo da licença especial ficará retardado na proporção de 2(dois) anos, para cada penalidade aplicada;

§ 3.º Não terá direito a Licença Especial os servidores que no período aquisitivo, possuírem em atestados médicos, somatória igual ou superior a 90 dias;

§ 4.º A concessão da licença especial obedecerá a critérios estabelecidos em regulamento próprio.

CAPÍTULO VI
DO PLANTÃO MÉDICO

Art. 32. Os médicos plantonistas devem ficar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde aguardando a definição da escala, que poderá ser em qualquer dia útil ou não, da semana e definida de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 14 Visto

§ 1.º O médico plantonista deverá cumprir, no mínimo:

a) 12 (doze) horas de plantão semanal por semana, acumulando 48 (quarenta e oito) horas de plantão semanal por mês;

b) 24 (vinte e quatro) horas de plantão de final de semana por mês.

§ 2.º Somente serão permitidas substituições entre os próprios médicos plantonistas, com motivo devidamente justificado, com a autorização do Diretor Clínico nomeado em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

§ 3.º A falta ao plantão e/ou os atrasos reiterados de forma injustificada serão levados ao conhecimento do Poder Executivo Municipal para a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 4.º As escalas de plantão médico deverão permanecer afixadas em local visível, com as assinaturas do Diretor Clínico nomeado e do Gestor Municipal de Saúde, e arquivadas na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5.º Em caso de urgência, outros servidores concursados ocupantes do cargo de médico poderão ser escalados para o plantão e para o atendimento de urgências e emergências, desde que haja compatibilidade de horários.

§ 6.º Respeitado o mínimo estabelecido pelo § 1.º deste artigo, a quantidade e a prioridade na execução dos demais plantões a serem distribuídos pelo Diretor Clínico, em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, deverão seguir critérios que envolvam produtividade, desempenho, disciplina, assiduidade e pontualidade.

CAPÍTULO VII
DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 33 Aos servidores regidos por este PCCV ficam asseguradas as seguintes gratificações, incidentes sobre o vencimento de que trata o artigo 46 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, quando forem atribuídas responsabilidades que requerem dedicação além das atividades e atribuições normais do cargo do concurso, nas seguintes funções especiais:

I. Pela participação em Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho;

II. Por Responsabilidade Técnica exigida e regulamentada em lei própria;

III. Quando em função da essencialidade e urgência do serviço público, o servidor tenha que cumprir escala de trabalho, aos sábados, domingos ou feriados, ressalvado o descanso semanal remunerado mínimo, previsto em lei;

IV. Pelo acúmulo de funções;

V. Pela responsabilidade na Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

VI. Por atingir metas de produtividade e desempenho, especificadas em regulamento próprio;

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 15 Visto

VII. Por Funções de Confiança, decorrentes de atribuições e responsabilidades de direção, chefia e/ou assessoramento;

VIII. Por Especialização, quando o exercício da função depender, sob pena de ser considerado exercício ilegal da profissão, exclusivamente para cargos de curso superior.

§ 1.º Fica a critério do Prefeito Municipal estabelecer o percentual de gratificação a ser concedido, nas funções especiais, observados os seguintes critérios:

a) Até o limite de 50% (cinqüenta por cento), nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo;

b) Até o limite de 100% (cem por cento), na situação prevista no inciso VII deste artigo.

c) Quando concedidas de forma acumulada, nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo, o máximo permitido será de 100% (cem por cento);

§ 2.º O percentual de gratificação por especialização deverá ser de 30% (trinta por cento), somente podendo haver redução proporcional na situação em que o servidor não atue em nível de especialização na totalidade da carga horária do concurso.

§ 3.º Em casos específicos, a gratificação poderá ser concedida de forma condicional, devendo o ato de concessão conter de forma expressa as situações em que a mesma poderá ser suspensa ou cancelada.

§ 4.º Não terão direito à gratificação por especialização os servidores que já foram admitidos pelo concurso, tendo como prerrequisito a formação de especialização para o exercício do cargo, sendo que por esta razão são remunerados por uma tabela de vencimentos diferenciada, decorrente da formação exigida.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Fica estabelecido o mês de março como data base da categoria.

Parágrafo único. Fica adotado como índice oficial do município para apuração das perdas salariais do período o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 35. É vedada a alteração de carga horária para o cargo ao qual o servidor prestou o concurso público.

Parágrafo único. Após a aprovação desta Lei, todos os servidores deverão retornar à carga horária original prevista nesta Lei e estabelecida no edital regulador do concurso público.

Art. 36. Para operacionalizar o PCCV dos Servidores Públicos Municipais, o Poder Executivo expedirá as seguintes regulamentações:

I – Manual de Cargos e Funções;

II – Regulamento Geral de Concurso Público;

III – Regulamento Especial de Avaliação de Desempenho;

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 16
Visto

IV – Regulamento Geral do Programa de Desenvolvimento de Pessoal;
IV – Regulamento para Concessão de Licença Especial;
V – Regulamento de Prioridades na Execução de Plantões Médicos;
VI – Regulamento Especial para Concessão de Gratificações.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.368, de 28 de julho de 1995, a Lei Municipal n.º 1.369, de 28 de julho de 1995, a Lei Municipal n.º 1.420, de 27 de dezembro de 1995, e a Lei Municipal n.º 2.121, de 28 de dezembro de 2001, e todas as suas posteriores alterações.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 17
Visto

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS

CARGOS MULTIFUNCIONAIS

AGENTE DE APOIO

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	**Nº TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
Agente de Apoio	1180	40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES		
ATIVIDADES	**FUNÇÕES**	**CLASSE DE VENCIMENTO**
Cozinha e merenda escolar	Cozinheira; Merendeira; Auxiliar de Cozinha; Padeiro.	Classe 2
Educação e bem-estar social	Auxiliar de Centro de Educação Infantil – Nível Operacional (não envolvendo atividades educacionais).	Classe 3
	Auxiliar de Educação Infantil – Curso Magistério.	Classe 5
	Auxiliar de Educação Infantil – Curso Superior.	Classe 6
	Mãe Social; Agente Social.	Classe 3
	Instrutor de Aprendizagem	Classe 5
Operacionalização das atividades de trânsito	Agente de Trânsito. Fiscal de Trânsito.	Classe 4
Manutenção de máquinas e equipamentos	Borracheiro.	Classe 3
	Soldador; Chapeador; Eletricista Automotivo.	Classe 5
	Mecânico.	Classe 6
	Mecânico de Máquinas Pesadas.	Classe 7
Obras e serviços	Serralheiro; Mestre de Obras; Pedreiro; Pintor; Carpinteiro; Marceneiro.	Classe 5
	Eletricista Predial; Blaster.	Classe 4
	Eletricista Oficial.	Classe 5
	Eletricista Eletrotécnico.	Classe 6
	Eletrotécnico (em extinção).	Classe 18
Operação de máquinas	**Operador de Máquinas Categoria 1:** Operador de Máquinas de Britador; Operador de Mesa Vibroacabadora; Máquina de Pintura de Faixas; Máquinas de	Classe 6

17
ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 18 Visto

	fabricar meio-fio; Máquina de cortar asfalto; Roçadeira Tobata, Roçadeira de Pneu, Capinadeira, Operador de Usina de Asfalto.	
	Operador de Maquinas Categoria 2: Retroescavadeira; Escavadeira Hidráulica; Motoniveladora; Trator de Lâmina; Carregadeira; Fresadora de Asfalto; Rolo Compactador; Vibroacabadora.	Classe 7
Limpeza e serviços leves.	Zelador; Faxineiro; Servente de Limpeza; Gari de Limpeza de Rua; Monitor de ônibus.	Classe 1
Horta, jardinagem e paisagismo.	Jardineiro.	Classe 1
Serviços fatigantes	Operador de Caldeira; Coveiro; Gari de Caminhão; Marteleteiro; Marroeiro; Espargidor de Asfalto; Auxiliar de Serviço Braçal (encarregado em realizar serviços de poda, capina, roçada, juntada de entulhos).	Classe 3
Lavagem, lubrificação e abastecimento de veículos	Lavador; Lubrificador; Frentista.	Classe 2
Telefonia	Telefonista.	Classe 2
Transporte de veículos	**Motorista Categoria 1:** Condutor de veículos que exijam CNH Categorias "B" ou "C".	Classe 5
	Motorista Categoria 2: Condutor de veículos que exijam CNH Categorias "D" ou "E".	Classe 6
Vigilância e segurança	Vigia; Segurança.	Classe 2
Auxiliar de Serviços Gerais	Monitor de ônibus; Contínuo; Auxiliar de Serviços Gerais (demais atividades não compreendidas nas classificações acima em nível operacional).	Classe 1

ASSISTENTE EM GESTÃO

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 19
Visto

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	**Nº TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
Assistente em Gestão	200	40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES	
ATIVIDADES	**FUNÇÕES**
Atividades Administrativas	Assistente Administrativo; Secretária; Assistente Contábil; Assistente de Administração, Orçamento e Finanças Públicas; Assistente de Informações Técnicas, Culturais e Desportivas; Assistente de Assistência e Desenvolvimento Social.
Fiscalização	Fiscal de Tributos; Fiscal do Consumidor; Fiscal de Obras; Fiscal de Vigilância Sanitária; Fiscal de Limpeza Urbana.
Segurança do Servidor	Técnico em Segurança do Trabalho.
Edificações	Desenhista Técnico; Técnico em Edificações; Assistente de Desenvolvimento Urbano.
Agricultura e Meio Ambiente	Técnico Agrícola; Assistente de Desenvolvimento Ambiental.
Topografia e Geomensura	Topógrafo.
Informática	Assistente de Informática.

TABELA DE VENCIMENTOS	
NÍVEL	**CLASSE DE VENCIMENTO**
Médio	8
Técnico	9
Superior	10

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 20 Visto

ASSISTENTE EM SAÚDE

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	**Nº TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
Assistente em saúde	200	20 horas 30 horas 40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES	
ATIVIDADES	**FUNÇÕES**
Enfermagem	Auxiliar de enfermagem.
	Técnico de enfermagem.
Farmácia	Auxiliar de farmácia.
	Técnico de farmácia.
Higiene dental	Auxiliar de higiene dental.
	Técnico de higiene dental.
Laboratório	Auxiliar de laboratório.
	Técnico de laboratório.
Vigilância em saúde	Auxiliar de saneamento.
	Técnico em Saneamento; Técnico em Alimentos.
Raio X	Técnico de Raio X.

TABELA DE VENCIMENTOS		
Nível	**Carga Horária**	**Classe de Vencimento**
Médio	30 horas	11
Técnico	30 horas	12
Superior	30 horas	13
Médio	40 horas	14
Técnico	40 horas	15
Superior	40 horas	16

TABELA DE VENCIMENTOS – EXCLUSIVO TÉCNICO DE RAIO X

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 21
Visto

Técnico	20 horas	12
Superior	20 horas	13

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

Nº TOTAL DE VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CLASSE DE VENCIMENTO
4	Administrador	40 horas	19
8	Advogado	40 horas	22
6	Arquiteto	40 horas	22
2	Assistente em Tecnologia da Informação	40 horas	18
20	Assistente Social	30 horas	19
10	Educador Social	30 horas	18
2	Biomédico	20 horas	17
6	Contador	40 horas	19
45	Enfermeiro	30 horas	19
		40 horas	21
3	Engenheiro Agrônomo	40 horas	19
2	Engenheiro Ambiental	40 horas	19
6	Engenheiro Civil	30 horas	22
15	Farmacêutico Bioquímico	20 horas	17
	Farmacêutico de Farmácia	40 horas	20
	Farmacêutico Industrial	40 horas	20
6	Fisioterapeuta	20 horas	17
6	Fonoaudiólogo	20 horas	17
130	Médico	20 horas	23
		30 horas	24

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 22
Visto

	Médico Plantonista	Plantão	26
		Plantão	27
	Médico Generalista. Médico Estratégia Saúde da Família.	40 horas	25
5	Médico Veterinário	30 horas	20
5	Nutricionista	20 horas	17
35	Odontólogo	20 horas	17
		40 horas	22
	Odontólogo com especialização	20 horas	19
20	Psicólogo	20 horas	17
2	Terapeuta Ocupacional	20 horas	17

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 23
Visto

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO MULTIFUNCIONAL
AGENTE DE APOIO

Classe 1 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
754,12	769,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 2 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
791,81	807,65	823,48	839,32	855,15	870,99	886,83	902,66	918,50
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
934,34	950,17	966,01	981,84	997,68	1.013,52	1.029,35	1.045,19	1.061,03
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.076,86	1.092,70	1.108,53	1.124,37	1.140,21	1.156,04	1.171,88	1.187,72	1.203,55
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.219,39	1.235,22	1.251,06	1.266,90	1.282,73	1.298,57	1.314,40	1.330,24	1.346,08
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.361,91	1.377,75	1.393,59	1.409,42	1.425,26	1.441,09	1.456,93	1.472,77	1.488,60
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.504,44	1.520,28	1.536,11	1.551,95	1.567,78	1.583,62	1.599,46	1.615,29	1.631,13

Classe 3 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
867,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 4 (Valores em R$)

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 24
Visto

1	2	3	4	5	6	7	8	9
935,39	954,10	972,81	991,51	1.010,22	1.028,93	1.047,64	1.066,34	1.085,05
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.103,76	1.122,47	1.141,18	1.159,88	1.178,59	1.197,30	1.216,01	1.234,71	1.253,42
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.272,13	1.290,84	1.309,55	1.328,25	1.346,96	1.365,67	1.384,38	1.403,09	1.421,79
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.440,50	1.459,21	1.477,92	1.496,62	1.515,33	1.534,04	1.552,75	1.571,46	1.590,16
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.608,87	1.627,58	1.646,29	1.664,99	1.683,70	1.702,41	1.721,12	1.739,83	1.758,53
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.777,24	1.795,95	1.814,66	1.833,36	1.852,07	1.870,78	1.889,49	1.908,20	1.926,90

Classe 5 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.000,65	1.020,66	1.040,68	1.060,69	1.080,70	1.100,72	1.120,73	1.140,74	1.160,75
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.180,77	1.200,78	1.220,79	1.240,81	1.260,82	1.280,83	1.300,85	1.320,86	1.340,87
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.360,88	1.380,90	1.400,91	1.420,92	1.440,94	1.460,95	1.480,96	1.500,98	1.520,99
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.541,00	1.561,01	1.581,03	1.601,04	1.621,05	1.641,07	1.661,08	1.681,09	1.701,11
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.721,12	1.741,13	1.761,14	1.781,16	1.801,17	1.821,18	1.841,20	1.861,21	1.881,22
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.901,24	1.921,25	1.941,26	1.961,27	1.981,29	2.001,30	2.021,31	2.041,33	2.061,34

Classe 6 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.065,91	1.087,23	1.108,55	1.129,86	1.151,18	1.172,50	1.193,82	1.215,14	1.236,46
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.257,77	1.279,09	1.300,41	1.321,73	1.343,05	1.364,36	1.385,68	1.407,00	1.428,32
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.449,64	1.470,96	1.492,27	1.513,59	1.534,91	1.556,23	1.577,55	1.598,87	1.620,18
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.641,50	1.662,82	1.684,14	1.705,46	1.726,77	1.748,09	1.769,41	1.790,73	1.812,05
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.833,37	1.854,68	1.876,00	1.897,32	1.918,64	1.939,96	1.961,27	1.982,59	2.003,91
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.025,23	2.046,55	2.067,87	2.089,18	2.110,50	2.131,82	2.153,14	2.174,46	2.195,77

Classe 7 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.134,07	1.156,75	1.179,43	1.202,11	1.224,80	1.247,48	1.270,16	1.292,84	1.315,52
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.338,20	1.360,88	1.383,57	1.406,25	1.428,93	1.451,61	1.474,29	1.496,97	1.519,65
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.542,34	1.565,02	1.587,70	1.610,38	1.633,06	1.655,74	1.678,42	1.701,11	1.723,79
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.746,47	1.769,15	1.791,83	1.814,51	1.837,19	1.859,87	1.882,56	1.905,24	1.927,92
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 25
Visto

1.950,60	1.973,28	1.995,96	2.018,64	2.041,33	2.064,01	2.086,69	2.109,37	2.132,05
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.154,73	2.177,41	2.200,10	2.222,78	2.245,46	2.268,14	2.290,82	2.313,50	2.336,18

CARGO MULTIFUNCIONAL
ASSISTENTE EM GESTÃO

Classe 8 - Nível Médio (Valores em R$)

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 9 - Nível Técnico (Valores em R$)

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1.156,30	1.179,43	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 10 - Nível Superior (Valores em R$)

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

CARGO MULTIFUNCIONAL

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 26
Visto

ASSISTENTE EM SAÚDE

Classe 11 - Nível Médio (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
754,12	769,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 12 - Nível Técnico (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
867,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 13 - Nível Superior (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.127,39	1.149,94	1.172,49	1.195,03	1.217,58	1.240,13	1.262,68	1.285,22	1.307,77
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.330,32	1.352,87	1.375,42	1.397,96	1.420,51	1.443,06	1.465,61	1.488,15	1.510,70
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.533,25	1.555,80	1.578,35	1.600,89	1.623,44	1.645,99	1.668,54	1.691,09	1.713,63
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.736,18	1.758,73	1.781,28	1.803,82	1.826,37	1.848,92	1.871,47	1.894,02	1.916,56
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.939,11	1.961,66	1.984,21	2.006,75	2.029,30	2.051,85	2.074,40	2.096,95	2.119,49
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.142,04	2.164,59	2.187,14	2.209,68	2.232,23	2.254,78	2.277,33	2.299,88	2.322,42

Classe 14 - Nível Médio (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 27
Visto

28	29	30	31	32	33	34	35	36
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 15 - Nível Técnico (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.156,30	1.179,43	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 16 - Nível Superior (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO – 20h (vinte horas)
FISIOTERAPEUTA
FONOAUDIÓLOGO
NUTRICIONISTA
PSICÓLOGO
TERAPÊUTA OCUPACIONAL
ODONTÓLOGO
BIOMÉDICO

Classe 17 (Valores em R$)

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.825,71	1.862,22	1.898,74	1.935,25	1.971,77	2.008,28	2.044,80	2.081,31	2.117,82
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
2.154,34	2.190,85	2.227,37	2.263,88	2.300,39	2.336,91	2.373,42	2.409,94	2.446,45
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 28
Visto

2.482,97	2.519,48	2.555,99	2.592,51	2.629,02	2.665,54	2.702,05	2.738,57	2.775,08
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
2.811,59	2.848,11	2.884,62	2.921,14	2.957,65	2.994,16	3.030,68	3.067,19	3.103,71
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
3.140,22	3.176,74	3.213,25	3.249,76	3.286,28	3.322,79	3.359,31	3.395,82	3.432,33
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
3.468,85	3.505,36	3.541,88	3.578,39	3.614,91	3.651,42	3.687,93	3.724,45	3.760,96

EDUCADOR SOCIAL
ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ELETROTÉCNICO

Classe 18 **(Valores em R$)**

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1.935,79	1.974,51	2.013,22	2.051,94	2.090,65	2.129,37	2.168,08	2.206,80	2.245,52
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
2.284,23	2.322,95	2.361,66	2.400,38	2.439,10	2.477,81	2.516,53	2.555,24	2.593,96
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
2.632,67	2.671,39	2.710,11	2.748,82	2.787,54	2.826,25	2.864,97	2.903,69	2.942,40
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
2.981,12	3.019,83	3.058,55	3.097,26	3.135,98	3.174,70	3.213,41	3.252,13	3.290,84
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
3.329,56	3.368,27	3.406,99	3.445,71	3.484,42	3.523,14	3.561,85	3.600,57	3.639,29
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
3.678,00	3.716,72	3.755,43	3.794,15	3.832,86	3.871,58	3.910,30	3.949,01	3.987,73

ADMINISTRADOR
ASSISTENTE SOCIAL
CONTADOR
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ENFERMEIRO – 30h (trinta horas)
ODONTÓLOGO ENDODONTIA 20h
ODONTÓLOGO PACIENTES ESPECIAIS 20h
ODONTÓLOGO PERIODONTISTA 20h
ODONTÓLOGO PROTESISTA 20h
ODONTÓLOGO TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILO-FACIAL 20h

Classe 19 **(Valores em R$)**

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
2.376,35	2.423,88	2.471,40	2.518,93	2.566,46	2.613,99	2.661,51	2.709,04	2.756,57
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
2.804,09	2.851,62	2.899,15	2.946,67	2.994,20	3.041,73	3.089,26	3.136,78	3.184,31
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
3.231,84	3.279,36	3.326,89	3.374,42	3.421,94	3.469,47	3.517,00	3.564,53	3.612,05
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
3.659,58	3.707,11	3.754,63	3.802,16	3.849,69	3.897,21	3.944,74	3.992,27	4.039,80
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
4.087,32	4.134,85	4.182,38	4.229,90	4.277,43	4.324,96	4.372,48	4.420,01	4.467,54
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
4.515,07	4.562,59	4.610,12	4.657,65	4.705,17	4.752,70	4.800,23	4.847,75	4.895,28

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 29
Visto

MÉDICO VETERINÁRIO
FARMACÊUTICO DE FARMÁCIA – 40h (quarenta horas)
FARMACÊUTICO INDUSTRIAL – 40h (quarenta horas)

Classe 20 **(Valores em R$)**

1	2	3	4	5	6	7	8	9
2.569,33	2.620,72	2.672,10	2.723,49	2.774,88	2.826,26	2.877,65	2.929,04	2.980,42
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
3.031,81	3.083,20	3.134,58	3.185,97	3.237,36	3.288,74	3.340,13	3.391,52	3.442,90
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
3.494,29	3.545,68	3.597,06	3.648,45	3.699,84	3.751,22	3.802,61	3.854,00	3.905,38
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
3.956,77	4.008,15	4.059,54	4.110,93	4.162,31	4.213,70	4.265,09	4.316,47	4.367,86
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
4.419,25	4.470,63	4.522,02	4.573,41	4.624,79	4.676,18	4.727,57	4.778,95	4.830,34
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
4.881,73	4.933,11	4.984,50	5.035,89	5.087,27	5.138,66	5.190,05	5.241,43	5.292,82

ENFERMEIRO ESF

Classe 21 **(Valores em R$)**

1	2	3	4	5	6	7	8	9
3.168,47	3.231,84	3.295,21	3.358,58	3.421,95	3.485,32	3.548,69	3.612,06	3.675,43
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
3.738,79	3.802,16	3.865,53	3.928,90	3.992,27	4.055,64	4.119,01	4.182,38	4.245,75
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
4.309,12	4.372,49	4.435,86	4.499,23	4.562,60	4.625,97	4.689,34	4.752,71	4.816,07
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
4.879,44	4.942,81	5.006,18	5.069,55	5.132,92	5.196,29	5.259,66	5.323,03	5.386,40
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
5.449,77	5.513,14	5.576,51	5.639,88	5.703,25	5.766,62	5.829,98	5.893,35	5.956,72
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
6.020,09	6.083,46	6.146,83	6.210,20	6.273,57	6.336,94	6.400,31	6.463,68	6.527,05

ADVOGADO
ARQUITETO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
ENGENHEIRO CIVIL
ODONTÓLOGO SB

Classe 22 **(Valores em R$)**

1	2	3	4	5	6	7	8	9
3.651,43	3.724,46	3.797,49	3.870,52	3.943,54	4.016,57	4.089,60	4.162,63	4.235,66
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
4.308,69	4.381,72	4.454,74	4.527,77	4.600,80	4.673,83	4.746,86	4.819,89	4.892,92
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
4.965,94	5.038,97	5.112,00	5.185,03	5.258,06	5.331,09	5.404,12	5.477,15	5.550,17
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 30
Visto

5.623,20	5.696,23	5.769,26	5.842,29	5.915,32	5.988,35	6.061,37	6.134,40	6.207,43
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
6.280,46	6.353,49	6.426,52	6.499,55	6.572,57	6.645,60	6.718,63	6.791,66	6.864,69
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
6.937,72	7.010,75	7.083,77	7.156,80	7.229,83	7.302,86	7.375,89	7.448,92	7.521,95

MÉDICO – 20h (vinte horas)

Classe 23 **(Valores em R$)**

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
5.600,24	5.712,24	5.824,25	5.936,25	6.048,26	6.160,26	6.272,27	6.384,27	6.496,28
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
6.608,28	6.720,29	6.832,29	6.944,30	7.056,30	7.168,31	7.280,31	7.392,32	7.504,32
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
7.616,33	7.728,33	7.840,34	7.952,34	8.064,35	8.176,35	8.288,36	8.400,36	8.512,36
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
8.624,37	8.736,37	8.848,38	8.960,38	9.072,39	9.184,39	9.296,40	9.408,40	9.520,41
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
9.632,41	9.744,42	9.856,42	9.968,43	10.080,43	10.192,44	10.304,44	10.416,45	10.528,45
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
10.640,46	10.752,46	10.864,47	10.976,47	11.088,48	11.200,48	11.312,48	11.424,49	11.536,49

MÉDICO – 30h (trinta horas)

Classe 24 **(Valores em R$)**

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
8.400,37	8.568,38	8.736,38	8.904,39	9.072,40	9.240,41	9.408,41	9.576,42	9.744,43
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
9.912,44	10.080,44	10.248,45	10.416,46	10.584,47	10.752,47	10.920,48	11.088,49	11.256,50
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
11.424,50	11.592,51	11.760,52	11.928,53	12.096,53	12.264,54	12.432,55	12.600,56	12.768,56
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
12.936,57	13.104,58	13.272,58	13.440,59	13.608,60	13.776,61	13.944,61	14.112,62	14.280,63
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
14.448,64	14.616,64	14.784,65	14.952,66	15.120,67	15.288,67	15.456,68	15.624,69	15.792,70
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
15.960,70	16.128,71	16.296,72	16.464,73	16.632,73	16.800,74	16.968,75	17.136,75	17.304,76

MÉDICO ESF
MÉDICO GENERALISTA

Classe 25 **(Valores em R$)**

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
11.200,50	11.424,51	11.648,52	11.872,53	12.096,54	12.320,55	12.544,56	12.768,57	12.992,58
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
13.216,59	13.440,60	13.664,61	13.888,62	14.112,63	14.336,64	14.560,65	14.784,66	15.008,67
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
15.232,68	15.456,69	15.680,70	15.904,71	16.128,72	16.352,73	16.576,74	16.800,75	17.024,76

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls 31 Visto

28	29	30	31	32	33	34	35	36
17.248,77	17.472,78	17.696,79	17.920,80	18.144,81	18.368,82	18.592,83	18.816,84	19.040,85
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
19.264,86	19.488,87	19.712,88	19.936,89	20.160,90	20.384,91	20.608,92	20.832,93	21.056,94
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
21.280,95	21.504,96	21.728,97	21.952,98	22.176,99	22.401,00	22.625,01	22.849,02	23.073,03

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÃO DE 12 HORAS
EM DIAS DE SEMANA (DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA)

Classe 26 **(Valores em R$)**

1	2	3	4	5	6	7	8	9
572,04	583,48	594,92	606,36	617,80	629,24	640,68	652,13	663,57
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
675,01	686,45	697,89	709,33	720,77	732,21	743,65	755,09	766,53
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
777,97	789,42	800,86	812,30	823,74	835,18	846,62	858,06	869,50
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
880,94	892,38	903,82	915,26	926,70	938,15	949,59	961,03	972,47
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
983,91	995,35	1.006,79	1.018,23	1.029,67	1.041,11	1.052,55	1.063,99	1.075,44
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.086,88	1.098,32	1.109,76	1.121,20	1.132,64	1.144,08	1.155,52	1.166,96	1.178,40

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÃO DE 12 HORAS
EM FINAL DE SEMANA (SÁBADOS E DOMINGOS) E FERIADOS

Classe 27 **(Valores em R$)**

1	2	3	4	5	6	7	8	9
808,68	824,85	841,03	857,20	873,37	889,55	905,72	921,90	938,07
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
954,24	970,42	986,59	1.002,76	1.018,94	1.035,11	1.051,28	1.067,46	1.083,63
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
1.099,80	1.115,98	1.132,15	1.148,33	1.164,50	1.180,67	1.196,85	1.213,02	1.229,19
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
1.245,37	1.261,54	1.277,71	1.293,89	1.310,06	1.326,24	1.342,41	1.358,58	1.374,76
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
1.390,93	1.407,10	1.423,28	1.439,45	1.455,62	1.471,80	1.487,97	1.504,14	1.520,32
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
1.536,49	1.552,67	1.568,84	1.585,01	1.601,19	1.617,36	1.633,53	1.649,71	1.665,88

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 32
Visto

ANEXO III

TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO DOS CARGOS

CARGOS MULTIFUNCIONAIS

CARGOS DA ESTRUTURA ATUAL	CARGO EQUIVALENTE NA ESTRUTURA ANTERIOR
Agente de Apoio	Agente de Trânsito; Agente Social; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Educação Infantil I; Auxiliar de Educação Infantil II; Auxiliar de Serviços Gerais; Borracheiro; Carpinteiro; Coveiro; Chapeador; Cozinheira; Eletricista; Faxineiro; Frentista; Gari; Gari de Caminhão; Jardineiro; Instrutor de Aprendizagem Industrial; Mãe Social; Marceneiro; Marroeiro; Marteleteiro; Mecânico de Manutenção Geral; Merendeira; Mestre de Obras; Motorista I; Motorista II; Operador de Caldeira; Operador de Britador; Operador de Máquinas Rodoviárias I; Operador de Máquinas Rodoviárias II; Pedreiro; Pintor; Servente; Soldador; Telefonista; Vigia; Zelador de Edifício.
Assistente em Gestão	Assistente Administrativo I; Assistente Administrativo II; Assistente Administrativo III; Assistente de Informática; Auxiliar Administrativo; Contínuo; Desenhista; Fiscal de Limpeza Pública; Fiscal de Tributos; Fiscal em Edificações; Secretária; Secretária de Gabinete; Técnico Agrícola; Técnico Contábil; Técnico em Enfermagem do Trabalho; Técnico em Segurança do Trabalho; Tesoureiro; Topógrafo.
Assistente em Saúde	Auxiliar de Enfermagem; Auxiliar de Laboratório; Auxiliar de Saneamento; Auxiliar de Enfermagem ESF; Auxiliar de Farmácia; Auxiliar de Higiene Dental; Auxiliar de Higiene Dental SB; Inspetor de Saneamento; Técnico em Higiene Dental SB; Técnico de Enfermagem; Técnico de Laboratório; Técnico em Alimentos; Técnico de Raio X; Técnico em Higiene Dental.

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 33
Visto

ANEXO III

TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO DOS CARGOS (Continuação)

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

CARGOS DA ESTRUTURA ATUAL	CARGO EQUIVALENTE NA ESTRUTURA ANTERIOR
Administrador	Administrador
Advogado	Advogado
Procurador	Advogado
Arquiteto	Arquiteto
Biomédico	Biomédico
Assistente Social	Assistente Social
Contador	Contador
Educador Social	Educador Social
Enfermeiro	Enfermeiro – 30h
Enfermeiro	Enfermeiro ESF
Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil	Engenheiro Civil
Farmacêutico	Farmacêutico Bioquímico
Farmacêutico	Farmacêutico de Farmácia
Farmacêutico	Farmacêutico Industrial
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo
Assistente em Tecnologia da Informação	Gerente de Informática
Médico	Médico – 30h
Médico	Médico Ambulatorial – 20h
Médico	Médico ESF
Médico	Médico Generalista
Médico	Médico Plantonista
Médico Veterinário	Médico Veterinário

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 34
Visto

Nutricionista	Nutricionista
Odontólogo	Odontólogo
Odontólogo	Odontólogo Endodontia
Odontólogo	Odontólogo Pacientes Especiais
Odontólogo	Odontólogo Periodontista
Odontólogo	Odontólogo Protesista
Odontólogo	Odontólogo SB
Odontólogo	Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial
Psicólogo	Psicólogo
Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional

ASSESSORIA JURÍDICA

DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEGUNDA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2012 | ANO XXVI | NÚMERO 5391 | EDIÇÃO REGIONAL

Vereadores retomam os trabalhos a partir desta quarta-feira

ASSESSORIA
PATO BRANCO

A Câmara de Pato Branco inicia oficialmente na quarta-feira, 1, os trabalhos legislativos de 2012, durante a sessão marcada para às 18h, no Plenário da Casa.

De acordo com balanço, os vereadores apreciaram em 2011, 149 projetos de lei, 118 de autoria do Poder Executivo e 31 de autoria dos vereadores. Ainda, apreciadas seis resoluções, três decretos legislativos e dois projetos de lei complementar.

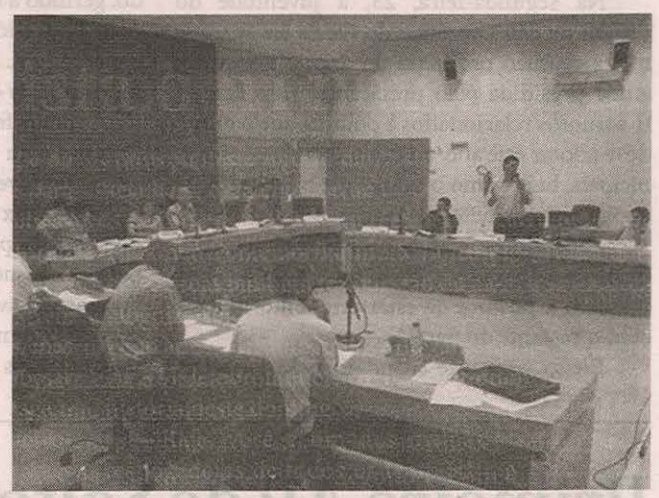
Para a primeira sessão do ano é aguardada a presença do prefeito Roberto Viganó, que deve explanar a respeito da Administração Municipal, investimento e obras realizadas, ainda deverá apresentar um levantamento, o perfil que apresenta o município no setor financeiro.

Caberá ao presidente do Poder Legislativo, Osmar Braun Sobrinho, a responsabilidade de conduzir a instalação da sessão. Por sua vez os debates e votações de projetos de lei iniciam na sessão ordinária da segunda-feira, 6, que será realizada a partir das 18h, conforme o Regimento Interno. "Temos compromisso com a sociedade patobranquense", acrescentou o presidente, ao comentar que o objetivo é dar agilidade à tramitação de projetos, referindo-se, por exemplo, a matéria que institui o Plano de Carreira, Cargo e Vencimentos do funcionalismo do município, entre outros projetos.

Planos

No primeiro semestre, os vereadores deverão debater o projeto de Lei do Executivo que cria o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, a exemplo do plano conquistado pelo magistério, pelos professores.

Segundo o diretor do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Pato Branco, Ademilson Cândido Silva, o plano visa, acima de tudo, melhorar a gestão de pessoal e possibilitar a ascensão funcional do servidor público.



Vereadores devem debater sobre projeto que cria Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos ainda no primeiro semestre

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 35
Visto

Pagamento de adicional de insalubridade será mantido, temporariamente, em PB

MARCIONIZE BAVARESCO
PATO BRANCO

Conforme o prefeito de Pato Branco, Roberto Viganó, portarias que cancelaram o benefício foram suspensas, temporariamente, para que alguns casos fossem reavaliados

As portarias que previam o cancelamento dos adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade de mais de 300 servidores públicos municipais foram suspensas, temporariamente. Conforme o prefeito de Pato Branco, Roberto Viganó, o objetivo da medida é permitir que algumas revisões sejam realizadas, bem como para que os servidores possam sanar possíveis dúvidas sobre os laudos técnicos que embasaram a decisão de suspender o pagamento dos adicionais. As portarias haviam sido assinadas no começo do mês em curso e, desde então, geraram protestos dos servidores, especialmente dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Trânsito, que perderiam o benefício.

Atualmente, conforme o setor de Recursos Humanos da prefeitura de Pato Branco, 661 servidores municipais recebem os adicionais, que podem ser de 10%, 20% ou 40% sobre o salário, dependendo do grau estabelecido pelos laudos de médicos do trabalho. Conforme o Executivo, o corte no pagamento dos benefícios foi baseado em laudos de uma empresa contratada para acompanhar as questões inerentes à segurança e medicina do trabalho. Esses laudos indicaram que, do total, 306 servidores não teriam direito aos adicionais, com base na legislação federal; entre eles, estariam os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Trânsito. A prefeitura informou que o Tribunal de Contas do Paraná chegou a encaminhar uma orientação ao município sobre os pagamentos indevidos.

Mesmo assim, por enquanto, esses servidores continuarão recebendo o benefício, temporariamente. "Nós tivemos uma conversa com vereadores, tivemos muitas queixas de funcionários e, por isso, achamos, por bem, depois de uma tarde de negociações e conversas, suspender as portarias que cancelavam as insalubridades. Foi suspenso por um período, que eu acredito que seja bem curto, porque vamos fazer algumas revisões", explicou o prefeito. No entanto, Viganó garantiu que depois desse período a legislação será cumprida, mesmo porque, segundo ele, não há outra alternativa.

"De 1997 a 2000, não se pagou uma insalubridade e não se deu um aumento aos funcionários. Quem tem direito, de acordo com a lei e com os laudos técnicos, vai continuar recebendo. O que nós queremos é fazer a coisa certa", argumentou o prefeito. Anualmente, os custos com o pagamento dos adicionais pelo município somam cerca de R$ 1,7 milhão. No entanto, o prefeito diz que a medida não tem nada a ver com redução de gastos. "O que nós queremos é acertar as coisas, não deixar problemas, como aconteceu no passado, o que fez com que, na nossa administração, por exemplo, tivéssemos de pagar R$ 12 milhões em precatórios trabalhistas", disse o prefeito.

Plano de Cargos e Salários

Para o prefeito, a situação só será resolvida definitivamente, depois que o novo Plano de Cargos e Salários dos servidores municipais for aprovado. Viganó garantiu que ainda neste mês o projeto será encaminhado para a Câmara de Vereadores, mas evitou falar de prazos para a implementação, já que se espera que o projeto seja amplamente discutido no Legislativo, o que demanda tempo para tramitação. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais foi procurado para comentar a medida adotada pelo município, mas na tarde de ontem não foi localizado.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 36
Visto

Edição nº 5429

DIÁRIO DO SUDOESTE
17 e 18 de março de 2012

Vereadores alertam sobre prazo de votação do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos

PATO BRANCO
ASSESSORIA

O projeto de lei do Executivo que cria o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do funcionalismo, que ainda não está no Legislativo, já está gerando debates. O prefeito Roberto Viganó (PDT) garantiu que o projeto chega à Casa de Leis até o final deste mês.

O vereador e líder do PSD, Claudemir Zanco (Biruba), em pronunciamento feito na última sessão, comentou que o atraso poderá prejudicar o processo de discussão e, inclusive, de votação do projeto.

Pela legislação eleitoral, lembrou Biruba, a revisão da remuneração dos agentes públicos e dos servidores só pode acontecer até o dia 10 de abril. A votação final da matéria deve acontecer até o dia 7 do mesmo mês, do contrário, o processo de votação ficará postergado para o próximo ano.

"A tramitação regimental do projeto, por exemplo, na assessoria jurídica é de dez dias, no mínimo", assegurou o vereador, quando propôs a formação de uma comissão que deverá ser integrada por representantes dos servidores públicos, de cada setor, para em regime de urgência, tentar aprovar ainda em 2011 o projeto. No entanto, o vereador disse que em sua opinião isso é humanamente impossível.

"Vamos cobrar do prefeito que envie o projeto o mais rápido possível", sugeriu o líder do DEM, vereador Valmir Tasca. Ele disse que é preciso que o projeto seja protocolado o quanto antes, para que os vereadores tenham condições de analisar o projeto e, posteriormente, votar.



Biruba foi um dos que comentaram sobre plano de carreira

O vereador Guilherme Silverio (PMDB), vice-presidente da Câmara, disse que é premente discutir o projeto, pois, as alterações vão alcançar um grande número de servidores. Para ele, cada artigo do projeto requer análises e comparações. "Vamos analisar o plano que é usado pelo Estado, assim é possível assegurar realmente avanços, benefícios aos servidores", comentou, ao ressaltar que é mais importante conhecer, debater o projeto que votar.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 21
Visto

Plano de Carreira dos servidores municipais chega à Câmara

MARCIONIZE BAVARESCO
PATO BRANCO

Plenário da Câmara ficou lotado durante a sessão de ontem, quando o prefeito entregou simbolicamente o projeto ao Legislativo

O prefeito de Pato Branco, Roberto Viganó, entregou na sessão da Câmara de Vereadores realizada na noite de ontem o projeto do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores municipais para apreciação do Legislativo. A demora para que o projeto desse entrada na Casa foi alvo de críticas nas últimas sessões do Legislativo pato-branquense, já que para que a legislação entre em vigor ainda neste ano é necessário que toda a tramitação se dê até o dia 7 de abril devido a legislação eleitoral.

Conforme o prefeito, que usou a tribuna durante a sessão, a apresentação do projeto é o cumprimento de um compromisso de seu plano de governo. De acordo com ele, há quase 18 anos a legislação municipal não era atualizada. Viganó estimou que, com a implantação na íntegra do Plano de Cargos e Salários, mais o reajuste concedido aos professores e aos servidores municipais na última semana, o impacto financeiro anual, ou seja, o que o Município vai gastar a mais com esses benefícios, chegue a R$ 11,6 milhões anualmente.

Ele também argumentou que a demora em apresentar o projeto se deveu ao fato de que houve a necessidade de vários estudos. "Fizemos um plano para ser colocado em prática, não para ficar na gaveta", pontuou. O presidente da câmara, vereador Osmar Braun (PR), disse que os vereadores terão muito trabalho nos próximos dias para tentar aprovar o projeto dentro do prazo a fim de que possa entrar em vigor neste ano. Por isso, ainda na noite de ontem, ele convocou a primeira reunião para debater o tema, que deve contar com a presença de representantes de diferentes segmentos do funcionalismo público.

Reivindicações

Ainda na sessão de ontem, o vereador Claudemir Zanco, o Biruba (PSD), solicitou ao Executivo que inclua as auxiliares de educação infantil no Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério. Conforme ele, essas educadoras precisam ser habilitadas para ocupar a função e é justo que tenham os benefícios dos profissionais do magistério municipal. Ele também cobrou melhorias para os apoiadores da educação, que incluem as merendeiras, os inspetores e outros servidores.

Da mesma forma, uma indicação do vereador Nelson Bertani, subscrita pelos demais, solicitou ao Executivo que o vale-transporte seja fornecido aos servidores municipais em valores monetários.



O plenário ficou lotado enquanto lideranças falaram dos projetos envolvendo os servidores

CIRURGIÃO DENTISTA CRO 16.451
ESPECIALISTA EM IMPLANTODONTIA



Enxerto de Osso
Instalação de Implantes
Cirurgia de Siso
Prótese Dentária
Restauração
Clareamento Dental
Raspagem e Limpeza
Tratamento de Canal

Jeferson Correa
consultório odontológico

(46) 3224-4929
Rua Xingu, 251 - Santa Terezinha
Pato Branco-PR
www.jefersondentista.com.br

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls.
Visto

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 39
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Ofício nº 133/2012

Pato Branco, 29 de março de 2012.

Senhor:

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em nome de todos os vereadores, convida-o para participar da reunião que será realizada no dia **30 de março** de 2012, às 13 (treze) horas, no plenário de sessões, para tratar sobre o **Projeto de Lei nº 74/2012**, de 28 de março de 2012, enviado através da Mensagem nº 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

Anexo cópia do referido projeto de lei.

Atenciosamente.

Osmar Braun Sobrinho
Presidente

Senhor **Luis Guinorvan de Oliveira**
Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários
Públicos Municipais de Pato Branco
Fone 46-3224-6441
Pato Branco – Paraná

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 40
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Ofício nº 134/2012

Pato Branco, 29 de março de 2012.

Senhor:

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em nome de todos os vereadores, convida-o para participar da reunião que será realizada no dia **30 de março** de 2012, às 13 (treze) horas, no plenário de sessões, para tratar sobre o **Projeto de Lei nº 74/2012**, de 28 de março de 2012, enviado através da Mensagem nº 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

Anexo cópia do referido projeto de lei.

Atenciosamente.

Osmar Braun Sobrinho
Presidente

Senhor **Clóvis Gresele**
Presidente da Associação dos Funcionários Municipais
Fone 46-9115-1232
Pato Branco – Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 41 Visto

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO Protocolo Geral 30-Mar-2012-14:07-012074-1/2

MEMO Nº 035/VISA/2012 *Em, 30 de março de 2012.*

Dos: *Servidores da Vigilância em Saúde*
Para: *Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, A/C Ademilson*
Assunto: *Enviar Cópia do Oficio 025/VISA/2012 – Pedido Adicional por Atuação Específica em Proteção a Saúde Pública*

Estimados Colegas,

Sabedores da entrega do Projeto de Lei nº 74/2012 que trata do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras dos servidores públicos do Município de Pato Branco para apreciação e votação na Câmara de Vereadores, e certos de que ainda há tempo hábil para adequações, enviamos àquela casa de leis o Ofício 025/VISA/2012 aonde solicitamos que seja incluso em seu Capítulo VII (Das Gratificações), um inciso no Artigo 33, instituindo o Adicional por Atuação Específica em Proteção a Saúde Pública com incentivo de percentual de 100% nos proventos.

As justificativas para tal solicitação estão fundamentadas no citado documento, do qual segue uma cópia em anexo.

Diante do acima exposto, solicitamos que sejam providenciados os encaminhamentos devidos ao executivo municipal para conhecimento e, esperamos, aprovação.

Sem mais para o momento e na certeza de contar com a vossa compreensão e pronta colaboração, antecipadamente agradecemos.

Cordialmente,

Edinia S Barile – *Chefe da VISA*
Rodrigo Bertol – *Médico Veterinário*
Jairy Procópio – *Auxiliar de Saneamento*
José Alves dos Santos – *Auxiliar de Saneamento*
Maria A Veigas – *Auxiliar de Saneamento*
Sandra Miola – *Auxiliar de Saneamento*
Clarice C. Krutqueviski – *Auxiliar de Saneamento*
Sabrina S Guimarães – *Farmacêutica*
Joarez da Cruz – *Auxiliar de Saneamento*
Silvana A Santos – *Assistente Administrativa*
Denise de Lima – *Auxiliar de Saneamento*
Silvia J Seman – *Auxiliar de Saneamento*
Aline C Borges – *Fiscal Tributos*
Cirlei Cleocir Wagner – *Inspetor de Saneamento*
Ana Barossi – *Dentista*
Adaiane F. Santos – *Auxiliar de Saneamento*
Juliano J Santos – *Auxiliar de Saneamento*
Ndemi Korte – *Zeladora*
Tahis G.D. Dalmolim – *Enfermeira*
Maria Margarida Plaktika – *Técnica de Enfermagem*
Marinês S. Fernandes – *Enfermeira*
Oli Pertuzati – *Insp. Saneamento*
Sandra M. da Silva – *Auxiliar de Enfermagem*
Ana Lucia A Graeff – *Técnica de Enfermagem*
Wilson Rogério Braun – *Médico Veterinário*

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 12
Visto

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Rua Xavantes,411- Centro - CEP: 85501-220 - Pato Branco -Pr
Fone/fax (46)39021268 -e-mail: visa@patobranco.pr.gov.br

Ofício Nº 025/VISA/2012 Em , 30 de março de 2012

Dos: Servidores da Vigilância em Saúde
Para: Câmara Municipal de Pato Branco
Assunto: Inclusão de Adicional por atuação específica em proteção a Saúde Pública

Excelentíssimo Presidente,
Nobres Vereadores.

CONSIDERANDO o disposto no "Art. 53 da Lei Federal nº 5.991/73 aonde determina que: "***Não poderá ter exercício nos órgãos de fiscalização sanitária o servidor público que for sócio ou acionista de qualquer categoria, ou que prestar serviços a empresa ou estabelecimento que explore o comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos***";

CONSIDERANDO o disposto no "Art. 74 da Lei Federal nº 6.360/76, aonde determina que: "***Não poderão ter exercício em órgãos de fiscalização sanitária e laboratórios de controle, servidores públicos que sejam sócios, acionistas ou interessados, por qualquer forma, de empresas que exerçam atividades sujeitas ao regime desta Lei, ou lhes prestem serviços com ou sem vínculo empregatício***";

CONSIDERANDO o disposto no "Art. 27 da Resolução nº 722/2002 que *aprova o Código de Ética do Médico Veterinário*, aonde determina que ***"É vedado ao médico veterinário que assuma RT exercê-la nos estabelecimentos de qualquer espécie, sujeitos à fiscalização e/ou inspeção de órgão público oficial, no qual exerça cargo, emprego ou função, com atribuições de fiscalização e/ou inspeção"***;

CONSIDERANDO o disposto no "Art. 9º inciso VIII da Lei Federal nº. 8.429/92, aonde determina que: "***Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito*** *auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:* ***Inciso VIII:. aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade***";

CONSIDERANDO a definição prevista no parágrafo 1º, incisos I e II do artigo 6º da Lei Federal 8080/90, aonde a Vigilância Sanitária é entendida como o "***conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde".*** Entende-se, portanto, que ao servidor da Vigilância Sanitária é, indubitavelmente conferido muito

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 43
Visto

poder e vasta gama de atividades, que exige deste um comportamento irrepreensível capaz de afastar qualquer tipo de dúvidas sobre a probidade de suas ações.

CONSIDERANDO que sobre estas transcrições existam manifestações favoráveis de Procuradores, as quais, encaminhamos cópia em anexo para uma melhor compreensão;

Dessa forma, em face das considerações supramencionadas, **NÃO RESTA DÚVIDA DA IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DESTA FUNÇÃO COM O SETOR REGULADO.** Ou seja, as autoridades sanitárias (de qualquer formação profissional) não poderão ter exercício em órgãos de fiscalização, ou prestarem serviços a toda e qualquer pessoa física ou jurídica sujeita ao regime de fiscalização da vigilância sanitária.

Por fim, diante desta impossibilidade fática e considerando o Projeto de Lei 74/2012 que trata do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, solicitamos pelo presente que seja incluso em seu Capítulo VII (Das Gratificações), um inciso no artigo 33 instituindo o Adicional por Atuação específica em proteção à Saúde Pública com incentivo de percentual de 100% nos proventos.

Assim, sendo este o teor de nossa petição, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Edinia S Burile
Chefe da VISA

Rodrigo Bertol
Médico Veterinário

Jaury Procópio
Auxiliar de Saneamento

José Alves dos Santos
Auxiliar de Saneamento

Maria A Veigas
~~Auxiliar de Saneamento~~

Sandra Miola
Auxiliar de Saneamento

Sabrina S Guimarães
Farmacêutica

Clarice C. Krutqueviski
Auxiliar de Saneamento

Silvana A Santos
Assistente Administrativa

ATESTADO
Denise de Lima
Auxiliar de Saneamento

Joarez da Cruz
Auxiliar de Saneamento

Silvia J Seman
Auxiliar de Saneamento

Aline G Borges
Fiscal de Tributos

Cirlei Cleocir Wagner
Inspetor de Saneamento

ATESTADO
Ana Barossi
Dentista

Adaiane F. dos Santos
Auxiliar de Saneamento

Juliano J Santos
Auxiliar de Saneamento

Noemi Korte
Zeladora

Thais G. D. Dalmolin
Enfermeira
COREN PR 206635

Maria Margarida Plaktika
Técnica de Enfermagem

Marinês S. Fernandes
Enfermeira

Oli Pertuzati
Insp. Saneamento

Sandra M. da Silva
Auxiliar de Enfermagem

Ana Lucia A Graeff
Técnica de Enfermagem

Wilson Rogério Braun
Médico Veterinário

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 44
Visto

ALDEM JOHNSTON BARBOSA ARAÚJO: Advogado da UEN de Direito Administrativo e Regulatório de Lima e Falcão Advogados, Assessor Jurídico da Diretoria de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Recife e Consultor Jurídico do Departamento de Vigilância Sanitária de Olinda.

Resumo: Uma análise sobre os ditames do artigo 53 da Lei Federal nº 5.991/73, do artigo 74 da Lei Federal nº 6.360/76 e do VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 e suas conseqüências no exercício das funções de inspetor sanitário.

Sumário: 1 – Introdução, 2 – Das vedações ao acúmulo das funções de inspetor sanitário com a prestação de serviços no setor regulado presentes na legislação sanitária, 3 - Da limitação territorial das vedações ao acúmulo das funções de inspetor sanitário com a prestação de serviços no setor regulado constantes na legislação sanitária, 4 - Das vedações ao acúmulo das funções de inspetor sanitário com a prestação de serviços no setor regulado presentes na Lei de Improbidade Administrativa, 5 – Dos necessários abrandamentos na interpretação do alcance das vedações, 6 – Conclusão

Palavras-chave: inspetor – fiscalização sanitária – exercício cumulativo – cargo – emprego – consultoria – assessoramento – estabelecimento - setor regulado – vedação legal.

---

1) Introdução

Ao inspetor sanitário, bem como a qualquer tipo de fiscal do Estado é, indubitavelmente, conferido muito poder.

Poder este que, se não bem utilizado reverte-se em arbitrariedades, prevaricações e em conluios com o setor regulado.

Competem aos fiscais da Administração, com os temperamentos aplicáveis à espécie, poderes que propiciam a limitação de garantias e liberdades constitucionais, haja vista que a propriedade de determinado bem pode ser afetada quando da apreensão do mesmo ou a liberdade de comércio pode ser tolhida pela interdição de um estabelecimento.

Em razão de tamanho poder, é exigido do inspetor sanitário um comportamento irrepreensível, capaz de afastar qualquer tipo de dúvidas sobre a probidade de suas ações.

Com o fito de impedir que se macule a atividade de fiscalização sanitária com a ingerência de interesses alheios, as Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 erigiram vedações à cumulação do exercício da função fiscalizadora com a prestação de serviços no setor regulado. Vedações estas que foram incrementadas pelos ditames da Lei de Improbidade Administrativa.

É sobre a análise destas vedações que nos debruçaremos a seguir.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 45
Visto

2) Das vedações ao acúmulo das funções de inspetor sanitário com a prestação de serviços no setor regulado presentes na legislação sanitária

Para começar, eis a transcrição do artigo 53 da Lei Federal nº 5.991/73 e do artigo 74 da Lei Federal nº 6.360/76:

> "Art. 53. **Não poderá ter exercício nos órgãos de fiscalização sanitária o servidor público que for sócio ou acionista de qualquer categoria, ou que prestar serviços a empresa ou estabelecimento que explore o comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos**."

> "Art. 74. **Não poderão ter exercício em órgãos de fiscalização sanitária e laboratórios de controle servidores públicos que sejam sócios, acionistas ou interessados, por qualquer forma, de empresas que exerçam atividades sujeitas ao regime desta Lei, ou lhes prestem serviços com ou sem vínculo empregatício**."

Comentando tais dispositivos legais, Helio Pereira Dias, na condição de Procurador-Geral da ANVISA, assim se manifestou:

> "Tem-se, por conseguinte, que **os profissionais de saúde (v.g. farmacêuticos, químicos, médicos, nutricionistas, psicólogos, odontólogos etc), quando no exercício de cargos ou funções nos serviços de vigilância sanitária, estão impedidos de exercer, simultaneamente, suas atividades profissionais**, sob os rigores das leis mencionadas." (Dias, Helio Pereira, Flagrantes do ordenamento jurídico sanitário, 2ª ed. rev. atual. Brasília: ANVISA, 2004, pág. 23)

Em igual sentido, Francisco de Assis Leite Moreira, Procurador Judicial do Município do Recife, no Parecer nº 075/2005, exarado nos autos do processo de nº 07.48549.0.03, se posicionou sobre o tema à luz apenas do artigo 74 da Lei Federal nº 6.360/76, asseverando o seguinte:

> " ...**a Lei 6360/76** que dispõe sobre a vigilância sanitária e também da (sic) outras providências, regulando inclusive, a atividade dos profissionais, **restringiu, por uma questão lógica, o exercício concomitante da atividade pública versus interesses particulares atrelados a esta atividade fiscalizatória**.
>
> '(... omissis ...)
>
> Dessa forma, **entendo que** (... omissis ...) **não resta dúvida da impossibilidade de acumulação de atividade fiscalizatória com a atividade fiscalizada**."

Exclusive a opinião do Dr. Hélio Pereira Dias, poder-se-ia questionar se os impedimentos constantes do artigo 53 da Lei Federal nº 5.991/73 e do artigo 74 da Lei Federal nº 6.360/76 (que versam sobre regras para a dispensação, comércio e fabricação de medicamentos e correlatos) só seriam imponíveis a farmacêuticos e

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 46
Visto

químicos (profissionais mais afetos à fiscalização de estabelecimentos que lidam com medicamentos) que integram a vigilância sanitária ou a todas as profissões de saúde que integram o quadro do órgão fiscalizador.

Com acerto, o Dr. Francisco de Assis Leite Moreira entende que:

> "**Em face da extensa lista de atribuições da vigilância sanitária**, descritas resumidamente no início desta manifestação, **entendo que a interpretação da norma não comporta exceção, estendendo sua incidência a todos os profissionais lotados na vigilância sanitária**."

E, à opinião do Procurador Judicial do Município do Recife, acrescentamos ainda que as proibições contidas no artigo 53 da Lei Federal nº 5.991/73 e no artigo 74 da Lei Federal nº 6.360/76 não ficam lindadas apenas à moldura inicialmente traçada pelos dispositivos legais em apreço, vez que, com a nova Ordem Constitucional (vide nota 01), o papel das Vigilâncias Sanitárias foi deveras incrementado, conforme podemos perceber das transcrições do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 8.080/90 e do art. 3º da Portaria Federal nº 1.565 de 1994 do Ministério da Saúde:

> "§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:
>
> I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e
>
> II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde."
>
> "Art. 3º Entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capaz de:
>
> I - eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde do indivíduo e da coletividade;
>
> II - intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção, distribuição, comercialização e uso de bens de capital e consumo, e da prestação de serviços de interesse da saúde; e
>
> III - exercer fiscalização e controle sobre o meio ambiente e os fatores que interferem na sua qualidade, abrangendo os processos e ambientes de trabalho, a habitação e o lazer.
>
> Parágrafo único. As ações de vigilância sanitária enunciadas neste artigo incluem necessariamente:

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls 47
Visto

a) as medidas de interação da política de saúde com as políticas econômicas e sociais cujos resultados constituem fatores determinantes e condicionantes do nível de saúde da população;

b) as medidas de interação dos profissionais de saúde em exercício nas atividades de vigilância sanitária com os órgãos e entidades, governamentais e não-governamentais, de defesa do consumidor e da cidadania;

c) o controle de todas as etapas e processos, da produção ao uso de bens de capital e de consumo e de prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionam com a saúde, com vista à garantia da sua qualidade; e

d) as ações destinadas à promoção e proteção da saúde do trabalhador submetido aos riscos e agravos advindos dos processos e ambiente de trabalho."

Sendo as Leis Federais 5.991 e 6.360 datadas dos anos de 1973 e 1976 (vide nota 02), não é lícito interpretar as vedações contidas nos seus artigos 53 e 74 literal e restritivamente, pois, como bem assevera Uadi Lammêgo Bulos, com espeque nas lições do Pretório Excelso ...

"... **as normas jurídicas editadas na vigência da ordem anterior são recebidas e adaptadas ao novo ordenamento jurídico** naquilo que se conformarem a este (STF, RE 160.486, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 4-2-2005)." (Bulos, Uadi Lammêgo, Direito constitucional ao alcance de todos, São Paulo: Saraiva, 2009, pág. 43)

Assim, em razão do hodierno papel conferido aos órgãos de vigilância sanitária (vide nota 03), não há *discrímen* razoável que ampare as demais atividades abrangidas pela fiscalização no sentido de lhes retirar os grilhões colocados pelos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76.

Ou seja, os inspetores sanitários (de qualquer formação profissional) não poderão ter exercício em órgãos de fiscalização sanitária NÃO SÓ QUANDO FOREM sócios ou acionistas de qualquer categoria, ou prestarem serviços a empresa ou estabelecimento que explore o comércio, a fabricação, a distribuição e a dispensação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, MAS TAMBÉM quando forem sócios ou acionistas de qualquer categoria, ou prestarem serviços a TODA E QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA SUJEITA AO REGIME DE FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

3) Da limitação territorial das vedações ao acúmulo das funções de inspetor sanitário com a prestação de serviços no setor regulado constantes na legislação sanitária

Respondendo a questionamentos feitos pela Administração, o Procurador Judicial do Recife, o Dr. Francisco de Assis Leite Moreira (por meio do já

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 48
Visto

citado Parecer nº 075/2005, exarado nos autos do processo de nº 07.48549.0.03), analisou os limites territoriais da proibição da cumulação do exercício da fiscalização sanitária com o labor em áreas que compõem o setor regulado:

> " ...Podem os inspetores vinculados a vigilância sanitária do Município do Recife, assumirem a responsabilidade técnica de estabelecimentos privados em outras cidades que não estejam sob sua fiscalização?.
>
> **No que se refere à hipótese exercida em outros municípios em face de compatibilidade de horários, não vislumbro, inicialmente, nenhum impedimento**.
>
> O que a princípio pode parecer uma resposta fácil, pois se tratam de estabelecimentos que não estão sob a forma de fiscalização direta desses inspetores, toma outra proporção ao analisarmos a questão de estabelecimentos em rede, que possuem estabelecimentos em cidades distintas, mas um mesmo interesse, por exemplo, ou ainda a questão de se fazer à fiscalização em estabelecimentos concorrentes ao do seu interesse.
>
> (... omissis ...) **se tratando de estabelecimentos em rede (filiais), por uma questão de interpretação legal, incide, também, o comando normativo do art. 74 da Lei 6.360/76, ou seja, não há possibilidade de se compatibilizar a atividade concomitante**.
>
> (... omissis ...)
>
> ... Os servidores concursados e nomeados para a Vigilância Sanitária Municipal poderão ter outros vínculos com empresas privadas, havendo compatibilidade de horários?
>
> **Sim. Desde que não exerçam atividade relacionada com o exercício da profissão vinculada à vigilância sanitária do Município do Recife**.
>
> (... omissis ...)
>
> ... uma enfermeira pode ser fiscal de Vigilância do Recife e ser empregada de um Hospital que só atenda na vizinha Olinda?
>
> **Desde que não haja incompatibilidade de horários na prestação dos respectivos serviços, não vislumbro *prima facie* nenhum óbice legal**."

Pontuando a tese do Procurador Municipal, temos que as vedações contidas nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 (esta última vedação será objeto do próximo tópico) só incidiram no âmbito da competência de atuação TERRITORIAL do inspetor sanitário.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 49
Visto

Assim, se um inspetor sanitário de uma vigilância sanitária municipal trabalhe no setor regulado em outro município no qual ele não tem competência para atuar como fiscal, não haverá a incidência das vedações contidas nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92.

É deveras razoável defender tal entendimento, vez que o intuito das vedações legais à prestação de serviços no setor regulado é manter a fiscalização longe dos interesses dos setores a ela submetidos, evitando qualquer possibilidade de tráfico de influências, advocacia administrativa e outras figuras que caracterizam a defesa de interesses privados dentro da máquina pública fazendo-se uso do aparelhamento estatal.

Aprofundando tal tese devemos estendê-la também aos inspetores ligados às vigilâncias sanitárias estaduais e à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), possibilitando que os mesmos trabalhem junto ao setor regulado, desde que, é claro, o façam em setores não submetidos à fiscalização do ente sanitário onde o inspetor está vinculado.

Contudo, deve se reconhecer que no caso dos inspetores sanitários vinculados às vigilâncias sanitárias estaduais e à ANVISA estreitam-se muito mais as possibilidades de cumulação lícita de atividade na iniciativa privada com o exercício das funções de inspetor sanitário ante a abrangência das ações de tais entidades fiscalizadoras, já que é comum que os estados assumam integralmente os serviços de vigilância sanitária que cabem aos municípios que não têm condições de implantá-los e vez que a ANVISA permeia praticamente em sua inteireza toda a fiscalização sanitária de atividades, serviços e produtos de interesse à saúde, se não de modo direto com o licenciamento e as ações de campo, mas certamente de modo indireto com o registro de produtos, as emissões de Autorização de Funcionamento para Empresas (AFE) e a normatização sanitária por meio de suas Resoluções.

Uma ressalva contida no posicionamento da Procuradoria Judicial do Recife que não deve deixar de ser reiterada é que este limite "competencial/territorial" das vedações contidas nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 deve necessariamente atentar para o fato de o inspetor estar trabalhando na iniciativa privada em estabelecimentos que possuam filiais, vez que, mesmo sem estar trabalhando em estabelecimento situado na sua zona de atuação, o inspetor sanitário pode, no caso de este estabelecimento possuir uma filial na área abrangida pela sua ação fiscalizadora, influir (à distância) em favor da referida filial.

Exemplificando: um inspetor sanitário municipal que seja responsável técnico por um supermercado sito fora do município onde ele atue, mas que possua filiais localizadas no município onde ele exerce seu labor fiscalizatório, poderá atuar "nos bastidores" em favor das filiais localizadas na área de fiscalização sobre sua alçada e não ser admoestado, vez que ele, na prática não está trabalhando no município onde ele exerce suas funções de fiscal.

Assim, as vedações contidas nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 devem ser

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 50
Visto

estendidas aos inspetores que trabalhem em estabelecimentos que possuam filiais no âmbito de suas competências.

4) Das vedações ao acúmulo das funções de inspetor sanitário com a prestação de serviços no setor regulado presentes na Lei de Improbidade Administrativa

Preconiza o inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) que ...

> "Art. 9º **Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:
>
> (... omissis ...)
>
> VIII - **aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade**;"

Por sua vez, o *caput* do artigo 9º faz alusão ao artigo 1º da Lei Federal nº 8.429/92 cuja redação é a seguinte:

> "Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
>
> Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos."

Para os fins de aplicação da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) o conceito de "agente público" conferido pelo artigo 2º deste mesmo dispositivo legal é o que se segue:

> "Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração,

Câmara Mun. de Palo Branco Fls. 51 Visto

por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior."

As penas para quem incorrer na prática de atos de improbidade administrativa descritos no artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 encontram-se disciplinadas no artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa:

> "Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, **está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato**: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).
>
> I - **na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;**"

Interpretando o inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92, a doutrina se manifesta da seguinte forma:

> "A norma em foco estabelece punição ao gente que, ocupando cargo público, dê consultoria ou assessoramento para empresas privadas, **e nessa relação haja interesses recíprocos vinculados à ação administrativa. Sua literalidade conduz à interpretação de que a simples aceitação de emprego em tais condições já configuraria ato de improbidade**. Parece que o dispositivo preocupa-se com a relação incompatível com o cargo. Não resta dúvida de que tais pagamentos configuram enriquecimento ilícito.
>
> O fundamento maior do dispositivo parece estar radicado no princípio da impessoalidade. A administração deve ser imparcial; sendo assim, não pode haver relação de dependência ou hierarquia entre agentes públicos e particulares, ausente o princípio de legalidade em situações desse jaez. (Figueiredo, Marcelo, Probidade Administrativa - Comentários à Lei 8.429/92 e Legislação Complementar, São Paulo: Malheiros, 1998, pág. 45)"
>
> "O inciso VIII descreve o ato de improbidade administrativa praticado por agente público que 1. aceita emprego ou comissão ou 2. exerce atividade de consultoria ou assessoramento (formal ou informal) junto a particular (pessoa física ou jurídica) **que tem possibilidade de vir a ser beneficiado com sua ações ou omissão funcional**.

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 52
Visto

A norma não exige o efetivo benefício da pessoa jurídica ou física com a qual mantenha a relação profissional, mas sua mera potencialidade em razão das atribuições do agente público.

Sua configuração requer: aceitação de emprego ou comissão, ou exercício (geralmente informal) de consultoria ou assessoramento remunerado, pelo agente público, oferecido por pessoa física ou jurídica privada; durante o período em que está exercendo cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública relacionada aos interesses do particular ao qual se vincula mediante emprego, comissão, consultoria ou assessoramento; possibilidade de favorecimento do particular em razão das funções do agente público por aquele contratado (conluiado); consciência dessa possibilidade. (Pazzaglini Filho, Marino, Lei de improbidade administrativa comentada: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal, 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2007, págs. 73/74)

"No inciso VIII, novamente, a lei utiliza a fórmula extensiva. **O interesse deve ser apenas suscetível de ser atingido ou amparado, não se exigindo que, efetivamente, o seja**.

A hipótese não reclama que haja relação empregatícia formal entre o agente e o particular contratado. Basta que haja a paga de comissão ou o assessoramento informal.

A imensa maioria dos serviços públicos veda ao agente o exercício de outras atividades profissionais (regime de dedicação exclusiva), sendo poucas as que admitem a cumulação. Num caso e no outro, ou seja, qualquer que seja a função, cargo emprego ou mandato, ao agente público é vedada a prestação de serviços nos moldes sugeridos pelo inciso em questão.

Por exemplo, suponha-se que um agente público, cuja função consiste em controlar o setor de comunicações de determinada secretaria de governo, preste serviços de assessoramento para empresa de rádio e televisão que concorre em processo licitatório daquela secretaria para contratação de serviços na mesma área." (Pazzaglini Filho, Marino, Rosa, Márcio Fernando Elias e Fazzio Júnior, Waldo, Improbidade administrativa: aspectos jurídicos da defesa do patrimônio público, 4ª edição, São Paulo: Atlas, 1999, pág. 72)

"**Os agentes públicos, cujas atividades funcionais possam influir na esfera dos interesses de terceiros (cabe exemplificar com os que exercem poder de polícia administrativa), devem manter, em face daqueles a quem suas atividades de ofício possam ser dirigidas, a mais estrita independência**.

Assim como lhes é interdito receber, ainda que indiretamente, dos possíveis destinatários de suas ações como agentes do Estado em

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 93
Visto

sentido amplo, quaisquer espécies de dádivas, o que resulta do inciso I do art. 9º, também não podem manter vínculo de emprego, receber comissão ou prestar serviços de assessoria junto aos possíveis destinatários de suas ações administrativas. Assim como o recebimento da dádiva pode importar em comprometimento da independência do agente público, a aceitação do emprego ou comissão ou a prestação de tais serviços também o podem. No caso do emprego existe ainda um fator adicional a ponderar, que é o vínculo de subordinação.

O vínculo empregatício entre o agente público e aqueles, em face de quem poderá vir a ter que desenvolver ou mesmo já venha desenvolvendo suas atividades administrativas, pode será porta aberta para o desvirtuamento dessas atividades, com sua realização aquém ou além do legalmente previsto." (Decomain, Pedro Roberto, Improbidade administrativa, São Paulo: Dialética, 2007, pág. 99)

Veja-se que é unânime a conclusão de que independerá de resultado objetivo de efetivo benefício do empregador/contratante do servidor para que se configure a ocorrência do ato de improbidade administrativa.

5) Dos necessários abrandamentos na interpretação do alcance das vedações

Apesar das vedações contidas nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92, há de ser dito que, como bem lembra a doutrina ...

"**A lei há que ser interpretada racionalmente, para a consecução dos fins a que se destina**." (Meirelles, Hely Lopes, Mandado de Segurança e Ações Constitucionais, 32ª edição, atualizada por Wald, Arnoldo e Mendes, Gilmar Ferreira, São Paulo: Malheiros, 2009, pág. 96)

Ao se aplicar as vedações espraiadas nos dispositivos legais alhures mencionados sem os devidos temperamentos, poder-se-á - como a seguir se demonstrará - provocar situações aberrantes que, ao invés de apenas propiciarem o atendimento do fim pretendido pela previsão contida nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 (que é o de garantir uma fiscalização sanitária proba), estarão, na prática, por via reflexa, criando óbices na manutenção e arregimentação de pessoal para integrar as hostes dos entes que integram o Sistema de Vigilância Sanitária.

Como o espectro das ações de Vigilância Sanitária é nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 8.080/90 e do art. 3º da Portaria Federal nº 1.565 de 1994 do Ministério da Saúde deveras amplo, açambarcando atuações até mesmo no meio ambiente do trabalho podemos vislumbrar ações dos órgãos de vigilância sanitária acontecendo em locais que não são obrigados a obter licença sanitária e não são estabelecimentos de interesse à saúde. Por exemplo: um banco pode ser inspecionado pela vigilância sanitária para averiguar se no mesmo estão sendo atendidas as NR's do Ministério do Trabalho. Ora, numa situação destas em que temos um estabelecimento

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 54
Visto

que não é usualmente inspecionado pela vigilância sanitária e nem é um típico estabelecimento submetido ao licenciamento por ela exigido, não nos parece razoável exigir-se de um inspetor sanitário que ali exerça alguma atividade se desincompatibilize desta ou da função de inspetor sanitário sobre uma pretensa violação ao disposto nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92.

Assim, cremos que, por ser o mais razoável, as vedações dos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 só devem incidir sobre as atividades sujeitas ao efetivo e usual licenciamento da vigilância sanitária, vez que, como aqui já dito, o fim das vedações legais é o de impedir a intermediação de interesses particulares no seio da fiscalização sanitária e, nos valendo do exemplo acima, no caso do inspetor sanitário que trabalhava num banco, não estamos diante de uma possibilidade efetiva e usual de intervenção dos interesses particulares na atuação estatal, vez que nem sequer se cogitava um choque de interesses quando da prestação de serviços pelo inspetor sanitário, pois ele não estava a trabalhar num local sujeito à fiscalização rotineira da vigilância sanitária.

Pensar de forma contrária significaria impor ao inspetor sanitário "dedicação exclusiva" ao labor fiscalizatório vez que, com a ampliação competencial da Vigilância Sanitária, praticamente nenhuma atividade laboral humana estará completamente isenta da possibilidade de sofrer uma ação da fiscalização sanitária, pois como já dito, a ela compete também fiscalizar dentre outras coisas o meio ambiente do trabalho.

Analisadas sem flexibilização, as vedações presentes nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 podem inclusive impedir que inspetores sanitários trabalhem (concomitantemente à época que estejam exercendo atividades de fiscalização sanitária) em estabelecimentos públicos de interesse à saúde como hospitais, postos de saúde, policlínicas e laboratórios de saúde pública.

Chegamos a tal conclusão diante do fato de os estabelecimentos de saúde mantidos pelo Poder Público, mesmos sendo isentos da necessidade de possuir licença sanitária (vide nota 04), estão sujeitos à fiscalização por parte dos integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (vigilâncias sanitárias da União, DF, Estados e Municípios).

Parece-nos óbvio, contudo, que esta não deve ser a melhor interpretação que deva ser dada aos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e ao inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92, vez que, apesar de os estabelecimentos públicos de interesse à saúde serem passíveis de fiscalização por parte da vigilância sanitária o fato é que, na prática eles não sofrem os efeitos da aplicação coercitiva do poder de polícia, pois é freqüente que os estabelecimentos públicos sejam fiscalizados por órgãos ou entidades de vigilância sanitária da própria esfera administrativa a qual pertencem assim, um posto de saúde municipal normalmente é fiscalizado pela vigilância sanitária do próprio município, o que acarreta na impossibilidade da formação de um contencioso administrativo envolvendo o fiscalizador e o fiscalizado, vez que, neste caso, ambos são ligados à mesma pessoa

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 55
Visto

jurídica e, em caso da esdrúxula hipótese de lavratura de um auto de infração, teríamos o município citado neste exemplo como autor, réu e julgador.

Diante desta impossibilidade fática de lavratura de auto de infração contra os estabelecimentos públicos de interesse à saúde e diante do fato de estes mesmos estabelecimentos não serem obrigados por lei a se licenciar junto às vigilâncias sanitárias, entendemos que não há óbice de que um inspetor sanitário trabalhe num estabelecimento público passível de fiscalização pela própria vigilância sanitária da qual ele é membro.

Ademais, há de se convir que seria inconcebível que um estabelecimento público de interesse a saúde fosse se beneficiar da presença de um inspetor sanitário entre o seu quadro de funcionários e/ou servidores, para tentar se evadir de cumprir as normas previstas na legislação pertinente, vez que, na condição de estabelecimentos públicos ELES SÃO OBRIGADOS A RESPEITAR O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, COM OU SEM INTERVENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Esta é, portanto, mais uma razão para que asseveremos que os artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e o inciso VIII do artigo 9° da Lei Federal n° 8.429/92, se interpretados corretamente, não impõem ao inspetor um regime de "dedicação exclusiva" ao ofício de fiscalizar.

Para finalizar, também rechaçamos uma interpretação restritiva do que se encontra disposto nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9° da Lei Federal n° 8.429/92 no que diz respeito aos inspetores sanitários que lecionam, pois é comum em várias legislações municipais e estaduais a necessidade do licenciamento sanitário de escolas, universidades e outros estabelecimentos de ensino.

Não se valendo da interpretação razoável proposta neste presente estudo, chegar-se-ia a conclusão de que um inspetor sanitário não poderia dar aula em colégio, escola, universidade, faculdade ou qualquer outro tipo de estabelecimento de ensino sujeito ao licenciamento por parte do ente ou órgão de vigilância sanitária ao qual ele está vinculado.

Ora, tal interpretação é insustentável à luz do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (vide nota 05), pois se tal dispositivo constitucional preza pela "liberdade de ensinar" e pela "garantia do padrão de qualidade" não seria tolerável que, por exemplo, os estudantes de um curso de engenharia de alimentos fossem privados das aulas de um inspetor sanitário sobre segurança alimentar só pelo fato de a faculdade onde eles estudam ser licenciada pelo ente ou órgão de vigilância sanitária ao qual o professor/inspetor é vinculado (e aqui esclarecemos que em muitos casos os estabelecimentos de ensino só são licenciados pelo fato de eles explorarem diretamente, e não por terceirização, as atividades de manipulação e comércio de alimentos em cantinas ou lanchonetes).

Aliás, este "alijamento" do inspetor sanitário do ofício do magistério só pelo fato de o estabelecimento de ensino onde ele ministra suas aulas ser licenciado pelo órgão ou entidade sanitária onde ele trabalha, ao que nos parece também vulnera (pelo

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls. 56
Visto

menos nos caso em que o estabelecimento de ensino é público) a alínea "b" do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 vez que ela EXPRESSAMENTE AUTORIZA A CUMULAÇÃO de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

Por tudo o que exposto neste tópico, podemos concluir que a desarrazoada imposição de uma "dedicação exclusiva" ao inspetor sanitário, se adotada, certamente ferirá mortalmente o Sistema de Vigilância Sanitária, vez que é de notório conhecimento que vários dos órgãos e entidades estaduais e municipais de vigilância sanitária funcionam em turnos (um matutino e um vespertino) de 06 (seis) horas tendo suas hostes integradas por servidores ocupantes de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que, por força da alínea "c" do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, podem acumular dois vínculos remunerados com a Administração Pública. Ora, aplicada a "ferro e fogo" a disciplina contida nos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e no inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 os inspetores sanitários que em outros horários trabalham no serviço público, exercendo atividades de médico, enfermeiro, nutricionista, etc. em estabelecimentos sujeitos a fiscalização pelo órgão ou entidade de vigilância sanitária na qual eles também trabalham teriam de abandonar o ofício da fiscalização sanitária sob pena de incorrer em prática de improbidade administrativa, algo que, convenhamos seria inaceitável.

Pôr-se em prática uma aplicação irrefletida dos artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e do inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 é como o visto acima, consagrar e entronizar o *nonsense*, o estapafúrdio e o irrazoável e, conseqüentemente criar óbices na manutenção e arregimentação de pessoal para integrar os quadros funcionais dos entes e órgãos que integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

6) Conclusão

Diante do que se encontra plasmado nas linhas anteriores, cremos que resta induvidoso que, com os abrandamentos necessários, TODOS os inspetores sanitários que gozem do poder de polícia fiscalizador NÃO DEVEM, formal ou informalmente, aceitar emprego, comissão, remuneração, pagamento ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica QUE POSSA SER LICENCIADA, PELA ENTIDADE OU ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ao qual eles estejam vinculados sob pena de violarem os artigos 53 e 74 das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76 e incorrerem na prática de improbidade administrativa nos termos do inciso VIII do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92.

Notas

(**Nota 01**) Eis os termos do artigo 200 da Constituição Federal de 1988:

"**Ao sistema único de saúde compete**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 97
Visto

I - **controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos**;

II - **executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador**;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - **fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano**;

VII - **participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos**;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho."

(**Nota 02**) Estávamos àquele tempo sob a tutela da ordem constitucional instituída pela Emenda Constitucional nº 01 de 1969 que, em continuidade à Constituição Federal de 1967, conferiu amplos poderes à União e, se não implantou um "Federalismo Nominal' como o existente à época da Constituição de 1937, inegavelmente trouxe um modelo que difere em muito da autonomia conferida hoje aos entes que integram o "Pacto Federativo".

Como exemplo desta centralização, veja-se o que a Emenda Constitucional nº 01 de 1969 disciplinava sobre a saúde:

"Art. 8º **Compete à União**:

(... omissis ...)

XIV - **estabelecer e executar planos nacionais** de educação e **de saúde**, bem como planos regionais de desenvolvimento;

(... omissis ...)

XVII - legislar sôbre:

(... omissis ...)

c) **normas gerais sôbre** orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de **defesa e proteção da saúde**; de regime penitenciário;"

Câmara Mun. de Palo Branco
Fls 58
Visto

(**Nota 03**) Confrontando o espectro atual das ações de defesa da saúde, pautado nos termos do § 1° do art. 6° da Lei Federal n° 8.080/90 e do art. 3° da Portaria Federal n° 1.565 de 1994 do Ministério da Saúde, com àquele existente à época do início da vigência das Leis Federais 5.991/73 e 6.360/76, vislumbramos o quão equivocada seria uma interpretação meramente literal dos artigos 53 e 74 destes dispositivos legais, vez que à época, estava em vigor o vetusto "Código Nacional de Saúde" que, aos moldes do cenário exposto na nota 02, centralizava as ações de defesa da saúde na União, conforme podemos ver logo abaixo:

"Lei Federal n° 2.312 - de 3 de setembro de 1954

Art. 18. Incumbe ao órgão federal de saúde, nos têrmos da lei, fiscalizar:

a) o exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista, veterinário, enfermeiro e outras afins, reprimindo o curandeirismo, e o charlatanismo;

b) **a produção, a manipulação e comércio de drogas, plantas medicinais, especialidades farmacêuticas, antissépticos, desinfetantes, produtos biológicos, químico-farmacêuticos e de toucador, e quaisquer outros que interessar possam a saúde pública, valendo-se para êsse fim da análise prévia e da análise final dos produtos**;

c) **a instalação e o funcionamento de farmácias e indústrias farmacêuticas, de drogarias ervanárias, laboratórios de análises e pesquisas clínicas, de raios X e de rádium, e outros que interessarem a saúde pública**;

d) o comércio e o uso de entorpecentes;

e) os anúncios médico-farmacêuticos e de profissões afins, qualquer que seja o meio de divulgação;

f) os rótulos, bulas e prospectos de especialidades farmacêuticas, antissépticos e desinfetantes e os de produtos biológicos, químico-farmacêuticos, de toucador e congêneres.

Decreto n° 49.974-a, de 21 de janeiro de 1961.

Art. 3° O Ministério da Saúde é o órgão federal ao qual incumbe o estudo, a pesquisa e a orientação dos problemas médico-sanitários e a execução da medidas de sua competência que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 4° Compete aos Estados, Territórios e Distrito Federal organizar e fazer funcionar os seus serviços de saúde, bem como legislar supletivamente.

(... omissis ...)

Art. 58. À autoridade sanitária competente cabe licenciar e fiscalizar a instalação e o funcionamento de farmácias, drogarias e depósitos de drogas ou de produtos farmacêuticos, ervanarias, bancos de sangue, bancos de leite humano, laboratórios de

Câmara Mun. de Pato Branco Fls. 59 Visto

análises médicas e de pesquisas clínicas, gabinetes que utilizem Raios X ou substâncias radioativas, e outros estabelecimentos que interessem à saúde pública.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde, disporá de órgão especializado para atender às questões relativas ao contrôle do uso de radiações ionizantes.

(... omissis ...)

Art. 60. **Cabe à autoridade sanitária federal competente**:

a) **autorizar e fiscalizar a instalação e o funcionamento de estabelecimentos que fabriquem produtos farmacêuticos**, aparelhos de Raios X e substâncias radioativas;

b) autorizar e fiscalizar o plantio e a cultura de plantas entorpecentes de qualquer natureza, seja qual fôr sua finalidade;

c) **autorizar e fiscalizar a instalação e o funcionamento de estabelecimentos em que se exerça a indústria ou fabricação de entorpecentes, de qualquer natureza, inclusive os sintéticos, sua transformação, purificação e respectivo acondicionamento, exercendo contrôle rigoroso, permanente, através de autoridade sanitária fiscal, especialmente designada**;

d) licenciar e fiscalizar o comércio de entorpecentes e de suas preparações, conceder certificado e autorização para importação ou exportação, conferir e visar guias para retirada da Alfândega, bem como fiscalizar as requisições de compra e venda;

e) **licenciar e fiscalizar a produção, manipulação, acondicionamento e comércio de drogas, produtos químico-farmacêuticos, plantas medicinais, preparações oficinais, especialidades farmacêuticas, anitissséticos, desinfetantes, inseticidas, raticidas, produtos biológicos, dietéticos, de higiene, toucador e quaisquer outros que interessem a saúde pública**;

f) fiscalizar os dizeres dos rótulos, bulas e prospectos de quaisquer drogas, produtos ou preparações farmacêuticas, de especialidades farmacêuticas, antissséticos, desinfetantes, inseticidas, raticidas, produtos para uso odontológico, de higiene, toucador e outros congêneres, bem como os de propaganda qualquer que seja o meio de divulgação.

Parágrafo único. A autorização federal concedida não impede o licenciamento local quando previsto em regulamento assim como a fiscalização federal não exclui a da Unidade Federal, respeitadas as normas e padrões federais."

(Nota 04) Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

Art. 9º - **Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos abrangidos por esta Lei integrantes da Administração Pública ou por ela**

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 60
Visto

instituídos, ficando sujeitos, porém às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.

Lei Federal Nº 6.437 de 20 de agosto de 1977 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Art. 10 (... omissis ...)

Parágrafo único. **Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos**, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.

(Nota 05) Art. 206. Da Constituição Federal de 1988 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - **liberdade de** aprender, **ensinar**, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - **garantia de padrão de qualidade**.

Conforme a NBR 6023:2000 da Associacao Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto cientifico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma: ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. *Sobre a incompatibilidade do exercício da função de inspetor sanitário e o acúmulo de emprego ou prestação de serviços no setor regulado*. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 24 fev. 2010. Disponivel em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.26070>. Acesso em: 29 mar. 2012.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 61
Visto

COMPARATIVO
DOS BENEFÍCIOS NO PCCV

PARTE 1

ATUAL
X
NOVA PROPOSTA

NOVO PCCV DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Câmara Mun. de Palo Branco Fls 62 Visto

TIPO	ATUAL	NOVO
Níveis Diagonais	16 níveis com diferença de 4% sobre o piso base	54 níveis com diferença de 2% sobre o base
Níveis Diagonais – diferença entre o piso e o último nível	16 níveis com diferença de 60% entre o piso de admissão e o último nível	54 níveis com diferença de 100% entre o piso de admissão e o último nível
Promoção por estudo (escolaridade) Titulação	Não tem	Avanço decorrente da escolaridade estar acima do exigido para o cargo
Promoção por qualificação	Não tem	Avanço decorrente de capacitação na área de atuação
Promoção por mérito (avaliação de desempenho)	Sim. Conforme nota do avaliador.	Sim. Conforme nota do avaliador.
Promoção por mérito (avaliação de desempenho),possibilidade real de subida de nível.	Aproximadamente 432 servidores não avançavam mais na tabela, em nível diagonal, pelo fato da tabela estar muito defasada.	Todos os servidores avançarão em nível diagonal, considerando a correção das tabelas de vencimentos.
Progressão Funcional – Crescimento na carreira	Não tem.	Oportunidade de o servidor adquirir habilidades em novas funções, oportunizando crescimento na carreira.
Escola de Governo	Não tem.	Órgão criado para qualificar o servidor visando a promoção na carreira.
Destinação dos valores descontados a título de faltas e atrasos	Não tem.	Direcionado para a Escola de Governo com a finalidade de qualificar os servidores.
Reserva de Vagas para PNE.	3%	5%. Adequando-se ao Decreto Federal.
Licença Prêmio	Não tem	Adquirido a cada 5 anos de efetivo exercício, com regras estabelecidas em regulamento.
Possibilidade de o Plantão Médico ser realizado por outros médicos não concursados como plantonistas.	Não tem.	Em Caso de urgência outros servidores médicos poderão atuar no plantão médico.
Gratificações	Por Acúmulo de Funções.	**1.** Pela participação em Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho; **2.** Por Responsabilidade Técnica exigida e regulamentada em lei própria; **3.** Quando em função da

		essencialidade e urgência do serviço público, o servidor tenha que cumprir escala de trabalho, aos sábados, domingos ou feriados, ressalvado o descanso semanal remunerado mínimo, previsto em lei; **4.** Pelo acúmulo de funções; **5.** Pela responsabilidade na Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **6.** Por atingir metas de produtividade e desempenho, especificadas em regulamento próprio; **7.** Por Funções de Confiança, decorrentes de atribuições e responsabilidades de direção, chefia e/ou assessoramento; **8.** Por Especialização, quando o exercício da função depender, sob pena de ser considerado exercício ilegal da profissão, exclusivamente para cargos de curso superior.
Limite de Gratificação ao servidor concursado, para funções de confiança.	Não Tem	Até 100%
Regulamento de Concurso Público	DESATUALIZADO	Novo Regulamento instituído por Decreto
Regulamento Avaliação de Desempenho	DESATUALIZADO	Novo Regulamento instituído por Decreto
Descrição de Cargos	DESATUALIZADO	Manual de Cargos instituído por Decreto
Programa de Desenvolvimento de Pessoal instituído por lei – capacitação e promoção.	Não tem	Criação da Escola de Governo.

* NOVO PCCV – possibilidade do pessoal que efetuou o concurso para auxiliar de serviços gerais no ano de 1996, e que sempre atuaram como auxiliar administrativo, inclusive cumprindo o estágio probatório na área administrativa, serem reenquadrados para a área administrativa.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 64
Visto

COMPARATIVO DE VENCIMENTOS

PARTE 2

ATUAL
X
NOVA PROPOSTA

COMPARATIVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS



CARGO: AGENTE DE APOIO
A) OPERACIONAL;
B) À EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL.

PISO 1 NOVO PLANO – 754,12

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
GARI	330,47	423,65	128,20%
ZELADOR	330,47	423,65	128,20%
FAXINEIRO	330,47	423,65	128,20%
SERVENTE	330,47	423,65	128,20%
JARDINEIRO	517,67	236,45	45,68%

PISO 2 NOVO PLANO – 791,81

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
COVEIRO	330,47	461,34	139,60%
MERENDEIRA	394,44	397,37	100,74%
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	517,67	274,14	52,96%
FRENTISTA	517,67	274,14	52,96%
COZINHEIRO	517,67	274,14	52,96%
MARTELETEIRO	517,67	274,14	52,96%
MARROEIRO	517,67	274,14	52,96%
VIGIA	517,67	274,14	52,96%
AUX.EDUC. INFANTIL –BÁSICO	473,66	318,15	67,17%
TELEFONISTA	630,25	161,56	25,63%

PISO 3 NOVO PLANO – 867,23

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
GARI DE CAMINHÃO	517,67	345,60	66,76%
BORRACHEIRO	703,22	160,05	22,76%
OPERADOR DE CALDEIRA	768,28	94,99	12,36%
MÃE SOCIAL	704,79	158,48	22,49%
AGENTE SOCIAL	577,62	285,65	49,45%

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 66
Visto

PISO 4 NOVO PLANO – 935,39

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
AGENTE DE TRÂNSITO	703,22	232,17	33,02%
ELETRICISTA PREDIAL	768,28	167,11	21,75%

PISO 5 NOVO PLANO – 1.000,65

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
CARPINTEIRO	703,22	297,43	42,30%
PEDREIRO	703,22	297,43	42,30%
PINTOR	703,22	297,43	42,30%
MOTORISTA I – CNH CAT "B"	703,22	297,43	42,30%
CHAPEADOR	768,28	232,37	30,25%
SOLDADOR	768,28	232,37	30,25%
MESTRE DE OBRAS	768,28	232,37	30,25%
MARCENEIRO	909,47	91,18	10,03%
INST. APREND INDUSTRIAL	909,47	91,18	10,03%
AUX.EDUC.INFANTIL – MAGISTÉRIO	704,79	295,86	41,98%

PISO 6 NOVO PLANO – 1.065,91

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
OPER BRITADOR	517,67	548,24	105,91%
MOTORISTA II – CNH CAT "D"	768,28	297,63	38,74%
OPER MAQ ROD I	768,28	297,63	38,74%
MECANICO	909,47	156,44	17,20%
AUX.EDUC.INFANTIL – PEDAGOGIA	704,79	361,12	51,24%

PISO 7 NOVO PLANO – 1.134,07

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	DIFERENÇA EM R$	AUMENTO EM %
OPER MAQ ROD II	909,47	224,60	24,70%
MECÂNICO MÁQUINAS PESADAS			

FUNÇÃO:
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL



FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	NOVO VENCIMENTO	DIFERENÇA	AUMENTO EM %	CV
AUX.EDUC. INFANTIL –BÁSICO	473,66	791,81	318,15	67,17%	4
AUX.EDUC.INFANTIL – MAGISTÉRIO	704,79	1.000,65	295,86	41,98%	5
AUX.EDUC.INFANTIL – PEDAGOGIA	704,79	1.065,91	361,12	51,24%	6

NOVAS FUNÇÕES DENTRO DO CARGO AGENTE DE APOIO

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	NOVO VENCIMENTO
MONITOR DE ÔNIBUS	-	867,23
ESPARGIDOR DE ASFALTO	-	1.000,65
LAVADOR	-	1.065,91
LUBRIFICADOR	-	1.000,65
PADEIRO	-	791,81
SEGURANÇA	-	791,81
BLASTER	-	791,81
PINTOR	-	1.134,07
ELETRICISTA AUTOMOTIVO	-	791,81
ELETRICISTA OFICIAL	-	935,39
ELETRICISTA ELETROTÉCNICO	-	791,81
MECÂNICO MAQ PESADA	-	1.134,07

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 168
Visto

CARGO: ASSISTENTE EM GESTÃO

FUNÇÃO	VENCIMENTO ATUAL
ASSIST.DE INFORMÁTICA	1.029,70
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	630,25
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	904,14
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III	1.026,04
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	577,62
CONTÍNUO	317,81
DESENHISTA	1.029,70
FISCAL DE EDIFIFICAÇÕES	1.026,04
FISCAL DE LIMPEZA PÚBLICA	630,25
FISCAL DE TRIBUTOS	1.026,04
SECRETARIA	904,14
SECRETÁRIA DE GABINETE	1.026,04
TÉC.SEG. TRABALHO	1.029,70
TÉCNICO AGRICOLA	1.029,70
TÉCNICO CONTÁBIL	1.281,97
TESOUREIRO	1.759,81
TOPÓGRAFO	1.029,70
NOVO VENCIMENTO POR ÁREA DE HABILITAÇÃO	
MÉDIO	1.005,48
TÉCNICO	1.156,30
SUPERIOR	1.503,18

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 69
Visto

CARGO: ASSISTENTE EM SAÚDE

FUNÇÃO	VENCIMENTO ATUAL
AUX.DE ENFERMAGEM	652,96
AUX.DE LABORATÓRIO	652,96
AUX.DE SANEAMENTO	770,15
AUX.DE SERV.SOCIAL	770,15
AUX.ENFERMAGEN - ESF	773,84
AUX.FARMÁCIA	703,22
AUX.HIG.DENTAL	703,22
AUX.HIG.DENTAL - SB	703,22
INSP.DE SANEAMENTO	904,14
TÉC. EM HIG.DENTAL - SB	1.038,07
TÉC.DE ENFERMAGEM	778,56
TÉC.DE LABORATÓRIO	778,56
TÉC.EM ALIMENTOS	986,34
TÉCNICO DE RAIO X	820,51
TÉCNICO HIG.DENTAL	778,56
NOVO VENCIMENTO POR 30H PARA TODAS AS FUNÇÕES E POR 20H PARA TÉCNICO RAIO X POR ÁREA DE HABILITAÇÃO	
MÉDIO	754,12
TÉCNICO	867,23
SUPERIOR	1.127,39
NOVO VENCIMENTO POR 40H POR ÁREA DE HABILITAÇÃO	
MÉDIO	1.005,48
TÉCNICO	1.156,30
SUPERIOR	1.503,18

Câmara Fls. 70 Visto

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	NOVO VENCIMENTO	DIFERENÇA	AUMENTO EM %
ADMINISTRADOR	2.109,68	2.376,35	266,67	12,64%
ASSISTENTE SOCIAL	2.109,68	2.376,35	266,67	12,64%
BIOMÉDICO	1.659,74	1.825,71	165,97	10,00%
CONTADOR	2.109,68	2.376,35	266,67	12,64%
EDUCADOR SOCIAL	1.759,81	1.935,79	175,98	10,00%
ENFERMEIRO	2.335,77	2.376,35	40,58	1,74%
ENFERMEIRO ESF 40H	2.851,00	3.168,47	317,47	11,14%
ENG AGRONOMO	2.109,68	2.376,35	266,67	12,64%
ENGENHEIRO AMBIENTAL	3.319,48	3.651,43	331,95	10,00%
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	1.559,25	1.825,71	266,46	17,09%
FARMACÊUTICO DE FARMÁCIA	2.338,88	2.569,32	230,44	9,85%
FARMACÊUTICO INDUSTRIAL	2.494,82	2.569,32	74,50	2,99%
FISIOTERAPEUTA	1.559,25	1.825,71	266,46	17,09%
FONOAUDIÓLOGO	1.559,25	1.825,71	266,46	17,09%
GERENTE DE INFORMÁTICA	1.759,81	1.935,79	175,98	10,00%
MÉDICO ESF	10.182,19	11.200,49	1.018,30	10,00%
MÉDICO GENERALISTA	10.182,19	11.200,49	1.018,30	10,00%
MÉDICO VETERINARIO	2.335,75	2.569,32	233,57	10,00%
NUTRICIONISTA	1.559,25	1.825,71	266,46	17,09%
ODONTÓLOGO 20H	1.659,74	1.825,71	165,97	10,00%
ODONTÓLOGO ESPECIALISTA	2.160,32	2.376,35	216,03	10,00%
ODONTÓLOGO SB 40H	3.258,30	3.651,43	393,13	12,07%
PROCURADOR	2.558,17	3.651,43	1.093,26	42,74%
PSICÓLOGO	1.559,25	1.825,71	266,46	17,09%
TERAPÊUTA OCUPACIONAL	1.559,25	1.825,71	266,46	17,09%

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

FUNÇÕES	VENCIMENTO ATUAL	NOVO VENCIMENTO	DIFERENÇA	AUMENTO EM %
ADVOGADO	2.558,17	3.651,43	1.093,26	42,74%
ARQUITETO	2.558,17	3.651,43	1.093,26	42,74%
ENGENHEIRO CIVIL	2.558,17	3.651,43	1.093,26	42,74%
MÉD.AMBULATORIAL 30H	2.900,85	6.381,83	3.480,98	120,00%
MÉDICO AMBULATORIAL 20H	1.933,89	4.254,55	2.320,66	120,00%

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 43
Visto

PARTE 3

IMPACTO FINANCEIRO

NOVA PROPOSTA

IMPACTO PCCS

CARGO: AGENTE DE APOIO

Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	IMPACTO
754,12	791,81	867,23	935,39	1.000,65	1.065,91	1.134,07	176.561,06

CLASSE 1 (Jardineiro.Monitor de ônibus; Auxiliar de Serviços Gerais (demais atividades não compreendidas nas classificações acima em nível operacional).Zelador; Faxineiro; Servente de Limpeza; Gari de Limpeza de Rua; Monitor de ônibus; Continuo.)
CLASSE 2 (Auxiliar de CEI – Nível Operacional (não envolvendo atividades educacionais).Cozinheira; Merendeira; Auxiliar de Cozinha; Padeiro. Lavador; Lubrificador; Frentista.Telefonista.Vigia; Segurança.)
CLASSE 3 (Borracheiro.Mãe Social; Agente Social. Operador de Caldeira; Coveiro; Gari de Caminhão; Marteleteiro; Marroeiro; Espargidor de Asfalto; Auxiliar de Serviço Braçal (encarregado em realizar serviços de poda, capina, roçada, juntada de entulhos).
CLASSE 4 (Agente de Trânsito. Fiscal de Trânsito. Eletricista Predial; Blaster.)
CLASSE 5 (Auxiliar de Educação Infantil – Curso Magistério. Eletricista Oficial. Instrutor de Aprendizagem. Motorista I. Serralheiro; Mestre de Obras; Pedreiro; Pintor; Carpinteiro; Marceneiro. Soldador; Chapeador; Eletricista Automotivo.
CLASSE 6 (Auxiliar de Educação Infantil – Curso Superior. Eletricista Eletrotécnico. Mecânico. Motorista Categoria II. Operador de Máquinas I)
CLASSE 7 (Mecânico de Máquinas Pesadas. Operador de Maquinas II)

CARGO: ASSISTENTE EM GESTÃO / ASSISTENTE EM SAÚDE

Classe 8/14	Classe 9/15	Classe 10/16	Classe 11	Classe 12	Classe 13	IMPACTO
1.005,48	1.156,30	1.503,18	754,12	867,23	1.127,39	55.307,96

Assistente em Gestão - Assistente Administrativo; Secretária; Assistente Contábil; Assistente de Administração, Orçamento e Finanças Públicas; Assistente de Informações Técnicas, Culturais e Desportivas; Assistente de Assistência e Desenvolvimento Social. Fiscal de Tributos; Fiscal do Consumidor; Fiscal de Obras; Fiscal de Vigilância Sanitária; Fiscal de Limpeza Urbana. Técnico em Segurança do Trabalho. Desenhista Técnico; Técnico em Edificações; Assistente de Desenvolvimento Urbano. Técnico Agrícola; Assistente de Desenvolvimento Ambiental.Topógrafo.Assistente de Informática.

Assistente em Saúde - Auxiliar de enfermagem.Técnico de enfermagem.Auxiliar de farmácia.Técnico de farmácia.Auxiliar de higiene dental.Técnico de higiene dental.Auxiliar de Laboratório. Técnico de laboratório.Auxiliar de saneamento.Técnico em saneamento.Técnico de Raio X.

NÍVEL	CLASSE DE VENCIMENTO	[redacted]	NÍVEL	CLASSE DE VENCIMENTO
Médio 40h	8/14	[redacted]	Médio 30h	11
Técnico 40h	9/15	[redacted]	Técnico 30h	12
Superior 40h	10/16	[redacted]	Superior 30h	13

Câmara Mun. de São Branco
Fls 47
Visto

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

Classe 17	Classe 18	Classe 19	Classe 20	Classe 21	Classe 22	IMPACTO
1.825,71	1.935,79	2.376,35	2.569,33	3.168,47	3.651,43	23.832,67

AdministradorC19.AdvogadoC22.ArquitetoC22.Assistente em Tecnologia da InformaçãoC18. Assistente SocialC19. Educador SocialC18. BiomédicoC17. ContadorC19. Enfermeiro 30HC19. Enfermeiro 40H C21. Engenheiro AgrônomoC19. Engenheiro AmbientalC19. Engenheiro CivilC22. Farmacêutico BioquímicoC17. Farmacêutico de FarmáciaC20. Farmacêutico IndustrialC20. FisioterapeutaC17. FonoaudiólogoC17. Médico VeterinárioC20. NutricionistaC17. Odontólogo 30HC17. Odontólogo 40H C22. Odontólogo com especializaçãoC19. PsicólogoC17. Terapeuta OcupacionalC17.

CARGO: Médico ESF - Médico Generalista - 40H SEMANAIS

Classe 25	IMPACTO
11.200,49	10.308,96

CARGO: Médico Ambulatorial 20h 30h

Classe 23	Classe 24	IMPACTO
5.600,24	8.400,37	125.245,66

CARGO: Médico Plantonista (Clínico e Pediatra)
PLANTÃO SEMANAL

Classe 26	IMPACTO
572,04	17.291,95

CARGO: Médico Plantonista (Clínico e Pediatra)
PLANTÃO FINAL DE SEMANA

Classe 27	IMPACTO
808,68	7.201,99

Câmara Mun. de Balo Branco

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 74
Visto

Ao Excelentíssimo Senhor Osmar Braun Sobrinho
Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

Pato Branco, 2 de abril de 2012.

PARECER JURÍDICO
Projeto de Lei nº 74/2012

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 059/2012, propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade instituir o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

Fundamenta, em justificativa, que o Plano foi embasado em fundamentos para se buscar a organização dos cargos públicos de provimento efetivo, representando um salto da Administração Municipal em direção à modernização e ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas no serviço público.

Aduz, ainda, que em decorrência de uma estrutura administrativa adequada, naturalmente ocorre evasão de profissionais qualificados para outros empregos públicos e até mesmo para a iniciativa privada, mormente pelo baixo incentivo econômico.

Por fim, argumenta que a proposta legislativa em apreço visa "*concluir o programa de governo aprovado pela maioria da população pato-branquense*".

É o resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a Lei nº 9.504/1997, notadamente o art. 73, VIII c/c art. 7º, proíbe expressamente o agente público "*fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição*", em data posterior a de 180 dias que antecedem as eleições, vale dizer, no presente caso, 10 de abril de 2012 (conforme prevê, inclusive, a Resolução do TSE nº 23.341, de 28 de junho de 2011, aplicável às eleições de 2012).

É clarividente que o novo Plano de Carreiras e Vencimentos apresentado pelo Executivo importará em reajuste na remuneração dos servidores, encontrando-se, assim, na vedação legal acima anunciada.

Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida

O presente projeto de lei foi protocolizada nesta Casa no dia 28 de março último, às 16:44h.

Desde então, todos os setores da Casa – administrativo, jurídico, contábil, legislativo (vereadores e assessores) – engajaram-se na ânsia de conferir uma rápida e eficiente tramitação do projeto, para que, FINALMENTE, o PCCV seja aprovado e torne-se válidos aos servidores do Poder Executivo já para este ano de 2012.

A política de valorização do servidor público, nos últimos anos, vem mostrando-se uma busca incansável, relutante e porque não gloriosa por parte do funcionário público, que muitas vezes sofre uma INJUSTA discriminação por parte da sociedade (por isso diria que a busca é "gloriosa").

Estranhamente o Poder Executivo não fez pedido de regime de urgência da tramitação do projeto. Inobstante, o Poder Legislativo pato-branquense, deveras sensibilizado com a situação, vem emplacando um verdadeiro "regime urgente urgentíssimo" na busca da deliberação da matéria em tempo hábil, que não esbarre no calendário eleitoral.

É claro que matérias como tais não podem ser discutidas e votadas por esta Casa com atropelos típicos de leis cotidianas do Poder Legislativo.

Votar uma Lei que institui um Plano de Carreira, Cargos e Vencimento, ainda mais para um Município pujante como Pato Branco, deve ser precedida de ampla discussão entre os Poderes Legislativo e Executivo e a sociedade, mormente tendo diversos pontos reputados "polêmicos" no bojo do Projeto de Lei.

Vive-se num a época em que a (necessidade de) rapidez tornou-se característica marcante do mundo moderno. O ponto de equilíbrio entre o binômio tempo/efetividade tornou-se meta de difícil conquista, quiçá inalcançável.

Como diria o dramaturgo/filósofo grego Sófocles, "*O raciocínio e a pressa não se dão bem*", porém, o mundo espera de nós agilidade e destreza no trato de nosso mister. Aliás, Jose Saramargo diz que "*Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo*".

Assim, sem delongas, dada a importância social, econômica e pública da matéria, o projeto merece tramitação urgente.

Câmara Municipal de Pato Branco
Sede Administrativa: Carlos Almeida

Já foram realizadas algumas reuniões na Casa, participando a comissão do Poder Executivo que elaborou o projeto de lei em tela, bem como representantes das várias categorias de servidores públicos.

Destas reuniões, já foram delineadas algumas emendas pontuais que serão apresentadas em Plenário para discussão e votação.

Inclusive participamos das reuniões e colaboramos com algumas idéias de emendas, motivo pelo qual, para não nos tornarmos repetitivos, não se fará novamente menção neste parecer jurídico.

Outrossim, algumas alterações sugeridas pelo Jurídico não foram objetos de emendas, tais como:

- a previsão contida no parágrafo único, do art. 9º, que, salvo melhor juízo, visa "convalidar" ato irregular referente a servidores que prestaram concurso público de auxiliar de serviços gerais, objeto do Edital nº 01/1996, e foram nomeados em função distinta daquela para qual se inscreveram no referido concurso. Ao que tudo indica, houve notória burla ao concurso público, mesmo que em situação pretérita, haja vista que alguns servidores foram nomeados em cargos diversos daquele para qual prestaram o concurso público. Portanto, recomendamos a supressão do parágrafo único, do art. 9º;

- a previsão contida no §3º, do art. 31, que veda o gozo de licença especial aos servidores que possuírem atestados médicos com um somatório igual ou superior a 90 dias, durante o período aquisitivo. Na prática, estar-se-á penalizando um servidor que eventualmente fique doente e/ou afastado por motivos que não seja decorrente de acidente de trabalho e da licença maternidade. Salvo melhor juízo, tal dispositivo deveria ser suprimido na íntegra;

- por fim, entendemos que o Capítulo específico que trata dos Plantões Médicos, inserido no bojo do PCCV, deveria ser tratado em legislação própria, haja vista que referida proposição estabelece normas gerais atinentes aos servidores públicos, independentemente da classe funcional aos quais pertencem, com exceção, é claro, ao magistério.

Outras emendas que eventualmente se façam necessárias serão elaboradas a tempo, para que não prejudique a normal tramitação da matéria.

Câmara Municipal de Pato Branco
Sede Administrativa: Carlos Almeida

No que se refere à iniciativa da matéria, há arrimo nos arts. 32, §2º, II e 47, VII, da Lei Orgânica do Município, que apresentam as seguintes redações:

> Art. 32. [...]
> §2º São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal leis que disponham: [...]
> II – servidores público do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos.
>
> Art. 47. Compete ao Prefeito: [...]
> VII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei.

De mais a mais, consultando o Departamento Contábil da Casa, há a informação de que houve previsão da LDO para contemplar os gastos com a implementação do novo PCCV (art. 20, da Lei Municipal nº 3.630/2011 – cópia anexa).

Como dito alhures, a matéria é complexa e mereceria um tempo razoável de análise jurídica, para que se evitem eventuais lacunas ou excessos legislativos da Lei a ser aprovada.

Por este motivo, se necessário, reservamo-nos no direito de nova apreciação jurídica do projeto, caso surjam fatos ou reivindicações que não forma objetos de debate prévio antes da deliberação em Plenário.

É o parecer favorável à normal tramitação regimental da matéria, cabendo às Comissões e aos Vereadores atenção na deliberação do projeto, levando-se em considerações toda a discussão prévia que aconteceu nas reuniões anteriormente mencionadas.

Luciano Beltrame
Procurador Legislativo

José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 18
Visto

LEI Nº 3.630, DE 11 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2012 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2012, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

I. ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
II. metas e riscos fiscais;
III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
VII. programas dos Fundos e da Companhia de Mineração de Pato Branco.

CAPÍTULO I
AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES E SUB-FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I
DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2012, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II
METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da

ASSESSORIA JURÍDICA

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 39
Visto

para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto no quadro do Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Município, até 31 de agosto de 2012, tabela de controle dos servidores públicos municipais e dos cargos de provimento em comissão integrantes do quadro geral de pessoal, demonstrando os quantitativos ocupados e os vagos.

Art. 20. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* neste artigo serão custeados com recursos dos orçamentos fiscal e próprio da administração direta e indireta.

Art. 21. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

ASSESSORIA JURÍDICA

Comissão Justiça e Redação
Parecer ao Projeto de Lei nº 74/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral 02-Apr-2012-15:06-002445-1/1

Os membros da Comissão de Justiça e Redação se reuniram para analisar e emitir parecer ao **Projeto de Lei nº 74/2012**, de 28 de março de 2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

O Poder Executivo, por meio da Mensagem n° 59/2012, propôs o projeto de lei em epígrafe que tem por finalidade instituir o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Segundo a mensagem a elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do Município de Pato Branco foi embasada em fundamentos para se buscar a organização dos cargos públicos de provimento efetivo em planos de carreira, estruturado.

Em relação à proposição em tela, verificando as informações que o referido Projeto de Lei visa estabelecer, os documentos, não foi observado nenhuma ilegalidade. Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.
Pato Branco, 30 de março de 2012.

Claudemir Zanco (PSD) – Presidente/Relator

Laurindo Cesa (PSDB)
Membro

William C.R. Machado (PMDB)
Membro

Câmara Mun de Pato Branco Fls 21 Visto

Exmo. Sr.
Osmar Braun Sobrinho
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral 02-Abr-2012-11:52-012402-1/1

O vereador infra-assinado, **Guilherme Sebastião Silverio – PMDB,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDA ADITIVA** ao ART. 11 do Projeto de Lei n. 74/2012 que Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

EMENDA ADITIVA:

Acrescenta ao ART.11 item 4 com a seguinte redação: OK

4. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização *stricto sensu*, obtido de forma legal, de acordo com o sistema universitário: 2 (dois) níveis.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 02 de abril de 2011.

Guilherme Sebastião Silverio – PMDB

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 02
CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral 02-Abr-2012-17:44-012564-1/1

Excelentíssimo Senhor
OSMAR BRAUN SOBRINHO
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário as seguintes Emendas ao **Projeto de Lei nº 74/2012**, de 28 de março de 2012, que **institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco**.

APROVADO Data 2 / 4 / 2012 Assinatura _____ CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

1 - EMENDA ADITIVA:

OK

Acrescenta ao **Capítulo VI – Do Plantão Médico, letra c, ao Art. 32, § 1º,** renumerando-se os demais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32...
c) No plantão de 12(doze) horas, poderá ser feito por 2 (dois) profissionais que estarão dividindo o plantão em 6(seis) horas entre eles, bem como a remuneração, acordado com o gestor municipal de saúde.

APROVADO Data 2 / 4 / 2012 Assinatura _____ CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

2- EMENDA MODIFICATIVA:

OK

Modifica o **§ 2º, do art. 32,** que passa a vigorar com a seguinte redação:
§ 2.° Somente serão permitidas substituições entre os próprios médicos plantonistas, com motivo devidamente justificado, com a autorização do Diretor Clínico eleito e nomeado em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

APROVADO Data 2 / 4 / 2012 Assinatura _____ CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

3- EMENDA MODIFICATIVA:

OK

Modifica o **§ 4º, do art. 32,** que passa a vigorar com a seguinte redação:
§ 4.° As escalas de plantão médico deverão permanecer afixadas em local visível, com as assinaturas do Diretor Clínico eleito e nomeado e do Gestor Municipal de Saúde, e arquivadas na Secretaria Municipal de Saúde.
Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Pato Branco, 02 de abril de 2012.

Claudemir Zanco
Vereador – PSD

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

AO
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral 02-Apr-2012-20:07-012659-1/1

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, EMENDAS ao **Projeto de Lei nº 74/2012**, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 059/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores públicos do Município de Pato Branco.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01:

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

OK

Suprime o disposto contido no inciso IV, do art. 10 do Projeto de Lei nº 74/2012.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01:

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

Modifica o inciso VI, do art. 3º, do Projeto de Lei nº 74/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

OK

"Art. 3º.....

VI – NÍVEIS DE VENCIMENTOS: são as unidades de amplitude dos vencimentos, dentro de cada classe de vencimentos, compostas por 53 níveis, obedecendo ao acréscimo de 2% (dois por cento) para cada um dos níveis, tomando-se por base o Piso de Admissão;"

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02:

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL PATO BRANCO

OK

Modifica o *caput* do art. 12, do Projeto de Lei nº 74/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 A Progressão Vertical por Formação é a ascensão funcional do servidor de uma classe de vencimento para outra, reenquadrando-o no mesmo nível de vencimento, feito por critério exclusivo de formação profissional e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:"

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

EMENDA ADITIVA Nº 01:

APROVADO
Data 2, 4, 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

OK

Acrescenta Seção IV, ao Capítulo II, do Projeto de Lei nº 74/2012, com a seguinte redação:

II

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral 02-abr-2012 20h17 0126

"Seção IV
Da Ascensão

Art. 23. A ascensão consiste na passagem do servidor, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de um cargo para outro.

§ 1.º Nos casos de ascensão, o servidor será enquadrado na referência inicial do padrão correspondente ao cargo para o qual prestou concurso, independentemente do tempo de serviço já prestado ao Município de Pato Branco.

§ 2.º Ao servidor que for ascendido, conforme o disposto neste artigo, será garantido o percentual de adicional por tempo de serviço por ele prestado ao Município de Pato Branco, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco.

§ 3.º Caso seja considerado inabilitado no estágio probatório, o servidor será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, nos termos do artigo 35 da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 4.º A promoção prevista no caput deste artigo, consiste na participação do servidor em concurso público municipal com ampla concorrência, sendo vedada a sua aplicação em concurso público interno."

EMENDA SUPRESSIVA Nº 02:

APROVADO
Data 2, 4, 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

OK

Suprime o disposto contido no art. 14 do Projeto de Lei nº 74/2012, renumerando-se os demais.

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

EMENDA MODIFICATIVA Nº 03:

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

OK

Modifica o *caput* do art.18, do Projeto de Lei nº 74/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

> ***"Art. 18. Para efeito de promoção no serviço público, deverão ser adotados, dentre os fatores de avaliação de desempenho a seguir enumerados, os que sejam compatíveis com as funções desempenhadas pelo servidor:"***

EMENDA MODIFICATIVA Nº 04:

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

OK

Modifica a redação do §3º, do art. 31, do Projeto de Lei nº 74/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

> ***"Art. 31.....***
>
> ***§3º Não terá direito a Licença Especial os servidores que no período aquisitivo, possuírem em atestados médicos, somatória igual ou superior a 90 dias, exceto atestados decorrentes de acidente de trabalho e de licença maternidade."***

EMENDA MODIFICATIVA Nº 05:

APROVADO
Data 2 / 4 / 2012
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

OK

Modifica a redação do Anexo II, do Projeto de Lei nº 74/2012, passando a vigorar com a redação constante do documento.

Nestes Termos, Pedem Deferimento.

Pato Branco, 2 de abril de 2012.

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO MULTIFUNCIONAL
AGENTE DE APOIO

Classe 1 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
754,12	769,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 2 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
791,81	807,65	823,48	839,32	855,15	870,99	886,83	902,66	918,50
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
934,34	950,17	966,01	981,84	997,68	1.013,52	1.029,35	1.045,19	1.061,03
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.076,86	1.092,70	1.108,53	1.124,37	1.140,21	1.156,04	1.171,88	1.187,72	1.203,55
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.219,39	1.235,22	1.251,06	1.266,90	1.282,73	1.298,57	1.314,40	1.330,24	1.346,08
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.361,91	1.377,75	1.393,59	1.409,42	1.425,26	1.441,09	1.456,93	1.472,77	1.488,60
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.504,44	1.520,28	1.536,11	1.551,95	1.567,78	1.583,62	1.599,46	1.615,29	1.631,13

Classe 3 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
867,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 4 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
935,39	954,10	972,81	991,51	1.010,22	1.028,93	1.047,64	1.066,34	1.085,05
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.103,76	1.122,47	1.141,18	1.159,88	1.178,59	1.197,30	1.216,01	1.234,71	1.253,42
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.272,13	1.290,84	1.309,55	1.328,25	1.346,96	1.365,67	1.384,38	1.403,09	1.421,79
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.440,50	1.459,21	1.477,92	1.496,62	1.515,33	1.534,04	1.552,75	1.571,46	1.590,16
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.608,87	1.627,58	1.646,29	1.664,99	1.683,70	1.702,41	1.721,12	1.739,83	1.758,53
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.777,24	1.795,95	1.814,66	1.833,36	1.852,07	1.870,78	1.889,49	1.908,20	1.926,90

Classe 5 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.000,65	1.020,66	1.040,68	1.060,69	1.080,70	1.100,72	1.120,73	1.140,74	1.160,75
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.180,77	1.200,78	1.220,79	1.240,81	1.260,82	1.280,83	1.300,85	1.320,86	1.340,87
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.360,88	1.380,90	1.400,91	1.420,92	1.440,94	1.460,95	1.480,96	1.500,98	1.520,99
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.541,00	1.561,01	1.581,03	1.601,04	1.621,05	1.641,07	1.661,08	1.681,09	1.701,11
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.721,12	1.741,13	1.761,14	1.781,16	1.801,17	1.821,18	1.841,20	1.861,21	1.881,22
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.901,24	1.921,25	1.941,26	1.961,27	1.981,29	2.001,30	2.021,31	2.041,33	2.061,34

Classe 6 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.065,91	1.087,23	1.108,55	1.129,86	1.151,18	1.172,50	1.193,82	1.215,14	1.236,46
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.257,77	1.279,09	1.300,41	1.321,73	1.343,05	1.364,36	1.385,68	1.407,00	1.428,32
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.449,64	1.470,96	1.492,27	1.513,59	1.534,91	1.556,23	1.577,55	1.598,87	1.620,18
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.641,50	1.662,82	1.684,14	1.705,46	1.726,77	1.748,09	1.769,41	1.790,73	1.812,05
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.833,37	1.854,68	1.876,00	1.897,32	1.918,64	1.939,96	1.961,27	1.982,59	2.003,91
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.025,23	2.046,55	2.067,87	2.089,18	2.110,50	2.131,82	2.153,14	2.174,46	2.195,77

Classe 7 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.134,07	1.156,75	1.179,43	1.202,11	1.224,80	1.247,48	1.270,16	1.292,84	1.315,52
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.338,20	1.360,88	1.383,57	1.406,25	1.428,93	1.451,61	1.474,29	1.496,97	1.519,65
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.542,34	1.565,02	1.587,70	1.610,38	1.633,06	1.655,74	1.678,42	1.701,11	1.723,79
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.746,47	1.769,15	1.791,83	1.814,51	1.837,19	1.859,87	1.882,56	1.905,24	1.927,92
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 91
Visto

1.950,60	1.973,28	1.995,96	2.018,64	2.041,33	2.064,01	2.086,69	2.109,37	2.132,05
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.154,73	2.177,41	2.200,10	2.222,78	2.245,46	2.268,14	2.290,82	2.313,50	2.336,18

CARGO MULTIFUNCIONAL
ASSISTENTE EM GESTÃO

Classe 8 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 9 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.156,30	1.179,43	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 10 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

CARGO MULTIFUNCIONAL

Câmara Mun. de Alto Branco
Fls. 90
Visto

ASSISTENTE EM SAÚDE

Classe 11 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
754,12	769,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 12 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
867,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 13 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.127,39	1.149,94	1.172,49	1.195,03	1.217,58	1.240,13	1.262,68	1.285,22	1.307,77
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.330,32	1.352,87	1.375,42	1.397,96	1.420,51	1.443,06	1.465,61	1.488,15	1.510,70
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.533,25	1.555,80	1.578,35	1.600,89	1.623,44	1.645,99	1.668,54	1.691,09	1.713,63
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.736,18	1.758,73	1.781,28	1.803,82	1.826,37	1.848,92	1.871,47	1.894,02	1.916,56
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.939,11	1.961,66	1.984,21	2.006,75	2.029,30	2.051,85	2.074,40	2.096,95	2.119,49
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.142,04	2.164,59	2.187,14	2.209,68	2.232,23	2.254,78	2.277,33	2.299,88	2.322,42

Classe 14 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 91
Visto

27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 15 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.156,30	1.179,43	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 16 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
18	19	20	21	22	23	24	25	26
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
27	28	29	30	31	32	33	34	35
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
36	37	38	39	40	41	42	43	44
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO – 20h (vinte horas)
FISIOTERAPEUTA
FONOAUDIÓLOGO
NUTRICIONISTA
PSICÓLOGO
TERAPÊUTA OCUPACIONAL
ODONTÓLOGO
BIOMÉDICO

Classe 17 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.825,71	1.862,22	1.898,74	1.935,25	1.971,77	2.008,28	2.044,80	2.081,31	2.117,82
9	10	11	12	13	14	15	16	17
2.154,34	2.190,85	2.227,37	2.263,88	2.300,39	2.336,91	2.373,42	2.409,94	2.446,45
18	19	20	21	22	23	24	25	26

2.482,97	2.519,48	2.555,99	2.592,51	2.629,02	2.665,54	2.702,05	2.738,57	2.775,08
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.811,59	2.848,11	2.884,62	2.921,14	2.957,65	2.994,16	3.030,68	3.067,19	3.103,71
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
3.140,22	3.176,74	3.213,25	3.249,76	3.286,28	3.322,79	3.359,31	3.395,82	3.432,33
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
3.468,85	3.505,36	3.541,88	3.578,39	3.614,91	3.651,42	3.687,93	3.724,45	3.760,96

EDUCADOR SOCIAL
ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ELETROTÉCNICO

Classe 18 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.935,79	1.974,51	2.013,22	2.051,94	2.090,65	2.129,37	2.168,08	2.206,80	2.245,52
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
2.284,23	2.322,95	2.361,66	2.400,38	2.439,10	2.477,81	2.516,53	2.555,24	2.593,96
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
2.632,67	2.671,39	2.710,11	2.748,82	2.787,54	2.826,25	2.864,97	2.903,69	2.942,40
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.981,12	3.019,83	3.058,55	3.097,26	3.135,98	3.174,70	3.213,41	3.252,13	3.290,84
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
3.329,56	3.368,27	3.406,99	3.445,71	3.484,42	3.523,14	3.561,85	3.600,57	3.639,29
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
3.678,00	3.716,72	3.755,43	3.794,15	3.832,86	3.871,58	3.910,30	3.949,01	3.987,73

ADMINISTRADOR
ASSISTENTE SOCIAL
CONTADOR
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ENFERMEIRO – 30h (trinta horas)
ODONTÓLOGO ENDODONTIA 20h
ODONTÓLOGO PACIENTES ESPECIAIS 20h
ODONTÓLOGO PERIODONTISTA 20h
ODONTÓLOGO PROTESISTA 20h
ODONTÓLOGO TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILO-FACIAL 20h

Classe 19 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
2.376,35	2.423,88	2.471,40	2.518,93	2.566,46	2.613,99	2.661,51	2.709,04	2.756,57
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
2.804,09	2.851,62	2.899,15	2.946,67	2.994,20	3.041,73	3.089,26	3.136,78	3.184,31
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
3.231,84	3.279,36	3.326,89	3.374,42	3.421,94	3.469,47	3.517,00	3.564,53	3.612,05
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
3.659,58	3.707,11	3.754,63	3.802,16	3.849,69	3.897,21	3.944,74	3.992,27	4.039,80
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
4.087,32	4.134,85	4.182,38	4.229,90	4.277,43	4.324,96	4.372,48	4.420,01	4.467,54
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
4.515,07	4.562,59	4.610,12	4.657,65	4.705,17	4.752,70	4.800,23	4.847,75	4.895,28

MÉDICO VETERINÁRIO
FARMACÊUTICO DE FARMÁCIA – 40h (quarenta horas)
FARMACÊUTICO INDUSTRIAL – 40h (quarenta horas)

Classe 20 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
2.569,33	2.620,72	2.672,10	2.723,49	2.774,88	2.826,26	2.877,65	2.929,04	2.980,42
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
3.031,81	3.083,20	3.134,58	3.185,97	3.237,36	3.288,74	3.340,13	3.391,52	3.442,90
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
3.494,29	3.545,68	3.597,06	3.648,45	3.699,84	3.751,22	3.802,61	3.854,00	3.905,38
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
3.956,77	4.008,15	4.059,54	4.110,93	4.162,31	4.213,70	4.265,09	4.316,47	4.367,86
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
4.419,25	4.470,63	4.522,02	4.573,41	4.624,79	4.676,18	4.727,57	4.778,95	4.830,34
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
4.881,73	4.933,11	4.984,50	5.035,89	5.087,27	5.138,66	5.190,05	5.241,43	5.292,82

ENFERMEIRO ESF

Classe 21 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
3.168,47	3.231,84	3.295,21	3.358,58	3.421,95	3.485,32	3.548,69	3.612,06	3.675,43
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
3.738,79	3.802,16	3.865,53	3.928,90	3.992,27	4.055,64	4.119,01	4.182,38	4.245,75
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
4.309,12	4.372,49	4.435,86	4.499,23	4.562,60	4.625,97	4.689,34	4.752,71	4.816,07
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
4.879,44	4.942,81	5.006,18	5.069,55	5.132,92	5.196,29	5.259,66	5.323,03	5.386,40
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
5.449,77	5.513,14	5.576,51	5.639,88	5.703,25	5.766,62	5.829,98	5.893,35	5.956,72
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
6.020,09	6.083,46	6.146,83	6.210,20	6.273,57	6.336,94	6.400,31	6.463,68	6.527,05

ADVOGADO
ARQUITETO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
ENGENHEIRO CIVIL
ODONTÓLOGO SB

Classe 22 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
3.651,43	3.724,46	3.797,49	3.870,52	3.943,54	4.016,57	4.089,60	4.162,63	4.235,66
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
4.308,69	4.381,72	4.454,74	4.527,77	4.600,80	4.673,83	4.746,86	4.819,89	4.892,92
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
4.965,94	5.038,97	5.112,00	5.185,03	5.258,06	5.331,09	5.404,12	5.477,15	5.550,17
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**

5.623,20	5.696,23	5.769,26	5.842,29	5.915,32	5.988,35	6.061,37	6.134,40	6.207,43
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
6.280,46	6.353,49	6.426,52	6.499,55	6.572,57	6.645,60	6.718,63	6.791,66	6.864,69
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
6.937,72	7.010,75	7.083,77	7.156,80	7.229,83	7.302,86	7.375,89	7.448,92	7.521,95

MÉDICO – 20h (vinte horas)

Classe 23 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
5.600,24	5.712,24	5.824,25	5.936,25	6.048,26	6.160,26	6.272,27	6.384,27	6.496,28
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
6.608,28	6.720,29	6.832,29	6.944,30	7.056,30	7.168,31	7.280,31	7.392,32	7.504,32
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
7.616,33	7.728,33	7.840,34	7.952,34	8.064,35	8.176,35	8.288,36	8.400,36	8.512,36
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
8.624,37	8.736,37	8.848,38	8.960,38	9.072,39	9.184,39	9.296,40	9.408,40	9.520,41
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
9.632,41	9.744,42	9.856,42	9.968,43	10.080,43	10.192,44	10.304,44	10.416,45	10.528,45
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
10.640,46	10.752,46	10.864,47	10.976,47	11.088,48	11.200,48	11.312,48	11.424,49	11.536,49

MÉDICO – 30h (trinta horas)

Classe 24 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
8.400,37	8.568,38	8.736,38	8.904,39	9.072,40	9.240,41	9.408,41	9.576,42	9.744,43
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
9.912,44	10.080,44	10.248,45	10.416,46	10.584,47	10.752,47	10.920,48	11.088,49	11.256,50
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
11.424,50	11.592,51	11.760,52	11.928,53	12.096,53	12.264,54	12.432,55	12.600,56	12.768,56
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
12.936,57	13.104,58	13.272,58	13.440,59	13.608,60	13.776,61	13.944,61	14.112,62	14.280,63
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
14.448,64	14.616,64	14.784,65	14.952,66	15.120,67	15.288,67	15.456,68	15.624,69	15.792,70
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
15.960,70	16.128,71	16.296,72	16.464,73	16.632,73	16.800,74	16.968,75	17.136,75	17.304,76

MÉDICO ESF
MÉDICO GENERALISTA

Classe 25 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
11.200,50	11.424,51	11.648,52	11.872,53	12.096,54	12.320,55	12.544,56	12.768,57	12.992,58
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
13.216,59	13.440,60	13.664,61	13.888,62	14.112,63	14.336,64	14.560,65	14.784,66	15.008,67
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
15.232,68	15.456,69	15.680,70	15.904,71	16.128,72	16.352,73	16.576,74	16.800,75	17.024,76

27	28	29	30	31	32	33	34	35
17.248,77	17.472,78	17.696,79	17.920,80	18.144,81	18.368,82	18.592,83	18.816,84	19.040,85
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
19.264,86	19.488,87	19.712,88	19.936,89	20.160,90	20.384,91	20.608,92	20.832,93	21.056,94
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
21.280,95	21.504,96	21.728,97	21.952,98	22.176,99	22.401,00	22.625,01	22.849,02	23.073,03

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÁO DE 12 HORAS
EM DIAS DE SEMANA (DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA)

Classe 26 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
572,04	583,48	594,92	606,36	617,80	629,24	640,68	652,13	663,57
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
675,01	686,45	697,89	709,33	720,77	732,21	743,65	755,09	766,53
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
777,97	789,42	800,86	812,30	823,74	835,18	846,62	858,06	869,50
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
880,94	892,38	903,82	915,26	926,70	938,15	949,59	961,03	972,47
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
983,91	995,35	1.006,79	1.018,23	1.029,67	1.041,11	1.052,55	1.063,99	1.075,44
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.086,88	1.098,32	1.109,76	1.121,20	1.132,64	1.144,08	1.155,52	1.166,96	1.178,40

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÁO DE 12 HORAS
EM FINAL DE SEMANA (SÁBADOS E DOMINGOS) E FERIADOS

Classe 27 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
808,68	824,85	841,03	857,20	873,37	889,55	905,72	921,90	938,07
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
954,24	970,42	986,59	1.002,76	1.018,94	1.035,11	1.051,28	1.067,46	1.083,63
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.099,80	1.115,98	1.132,15	1.148,33	1.164,50	1.180,67	1.196,85	1.213,02	1.229,19
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.245,37	1.261,54	1.277,71	1.293,89	1.310,06	1.326,24	1.342,41	1.358,58	1.374,76
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.390,93	1.407,10	1.423,28	1.439,45	1.455,62	1.471,80	1.487,97	1.504,14	1.520,32
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.536,49	1.552,67	1.568,84	1.585,01	1.601,19	1.617,36	1.633,53	1.649,71	1.665,88

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 96
Visto

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2012

Através da Mensagem nº 059/2012, o **Executivo Municipal** propôs o **Projeto de Lei nº 74/2012**, que tem por objetivo criar o novo Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

Com a aprovação do Projeto de Lei em tese, se dará a valorização do trabalho, estabelecendo uma lógica organizacional aos cargos, além de promover a igualdade de direitos, levando em consideração o perfil de competência e desempenho profissional e o grau de contribuição individual e coletivo, criando com isso, condições motivacionais e de melhoria da auto-estima do funcionalismo.

Havendo previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n° 3.630, de 11 de julho de 2011 em seu art. 20, constatamos que a mesma contempla a readequação do referido projeto. Para tanto emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação e aprovação da matéria.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
02-437-2012-18:09-02458-1/1

É o nosso parecer Salvo Melhor Juízo.
Pato Branco, 02 de abril de 2012.

Guilherme Sebastião Silverio – PMDB – Presidente

Nelson Bertani – PDT – Relator

Valmir Tasca – DEM - Membro

Câmara Mun de Pato Branco Fls 97 Visto

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2012

Os membros da Comissão de Políticas Públicas reuniram-se para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 74/2012, onde o Executivo Municipal busca apoio do douto Plenário desta Casa de Leis para instituir o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

Na mensagem anexa ao respectivo Projeto de Lei, o Executivo Municipal justifica-se de maneira a atender à legalidade e preceitos constitucionais no que se refere ao funcionalismo municipal.

Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação e aprovação da presente matéria, considerando que a mesma encontra-se em conformidade com a legislação.

É o parecer, SMJ.
Pato Branco, 30 de Março 2012.

Arilde Longhi

Guto Silva (PSD) – RELATOR

Arilde Longhi

Arilde Longhi (PRB) – Presidente

Vilmar Maccari (PDT)

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral 03-Abr-2012-15:30-01274-1/1

Exmo. Sr.
Osmar Braun Sobrinho
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDA** ao **Projeto de Lei 74/2011**, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 59/2011, que Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

EMENDA ADITIVA

1. Acrescenta o artigo 32 ao capítulo V que trata da licença especial, renumerando os demais.

Art. 32° Para os fins previstos no artigo 31, não são considerados como afastamento do exercício:

I- Férias e trânsito;
II- Casamento, até oito dias;
III- Luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, irmão, até oito dias;
IV- Convocação para o serviço militar;
V- Juri e outros serviços obrigatórios por lei;
VI- Licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;
VII- Licença para trato de interesses particulares, desde que não ultrapasse três meses durante um quinquênio;
VIII- Licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;
IX- Licença à funcionária gestante;
X- Licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;
XI- Moléstia devidamente comprovada, até três dias por mês;
XII- Missão de estudo no país ou exterior, quando designado ou autorizado pelo chefe do poder executivo;
XIII- Exercício de outro cargo municipal, de provimento em comissão.

Parágrafo único – Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares.

Rua Ararigbóia, 491 - Fone: (46) 3224-2243 - 85505-030 - Pato Branco - Paraná
e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br – site: www.camarapatobranco.com.br

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 99
Visto

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco,03 de Abril de 2012.

William Cezar Pollônio Machado – PMDB

PARA TRAMITAR

Câmara Mun. Pato Branco
Laurindo Ce...
Vereador PSDB

Hilde bonfi

DIÁRIO DO SUDOESTE
4 de abril de 2012
EDIÇÃO Nº 5444

Legislativo aprova Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos

BRUNA BANDEIRA DA LUZ
PATO BRANCO



O plano foi aprovado em segunda votação na noite de ontem

Na noite de ontem, a Câmara de Vereadores de Pato Branco aprovou, em segunda votação por unanimidade, o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos (PCCV). Agora o projeto depende da sanção do prefeito para entrar em vigor, o que deve acontecer sem problemas já que o projeto foi aprovado com o texto enviado pelo Executivo. Embora o projeto tenha sido aprovado, os vereadores Claudemir Zanco (Biruba) e Guto Silva, ambos do PSD, apontaram alguns problemas que serão enfrentados com as alterações. De acordo com eles, a falta de profissionais, que acarretará em um déficit de atendimento na saúde, por exemplo, é um dos principais problemas que será enfrentado pela atual gestão.

Problemas

De acordo com Guto Silva, embora o plano seja moderno e bem elaborado, o que preocupa é a questão da adequação nos horários, necessária com o novo plano. Ele alegou que já que existe a impossibilidade de um novo concurso público durante a atual gestão e o município terá uma dificuldade técnica em resolver este problema, já que novos profissionais serão necessários. Biruba também pautou a dificuldade e informou que durante a tarde entrou em contato com a equipe de enfermagem da Secretaria de Saúde, que comunicou que com o enquadramento quatro equipes deixarão de funcionar. "Vamos sentir deficiência nos postos de saúde", ressaltou.

Pontos positivos

Entretanto, o vereador Biruba destacou que profissionais de apoio, como zeladoras, merendeiras e motoristas, depois de 17 anos terão oportunidade de crescimento. "Até então não se tinha isso, e isso é realmente pensar na maioria", afirmou. Para o vereador Nelson Bertani, "o plano veio para somar e não para estragar". Ele afirmou que a Câmara fez o esforço necessário para que o projeto fosse aprovado e que tem a absoluta certeza que o prefeito, Roberto Viganó, fará ajustes, se necessário. "Espero que o projeto seja sancionado logo", enfatizou o vereador.

Biruba apontou que, embora o Executivo possa realizar alterações no plano da forma que for necessário, algumas providências devem ser tomadas. De acordo com ele, falta ainda o manual de enquadramento dos cargos. "Como é que você vai enquadrar se você não tem o manual? Espero que em menos de 30 dias se faça isso", declarou.

A discussão do plano iniciou no dia 28 de março, quando foi protocolado na Casa. Para apressar a aprovação, o presidente Osmar Braun Sobrinho (PR) promoveu reuniões com representantes do Executivo, dos funcionários, presidentes do sindicato e Associação dos Funcionários Públicos municipais. O objetivo era dirimir as dúvidas e melhorar o projeto que beneficia mais de 2 mil servidores.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 100
Visto

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 101
Visto

PROJETO DE LEI Nº 74/2012

Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, denominado *PCCV*, composto por cargos multifuncionais e de curso superior, mediante a transformação dos atuais cargos de provimento efetivo, com a finalidade principal de:

I – proporcionar a valorização e a dignificação dos cargos exercidos pelos servidores públicos;

II – facilitar e agilizar a forma de suprir a demanda de serviços;

III – modernizar a Gestão de Pessoal, visando aos resultados a serem atingidos pela gestão municipal;

IV – promover a capacitação dos servidores públicos, de acordo com as necessidades e as demandas de serviços;

V – desburocratizar o processo de Desenvolvimento Profissional e de Gestão Pública Municipal.

Art. 2º O PCCV aplica-se aos servidores efetivos municipais regidos pela Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, exceto os servidores regidos pela Lei Municipal n.º 3.288, de 3 de dezembro de 2009, do quadro próprio do magistério.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS: é o conjunto de cargos e funções definidos para a execução das atividades inerentes ao serviço público municipal, com oportunidade de crescimento e valorização, em função do desempenho e do desenvolvimento funcional, de acordo com as diretrizes estabelecidas;

II – CARGO: é um conjunto de funções, atividades e responsabilidades referenciado pelos seguintes atributos:

a) denominação própria;
b) número de vagas;.
c) vencimentos, níveis e classes;
d) atribuições;.
e) requisitos mínimos.

III – VAGA: é cada posto de trabalho pertinente a um cargo, estando ou não ocupado;

IV – TABELA DE VENCIMENTOS: é composta por Classes e Níveis de Vencimentos, classificados de acordo com os cargos;

V – CLASSE DE VENCIMENTOS: agrupam cargos de igual amplitude de vencimentos, denominado CV;

VI – NÍVEIS DE VENCIMENTOS: são as unidades de amplitude dos vencimentos, dentro de cada classe de vencimentos, compostas por 53 (cinquenta e três) níveis, obedecendo ao acréscimo de 2% (dois por cento) para cada um dos níveis, tomando-se por base o Piso de Admissão;

VII – CARGO MULTIFUNCIONAL: é a aglutinação de atribuições de mesma natureza de trabalho;

Câmara Mun de Pato Branco Fls 102 Visto

VIII – CARGOS DE CURSO SUPERIOR: reúne os cargos profissionais com formação mínima em curso superior;

IX – SEGMENTO DE ATIVIDADES: é a divisão do cargo multifuncional em funções e atividades, classificadas conforme a habilitação, a responsabilidade, a habilidade, a qualificação, o grau de complexidade e o esforço físico;

X – CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PARA A FUNÇÃO: é o documento legal emitido pelo município depois de verificados os critérios legal e regulamentar para que o servidor possa desempenhar a nova função, dentro do segmento de atividades do cargo multifuncional, mediante regulamentação;

XI – FUNÇÃO: é o encargo de atividades atribuído ao servidor;

XII – FATOR DE CORREÇÃO: são os atenuantes a serem considerados no processo de avaliação funcional decorrentes da disponibilidade e/ou da adequação de material de consumo, material permanente, equipamentos, veículos, instalação e pessoal;

XIII – RESTRIÇÃO DE FUNÇÃO: é a limitação do desempenho da função dentro de um segmento de atividades;

XIV – READAPTAÇÃO FUNCIONAL: é a necessidade de o servidor desempenhar outras funções compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em avaliação médica;

XV – CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO: são os cursos exclusivamente relacionados às atribuições do cargo ocupado pelo servidor ou às funções efetivamente por ele desempenhadas.

Art. 4º Este PCCV passa a ser constituído por cargos classificados em:

I – Multifuncionais:

a) Agente de Apoio – Reúne as funções do pessoal de apoio:

1. Operacional: classificadas de acordo com a qualificação, a habilidade de manipulação de materiais e de ferramental de serviço, a operação e a manutenção de máquinas, veículos e equipamentos;
2. À educação e bem estar social: classificadas de acordo com a habilitação.

b) Assistente em Gestão – Reúne as funções com formação específica mínima de ensino médio, cursos técnicos ou profissionalizantes regulares, com atividades tipicamente técnicas ou administrativas;

c) Assistente em Saúde – Reúne as funções com formação específica mínima de ensino médio, cursos técnicos ou profissionalizantes regulares na área da saúde;

II – De Curso Superior – Reúne os cargos e as funções profissionais com formação mínima em curso superior.

Art. 5º Fazem parte deste Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos:

I - estrutura de Cargos: Anexo I;

II - tabelas de Vencimentos: Anexo II;

III - tabela de Equivalência para o Enquadramento dos Cargos e Funções: Anexo III.

Art. 6º O MANUAL DE CARGOS conterá, além da estrutura de cargos constante no Anexo I desta Lei, a seguinte composição:

I - a denominação do cargo;

II - a descrição detalhada da função;

III - os requisitos mínimos exigidos para o desempenho de cada atividade.

Parágrafo único. O Manual de Cargos a que se refere o *caput* deste artigo será instituído por ato do Poder Executivo no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de publicação desta Lei.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 1038 Visto

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 7º O Poder Executivo Municipal procederá mediante Portaria, a ser publicada em Diário Oficial, o enquadramento e o reenquadramento dos servidores neste PCCV, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei, dispostos da seguinte maneira:

I. ENQUADRAMENTO:

a) nome;
b) cargo;
c) data de Admissão;
d) nível de Vencimento.

II. REENQUADRAMENTO:

a) novo Cargo;
b) nível de Vencimento;
c) segmento de Atividade ou Função.

Art. 8º Para implantação deste Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, previstos nesta Lei, os atuais servidores públicos municipais, aprovados em concurso, serão submetidos a reenquadramento funcional, ajustados dentro da estrutura dos cargos públicos municipais e respectivos níveis de vencimentos previstos nas Tabelas de Vencimentos e de Equivalência para enquadramento dos cargos, com base nas funções que os mesmos estejam exercendo.

§ 1º Para efeito de reenquadramento, os atuais níveis representados pelo "Piso de Admissão" e pelas letras de "a" a "o", corresponderão aos números de "1" a "16", respectivamente.

§ 2º O servidor será reenquadrado na tabela correspondente ao nível de escolaridade que foi exigido como pré-requisito, no ato de admissão, para os cargos que possuem esta classificação.

Art. 9º Para efeitos de reenquadramento no cargo multifuncional, o servidor será designado para a mesma função e segmento de atividades em que estiver atuando.

Parágrafo único. Os servidores que prestaram concurso para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Concurso Público Municipal Edital nº 01/1996, e que ingressaram automaticamente na função administrativa, cumprindo o estágio probatório neste segmento de atividades, poderão optar, no ato de reenquadramento, entre os cargos multifuncionais, Agente de Apoio ou Assistente em Gestão.

CAPÍTULO III
DA CARREIRA

Seção I
Das Promoções

Art. 10. O servidor poderá avançar na carreira por meio de 4 (quatro) modalidades de promoção:

I – Progressão Diagonal;
a) por mérito;
b) por titulação;
c) por qualificação.
II – Progressão Vertical por Formação;
III – Progressão Funcional.

Art. 11. A Progressão Diagonal é o aumento do valor recebido pelo servidor a título de vencimento, por meio da elevação de 1 (um) nível de vencimento para outro, imediatamente superior àquele a que pertence, dentro da mesma classe e a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício.

a) Por Mérito, podendo o servidor progredir até 4 (quatro) níveis em relação aquele em que se encontra, conforme nota obtida em avaliação de desempenho funcional;

b) Por Titulação, podendo o servidor progredir de acordo com a escolaridade, independentemente de o curso ser dentro da área de atuação, de acordo com os seguintes critérios:

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 104
Visto

1. Certificado de conclusão de Ensino Médio, para os ocupantes de cargo em que este não é exigido: **1 (um) nível;**

2. Certificado de Conclusão de Nível Superior, para os ocupantes de cargo em que este não é exigido: **2 (dois) níveis;**

3. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização *lato sensu*, obtido de forma legal, de acordo com o sistema universitário: **2 (dois) níveis;**

4. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização *stricto sensu*, obtido de forma legal, de acordo com o sistema universitário: 2 (dois) níveis.

c) Por qualificação, por meio de capacitação, com o avanço de 1 (um) nível diagonal a cada 180 (cento e oitenta) horas de cursos na área de atuação.

§ 1º Os servidores que concluírem os cursos referidos nos subitens 1, 2 e 3 do item "b" deste artigo, durante o período de estágio probatório, farão jus à respectiva progressão somente após a conclusão do estágio, sem efeito retroativo.

§ 2º A progressão diagonal por qualificação fica limitada a uma referência a cada 2 (dois) anos.

§ 3º Os cursos pontuados para efeito da Progressão Vertical por Formação não poderão ser pontuados novamente para a progressão diagonal por titulação.

§ 4º Os cursos de capacitação, para fins de pontuação, deverão ser utilizados uma única vez.

Art. 12. A Progressão Vertical por Formação é a ascensão funcional do servidor de uma classe de vencimento para outra, reenquadrando-o no mesmo nível de vencimento, feito por critério exclusivo de formação profissional e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – do Nível Médio para o Nível Técnico: ter concluído curso técnico reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), dentro da área de atuação;

II – do Nível Técnico para o Nível Superior: ter concluído curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), dentro da área de atuação;

III – quando o exercício da profissão exigir, o servidor deverá possuir registro no Conselho de Classe da Categoria a que pertence;

IV – a Progressão Vertical por Formação resultará na alteração do padrão de vencimento, decorrente da formação profissional dentro da função desempenhada, não podendo ocorrer alteração do cargo do concurso;

V – ter cumprido o estágio probatório.

Art. 13. A Progressão Funcional é a possibilidade de desempenhar uma nova função dentro do mesmo cargo, após identificar a sua nova aptidão funcional dentro de diretrizes estabelecidas, e tomar posse de certificação, dentro do Programa de Desenvolvimento de Pessoal e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos básicos:

a) posse de certificação quanto à qualificação necessária ao desempenho de nova função;

b) existência de demanda de serviços dentro da nova função e do segmento de atividades;

c) ter cumprido o estágio probatório, exceto se o servidor não puder mais desempenhar a função decorrente de restrição de função ou de necessidade de readaptação funcional, mediante comprovação por avaliação médica.

§ 1º Preenchidos todos os requisitos, o servidor deverá aguardar a existência de pessoal para substituí-lo em suas atividades, para posteriormente ser reenquadrado para a nova função.

§ 2º A aptidão do servidor para o desempenho da nova função será objeto de avaliação de desempenho, pelo período de 1 (um) ano:

1. Sendo considerado APTO, o servidor somente será afastado da nova função:
   - **a)** a pedido, com direito ao retorno para a função anteriormente ocupada;
   - **b)** decorrente de restrição de função, mediante comprovação por laudo médico expedido por junta médica oficial;
   - **c)** em caso de nova progressão funcional para outra função.
2. Sendo considerado INAPTO, o servidor:

Câmara Mun de Pato Branco Fls 105 Visto

a) retornará às funções anteriormente desempenhadas;
b) não poderá ser desligado do serviço público;
c) não poderá ser impedido de pleitear progressão funcional para outra função.

§ 3.º Após o servidor ter sido considerado APTO para a nova função, poderá ocorrer a mudança da classe de vencimento, conforme a classificação estabelecida pelo Anexo I – Estrutura de Cargos ou ser gratificado nos moldes do item VIII do artigo 33 desta lei.

§ 4º Caso haja mais servidores pleiteando a progressão funcional para a mesma função e exista uma limitação na demanda de serviços, terá preferência aquele que for mais bem avaliado no Programa de Desenvolvimento de Pessoal.

§ 5º Sempre que houver vagas em cargos ou funções, não preenchidos pelos servidores públicos estáveis, o Poder Executivo poderá proceder ao seu preenchimento por meio de concurso público.

§ 6º O servidor poderá obter mais de um Certificado de Qualificação, dentro do Programa de Desenvolvimento de Pessoal, podendo estar habilitado para desempenhar mais de uma função.

§ 7º Os servidores que já estiverem atuando em função diversa daquela do concurso, decorrente de restrição ou readaptação de função, conforme laudo médico, há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses, ficam desobrigados do cumprimento previsto nos §§ 2.º e 3.º deste artigo, para efeito de progressão funcional.

§ 8º Periodicamente, a Secretaria de Administração, por meio do Órgão de Recursos Humanos, apurará junto aos setores competentes a necessidade de novas demandas de serviços e repassará essa informação a todos os servidores, antecipadamente e em tempo hábil, para efeitos de progressão funcional.

Art. 14. Não poderão ser computados para efeitos de promoção prevista nesta Lei os cursos que foram exigidos como pré-requisito para o exercício do cargo.

Art. 15. Não terá direito à promoção o servidor que:

I – tiver faltado no serviço, sem motivo justificado, em dias consecutivos ou alternados e em número de dias úteis igual ou superior a 10 (dez) dias;

II – tenha sofrido penalidade decorrente de Processo Administrativo Disciplinar;

III – estiver em licença para tratamento de assuntos particulares.

§ 1º As faltas em horas serão somadas e transformadas em dias para efeito do item I deste Artigo.

§ 2º O tempo a ser computado para os efeitos deste Artigo deverá ser efetuado dentro do período a que o servidor estiver submetido ao processo de avaliação.

Art. 16. O direito de promoção obedecerá rigorosamente, além dos critérios e requisitos previstos nesta lei, ao seguinte:

DIREITO À PROMOÇÃO	**Agente de apoio**	**Assistente em Gestão**	**Assistente em Saúde**	**Cargos de Curso Superior**
* PD por mérito	Sim	Sim	Sim	Sim
* PD por titulação	Sim	Sim	Sim	Sim
* PD por qualificação	Sim	Sim	Sim	Sim
Progressão Vertical por formação	**	Sim	Sim	Não
Progressão Funcional	Sim	Sim	Sim	***
Ascensão ****	Sim	Sim	Sim	Sim

* PD – Promoção Diagonal;
** Exclusivamente para a função de Auxiliar de Educação Infantil;
*** Para atuação a nível de especialização, nos moldes do item VIII do artigo 33, desta lei;
**** Promoção a ser concedida, decorrente de participação em concurso público de ampla concorrência, nos moldes do Capítulo IV, desta lei.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 206 Visto

Parágrafo Único. O avanço do servidor na carreira, por meio das modalidades Progressão Diagonal e Progressão Vertical por Formação, ocorrerá somente a cada 2 (dois) anos, apurado no mês de outubro do respectivo ano, sem efeito retroativo, após a prévia homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal mediante Portaria.

Seção II
Da Avaliação de Desempenho para fins de Promoção

Art. 17. Para efeito de promoção no serviço público, deverão ser adotados, dentre os fatores de avaliação de desempenho a seguir enumerados, os que sejam compatíveis com as funções desempenhadas pelo servidor:

a) Assiduidade;
b) Disciplina;
c) Capacidade de Iniciativa;
d) Produtividade;
e) Responsabilidade;
f) Preparo Profissional;
g) Comunicação;
h) Cooperação;
i) Experiência Prática;
j) Capacitação Profissional;
k) Atenção e Qualidade no Trabalho;
l) Produção e Rendimento;
m) Agilidade Mental e Raciocínio;
n) Agilidade Física e Manual;
o) Interesse pelo Trabalho;
p) Flexibilidade;
q) Trabalho em Equipe;
r) Liderança;
s) Relacionamento Pessoal;
t) Planejamento e Organização;
u) Gestão de Recursos;
v) Gestão das Condições de Trabalho.
w)

§ 1º A cada fator serão atribuídos pontos e pesos determinados por regulamento.

§ 2º Outros fatores poderão ser adotados, devendo sempre ser compatíveis com as atribuições do cargo e da função.

Art. 18. Caso o servidor discorde da nota obtida no processo de avaliação, ser-lhe-á facultado solicitar pedido de reconsideração ao avaliador que a houver proferido.

§ 1º Do pedido de reconsideração caberá recurso à autoridade imediatamente superior do avaliador que houver proferido a decisão, e, sucessivamente em escala permanente, às demais autoridades e, em última instância ao Secretário da pasta;

§ 2º O recurso será encaminhado pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho;

§ 3º O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 10 (dez) dias, a contar da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida;

§ 4º Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do pedido de reconsideração.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 107 Visto

Seção III
Da Escola de Governo

Art. 19. Fica instituída a Escola de Governo do Município de Pato Branco, destinada à Formação e ao Desenvolvimento de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais do Município de Pato Branco.

Art. 20. Caberá à Escola de Governo promover a execução da gestão do Programa de Desenvolvimento de Pessoal com a seguinte finalidade:

I – capacitar o servidor para a aquisição de novas habilidades, sistematizando o processo de valorização, aprendizagem e captação de novos talentos;

II – conceder o Certificado de Qualificação para a função, visando promover o servidor na carreira funcional;

III – estabelecer e desenvolver a profissionalização por meio da educação permanente dos servidores municipais;

IV – promover a articulação intersetorial para o planejamento estratégico de desenvolvimento profissional sob medida;

V – incentivar e priorizar o recrutamento de profissionais qualificados dentro do quadro de servidores do município;

VI – instituir como instrumento de planejamento o Plano Anual de Capacitação ao Servidor Público Municipal, assegurando-se da seguinte estrutura básica:

a) bases éticas e legais;
b) fundamentação decorrente da Avaliação de Desempenho, do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos e da Segurança e Saúde do Trabalhador;
c) público-alvo;
d) garantia de acesso, levando-se em consideração o perfil profissional e a atividade;
e) conteúdo Programático adequado à prática dos serviços;
f) metodologia de ensino;
g) carga horária;
h) orçamento Anual para o Programa de Desenvolvimento de Pessoal;
i) certificação de qualificação para a função.

VII – dar publicidade às práticas na área de desenvolvimento profissional, instituindo canais de comunicação direta com os servidores municipais;

VIII – propor sistema de monitoramento, avaliação e intervenção educativa à segurança e à saúde do trabalhador, considerando as ausências no trabalho e a adesão aos exames preventivos periódicos e aos equipamentos de proteção individual;

IX – racionalizar investimentos e potencializar capacidades do servidor público municipal;

X – promover e apoiar o servidor público municipal em suas iniciativas de capacitação para o desenvolvimento de competências em conformidade ao plano de carreiras e aos interesses do município;

XI – propor incentivos para as iniciativas de capacitação promovidas por servidores, mediante o aproveitamento de habilidades e de conhecimentos de seu quadro de pessoal;

XII – estimular a participação do servidor em ações de educação ao longo de sua vida funcional;

XIII – fomentar a divulgação do conhecimento a respeito da gestão pública municipal por meio de estudos, eventos, seminários, atividades e intercâmbios culturais e periódicos;

XIV – para atingir sua finalidade, a Escola de Governo poderá gerenciar a celebração de convênios e acordos de cooperação técnica com escolas, órgãos públicos, empresas privadas ou filantrópicas, visando ao aperfeiçoamento de pessoas.

Art. 21. A Escola de Governo será administrada pela Secretaria de Administração, em cujo orçamento serão definidos os recursos a serem empregados na formação e no desenvolvimento de servidores público municipais.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 108 Visto

Parágrafo único. Deverá compor o Orçamento Anual para o Programa de Desenvolvimento de Pessoal todos os valores descontados em folha de pagamento dos servidores a título de faltas, atrasos ou decorrente de outras penalidades, sem prejuízo dos demais valores a serem definidos.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal procederá à regulamentação da Escola de Governo, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

Seção IV
Da Ascensão

Art. 23. A ascensão consiste na passagem do servidor, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de um cargo para outro.

§ 1.º Nos casos de ascensão, o servidor será enquadrado na referência inicial do padrão correspondente ao cargo para o qual prestou concurso, independentemente do tempo de serviço já prestado ao Município de Pato Branco.

§ 2.º Ao servidor que for ascendido, conforme o disposto neste artigo, será garantido o percentual de adicional por tempo de serviço por ele prestado ao Município de Pato Branco, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco.

§ 3.º Caso seja considerado inabilitado no estágio probatório, o servidor será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, nos termos do artigo 35 da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 4.º A promoção prevista no caput deste artigo, consiste na participação do servidor em concurso público municipal com ampla concorrência, sendo vedada a sua aplicação em concurso público interno.

CAPÍTULO IV
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 24. O concurso público para provimento de cargos no âmbito da administração direta do Município de Pato Branco reger-se-á pelas normas estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos e pelo disposto na presente Lei, bem como será autorizado por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas e das necessidades da Administração.

Art. 25. Ocorrendo vaga em cargo de carreira, o Prefeito Municipal determinará a expedição de Portaria autorizando a abertura do respectivo concurso e nomeando a Comissão Organizadora, composta por, no mínimo, 3 (três) membros integrantes do quadro de servidores efetivos do município.

Art. 26. Autorizado o concurso, a Secretaria de Administração expedirá Edital que será assinado pelo Prefeito Municipal, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias para as inscrições, contados da data de sua publicação no órgão oficial do município e que será divulgado, também, pela imprensa local.

Parágrafo único. As provas do concurso público não poderão ser realizadas antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições.

Art. 27. Fica assegurado às pessoas portadoras de necessidades especiais o mínimo de 5% (cinco por cento) do total de vagas de cada cargo público.

Parágrafo único. Quando, nas operações aritméticas necessárias à apuração do número de vagas reservadas, o resultado obtido não for um número inteiro, desprezar-se-á a fração inferior a 1/2 (meio) e arredondar-se-á a unidade imediatamente a que for igual ou superior.

Art. 28. Com motivo devidamente justificado, o Prefeito Municipal poderá antes da homologação suspender, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos qualquer direito a reclamação, exceto a devolução do valor cobrado a título de taxa de inscrição.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 103 Visto

Art. 29. O servidor nomeado para ocupar cargo público municipal fica sujeito a estágio probatório, nos termos do artigo 25, da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 1º São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 2º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 3º A avaliação de desempenho no estágio probatório obedecerá a critérios estabelecidos em regulamento próprio.

Art. 30. O Poder Executivo Municipal expedirá o Regulamento Geral de Concurso Público, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO V
DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 31. O servidor público terá direito a Licença Especial de 90 (noventa) dias, a cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados a partir da publicação desta Lei.

§ 1º As faltas individuais injustificadas ao serviço, retardarão o período aquisitivo da licença especial, na proporção de 1 (um) mês para cada falta.

§ 2º Em caso de penalidade disciplinar de suspensão, o período aquisitivo da licença especial ficará retardado na proporção de 2(dois) anos, para cada penalidade aplicada.

§ 3º Não terá direito a Licença Especial os servidores que no período aquisitivo, possuírem em atestados médicos, somatória igual ou superior a 90 (noventa) dias, exceto atestados decorrentes de acidente de trabalho e de licença maternidade.

§ 4º A concessão da licença especial obedecerá a critérios estabelecidos em regulamento próprio.

CAPÍTULO VI
DO PLANTÃO MÉDICO

Art. 32. Os médicos plantonistas devem ficar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde aguardando a definição da escala, que poderá ser em qualquer dia útil ou não, da semana e definida de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O médico plantonista deverá cumprir, no mínimo:

- **a)** 12 (doze) horas de plantão semanal por semana, acumulando 48 (quarenta e oito) horas de plantão semanal por mês;
- **b)** 24 (vinte e quatro) horas de plantão de final de semana por mês;
- **c)** no plantão de 12 (doze) horas, poderá ser feito por 2 (dois) profissionais que estarão dividindo o plantão em 6 (seis) horas entre eles, bem como, a remuneração, acordado com o gestor municipal de saúde.

§ 2º Somente serão permitidas substituições entre os próprios médicos plantonistas, com motivo devidamente justificado, com a autorização do Diretor Clínico eleito e nomeado em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

§ 3º A falta ao plantão e/ou os atrasos reiterados de forma injustificada serão levados ao conhecimento do Poder Executivo Municipal para a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 4º As escalas de plantão médico deverão permanecer afixadas em local visível, com as assinaturas do Diretor Clínico eleito e nomeado e do Gestor Municipal de Saúde, e arquivadas na Secretaria Municipal de Saúde.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 110 Visto

§ 5º Em caso de urgência, outros servidores concursados ocupantes do cargo de médico poderão ser escalados para o plantão e para o atendimento de urgências e emergências, desde que haja compatibilidade de horários.

§ 6º Respeitado o mínimo estabelecido pelo § 1.º deste artigo, a quantidade e a prioridade na execução dos demais plantões a serem distribuídos pelo Diretor Clínico, em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, deverão seguir critérios que envolvam produtividade, desempenho, disciplina, assiduidade e pontualidade.

CAPÍTULO VII
DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 33 Aos servidores regidos por este PCCV ficam asseguradas as seguintes gratificações, incidentes sobre o vencimento de que trata o artigo 46 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, quando forem atribuídas responsabilidades que requerem dedicação além das atividades e atribuições normais do cargo do concurso, nas seguintes funções especiais:

I - pela participação em Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho;

II - por Responsabilidade Técnica exigida e regulamentada em lei própria;

III - quando em função da essencialidade e urgência do serviço público, o servidor tenha que cumprir escala de trabalho, aos sábados, domingos ou feriados, ressalvado o descanso semanal remunerado mínimo, previsto em lei;

IV - pelo acúmulo de funções;

V - pela responsabilidade na Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

VI - por atingir metas de produtividade e desempenho, especificadas em regulamento próprio;

VII - por Funções de Confiança, decorrentes de atribuições e responsabilidades de direção, chefia e/ou assessoramento;

VIII - por Especialização, quando o exercício da função depender, sob pena de ser considerado exercício ilegal da profissão, exclusivamente para cargos de curso superior.

§ 1º Fica a critério do Prefeito Municipal estabelecer o percentual de gratificação a ser concedido, nas funções especiais, observados os seguintes critérios:

a) até o limite de 50% (cinqüenta por cento), nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo;

b) até o limite de 100% (cem por cento), na situação prevista no inciso VII deste artigo;

c) quando concedidas de forma acumulada, nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo, o máximo permitido será de 100% (cem por cento).

§ 2º O percentual de gratificação por especialização deverá ser de 30% (trinta por cento), somente podendo haver redução proporcional na situação em que o servidor não atue em nível de especialização na totalidade da carga horária do concurso.

§ 3º Em casos específicos, a gratificação poderá ser concedida de forma condicional, devendo o ato de concessão conter de forma expressa as situações em que a mesma poderá ser suspensa ou cancelada.

§ 4º Não terão direito à gratificação por especialização os servidores que já foram admitidos pelo concurso, tendo como pré-requisito a formação de especialização para o exercício do cargo, sendo que por esta razão são remunerados por uma tabela de vencimentos diferenciada, decorrente da formação exigida.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 Fica estabelecido o mês de março como data base da categoria.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 122
Visto

Parágrafo único. Fica adotado como índice oficial do município para apuração das perdas salariais do período o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 35 É vedada a alteração de carga horária para o cargo ao qual o servidor prestou o concurso público.

Parágrafo único. Após a aprovação desta Lei, todos os servidores deverão retornar à carga horária original prevista nesta Lei e estabelecida no edital regulador do concurso público.

Art. 36 Para operacionalizar o PCCV dos Servidores Públicos Municipais, o Poder Executivo expedirá as seguintes regulamentações:

I – Manual de Cargos e Funções;
II – Regulamento Geral de Concurso Público;
III – Regulamento Especial de Avaliação de Desempenho;
IV – Regulamento Geral do Programa de Desenvolvimento de Pessoal;
IV – Regulamento para Concessão de Licença Especial;
V – Regulamento de Prioridades na Execução de Plantões Médicos;
VI – Regulamento Especial para Concessão de Gratificações.

Art. 37 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.368, de 28 de julho de 1995, a Lei Municipal n.º 1.369, de 28 de julho de 1995, a Lei Municipal n.º 1.420, de 27 de dezembro de 1995, e a Lei Municipal n.º 2.121, de 28 de dezembro de 2001, e todas as suas posteriores alterações.

Câmara Mun de Pato Branco Fls 112 Visto

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS

CARGOS MULTIFUNCIONAIS

AGENTE DE APOIO

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	**Nº TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
Agente de Apoio	1180	40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES

ATIVIDADES	FUNÇÕES	CLASSE DE VENCIMENTO
Cozinha e merenda escolar	Cozinheira; Merendeira; Auxiliar de Cozinha; Padeiro.	Classe 2
Educação e bem-estar social	Auxiliar de Centro de Educação Infantil – Nível Operacional (não envolvendo atividades educacionais).	Classe 3
	Auxiliar de Educação Infantil – Curso Magistério.	Classe 5
	Auxiliar de Educação Infantil – Curso Superior.	Classe 6
	Mãe Social; Agente Social.	Classe 3
	Instrutor de Aprendizagem	Classe 5
Operacionalização das atividades de trânsito	Agente de Trânsito. Fiscal de Trânsito.	Classe 4
Manutenção de máquinas e equipamentos	Borracheiro.	Classe 3
	Soldador; Chapeador; Eletricista Automotivo.	Classe 5
	Mecânico.	Classe 6
	Mecânico de Máquinas Pesadas.	Classe 7
Obras e serviços	Serralheiro; Mestre de Obras; Pedreiro; Pintor; Carpinteiro; Marceneiro.	Classe 5
	Eletricista Predial; Blaster.	Classe 4
	Eletricista Oficial.	Classe 5
	Eletricista Eletrotécnico.	Classe 6
	Eletrotécnico (em extinção).	Classe 18
Operação de máquinas	**Operador de Máquinas Categoria 1:** Operador de Máquinas de Britador; Operador de Mesa Vibroacabadora; Máquina de Pintura de Faixas; Máquinas de fabricar meio-fio; Máquina de cortar asfalto; Roçadeira Tobata, Roçadeira de Pneu, Capinadeira, Operador de Usina de Asfalto.	Classe 6
	Operador de Maquinas Categoria 2: Retroescavadeira; Escavadeira Hidráulica; Motoniveladora; Trator de Lâmina; Carregadeira; Fresadora de Asfalto; Rolo Compactador; Vibroacabadora.	Classe 7
Limpeza e serviços leves.	Zelador; Faxineiro; Servente de Limpeza; Gari de Limpeza de Rua; Monitor de ônibus.	Classe 1
Horta, jardinagem e paisagismo.	Jardineiro.	Classe 1
Serviços fatigantes	Operador de Caldeira; Coveiro; Gari de Caminhão; Marteleteiro; Marroeiro; Espargidor de Asfalto; Auxiliar de Serviço Braçal (encarregado em realizar serviços de poda, capina, roçada, juntada de entulhos).	Classe 3
Lavagem, lubrificação e abastecimento de veículos	Lavador; Lubrificador; Frentista.	Classe 2
Telefonia	Telefonista.	Classe 2
Transporte de veículos	**Motorista Categoria 1:**	Classe 5

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 113
Visto

	Condutor de veículos que exijam CNH Categorias "B" ou "C".	
	Motorista Categoria 2: Condutor de veículos que exijam CNH Categorias "D" ou "E".	Classe 6
Vigilância e segurança	Vigia; Segurança.	Classe 2
Auxiliar de Serviços Gerais	Monitor de ônibus; Contínuo; Auxiliar de Serviços Gerais (demais atividades não compreendidas nas classificações acima em nível operacional).	Classe 1

ASSISTENTE EM GESTÃO

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	**Nº TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
Assistente em Gestão	200	40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES	
ATIVIDADES	**FUNÇÕES**
Atividades Administrativas	Assistente Administrativo; Secretária; Assistente Contábil; Assistente de Administração, Orçamento e Finanças Públicas; Assistente de Informações Técnicas, Culturais e Desportivas; Assistente de Assistência e Desenvolvimento Social.
Fiscalização	Fiscal de Tributos; Fiscal do Consumidor; Fiscal de Obras; Fiscal de Vigilância Sanitária; Fiscal de Limpeza Urbana.
Segurança do Servidor	Técnico em Segurança do Trabalho.
Edificações	Desenhista Técnico; Técnico em Edificações; Assistente de Desenvolvimento Urbano.
Agricultura e Meio Ambiente	Técnico Agrícola; Assistente de Desenvolvimento Ambiental.
Topografia e Geomensura	Topógrafo.
Informática	Assistente de Informática.

TABELA DE VENCIMENTOS	
NÍVEL	**CLASSE DE VENCIMENTO**
Médio	8
Técnico	9
Superior	10

ASSISTENTE EM SAÚDE

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	**Nº TOTAL DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
Assistente em saúde	200	20 horas 30 horas 40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES	
ATIVIDADES	**FUNÇÕES**
Enfermagem	Auxiliar de enfermagem.
	Técnico de enfermagem.
Farmácia	Auxiliar de farmácia.
	Técnico de farmácia.
Higiene dental	Auxiliar de higiene dental.
	Técnico de higiene dental.
Laboratório	Auxiliar de laboratório.
	Técnico de laboratório.
Vigilância em saúde	Auxiliar de saneamento.
	Técnico em Saneamento; Técnico em Alimentos.
Raio X	Técnico de Raio X.

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 114
Visto

TABELA DE VENCIMENTOS		
Nível	**Carga Horária**	**Classe de Vencimento**
Médio	30 horas	11
Técnico	30 horas	12
Superior	30 horas	13
Médio	40 horas	14
Técnico	40 horas	15
Superior	40 horas	16
TABELA DE VENCIMENTOS – EXCLUSIVO TÉCNICO DE RAIO X		
Técnico	20 horas	12
Superior	20 horas	13

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

Nº TOTAL DE VAGAS	**CARGO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**CLASSE DE VENCIMENTO**
4	Administrador	40 horas	19
8	Advogado	40 horas	22
6	Arquiteto	40 horas	22
2	Assistente em Tecnologia da Informação	40 horas	18
20	Assistente Social	30 horas	19
10	Educador Social	30 horas	18
2	Biomédico	20 horas	17
6	Contador	40 horas	19
45	Enfermeiro	30 horas	19
		40 horas	21
3	Engenheiro Agrônomo	40 horas	19
2	Engenheiro Ambiental	40 horas	19
6	Engenheiro Civil	30 horas	22
15	Farmacêutico Bioquímico	20 horas	17
	Farmacêutico de Farmácia	40 horas	20
	Farmacêutico Industrial	40 horas	20
6	Fisioterapeuta	20 horas	17
6	Fonoaudiólogo	20 horas	17
130	Médico	20 horas	23
		30 horas	24
	Médico Plantonista	Plantão	26
		Plantão	27
	Médico Generalista. Médico Estratégia Saúde da Família.	40 horas	25
5	Médico Veterinário	30 horas	20
5	Nutricionista	20 horas	17
35	Odontólogo	20 horas	17
		40 horas	22
	Odontólogo com especialização	20 horas	19
20	Psicólogo	20 horas	17
2	Terapeuta Ocupacional	20 horas	17

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 115
Visto

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO MULTIFUNCIONAL
AGENTE DE APOIO

Classe 1 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
754,12	769,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 2 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
791,81	807,65	823,48	839,32	855,15	870,99	886,83	902,66	918,50
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
934,34	950,17	966,01	981,84	997,68	1.013,52	1.029,35	1.045,19	1.061,03
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.076,86	1.092,70	1.108,53	1.124,37	1.140,21	1.156,04	1.171,88	1.187,72	1.203,55
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.219,39	1.235,22	1.251,06	1.266,90	1.282,73	1.298,57	1.314,40	1.330,24	1.346,08
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.361,91	1.377,75	1.393,59	1.409,42	1.425,26	1.441,09	1.456,93	1.472,77	1.488,60
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.504,44	1.520,28	1.536,11	1.551,95	1.567,78	1.583,62	1.599,46	1.615,29	1.631,13

Classe 3 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
867,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 116
Visto

Classe 4 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
935,39	954,10	972,81	991,51	1.010,22	1.028,93	1.047,64	1.066,34	1.085,05
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.103,76	1.122,47	1.141,18	1.159,88	1.178,59	1.197,30	1.216,01	1.234,71	1.253,42
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.272,13	1.290,84	1.309,55	1.328,25	1.346,96	1.365,67	1.384,38	1.403,09	1.421,79
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.440,50	1.459,21	1.477,92	1.496,62	1.515,33	1.534,04	1.552,75	1.571,46	1.590,16
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.608,87	1.627,58	1.646,29	1.664,99	1.683,70	1.702,41	1.721,12	1.739,83	1.758,53
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.777,24	1.795,95	1.814,66	1.833,36	1.852,07	1.870,78	1.889,49	1.908,20	1.926,90

Classe 5 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.000,65	1.020,66	1.040,68	1.060,69	1.080,70	1.100,72	1.120,73	1.140,74	1.160,75
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.180,77	1.200,78	1.220,79	1.240,81	1.260,82	1.280,83	1.300,85	1.320,86	1.340,87
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.360,88	1.380,90	1.400,91	1.420,92	1.440,94	1.460,95	1.480,96	1.500,98	1.520,99
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.541,00	1.561,01	1.581,03	1.601,04	1.621,05	1.641,07	1.661,08	1.681,09	1.701,11
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.721,12	1.741,13	1.761,14	1.781,16	1.801,17	1.821,18	1.841,20	1.861,21	1.881,22
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.901,24	1.921,25	1.941,26	1.961,27	1.981,29	2.001,30	2.021,31	2.041,33	2.061,34

Classe 6 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.065,91	1.087,23	1.108,55	1.129,86	1.151,18	1.172,50	1.193,82	1.215,14	1.236,46
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.257,77	1.279,09	1.300,41	1.321,73	1.343,05	1.364,36	1.385,68	1.407,00	1.428,32
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.449,64	1.470,96	1.492,27	1.513,59	1.534,91	1.556,23	1.577,55	1.598,87	1.620,18
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.641,50	1.662,82	1.684,14	1.705,46	1.726,77	1.748,09	1.769,41	1.790,73	1.812,05
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.833,37	1.854,68	1.876,00	1.897,32	1.918,64	1.939,96	1.961,27	1.982,59	2.003,91
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.025,23	2.046,55	2.067,87	2.089,18	2.110,50	2.131,82	2.153,14	2.174,46	2.195,77

Classe 7 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.134,07	1.156,75	1.179,43	1.202,11	1.224,80	1.247,48	1.270,16	1.292,84	1.315,52
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.338,20	1.360,88	1.383,57	1.406,25	1.428,93	1.451,61	1.474,29	1.496,97	1.519,65
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.542,34	1.565,02	1.587,70	1.610,38	1.633,06	1.655,74	1.678,42	1.701,11	1.723,79
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.746,47	1.769,15	1.791,83	1.814,51	1.837,19	1.859,87	1.882,56	1.905,24	1.927,92

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 117
Visto

36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.950,60	1.973,28	1.995,96	2.018,64	2.041,33	2.064,01	2.086,69	2.109,37	2.132,05
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.154,73	2.177,41	2.200,10	2.222,78	2.245,46	2.268,14	2.290,82	2.313,50	2.336,18

CARGO MULTIFUNCIONAL
ASSISTENTE EM GESTÃO

Classe 8 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 9 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.156,30	1.179,43	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 10 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 21
Visto

CARGO MULTIFUNCIONAL
ASSISTENTE EM SAÚDE

Classe 11 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
754,12	769,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 12 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
867,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 13 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.127,39	1.149,94	1.172,49	1.195,03	1.217,58	1.240,13	1.262,68	1.285,22	1.307,77
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.330,32	1.352,87	1.375,42	1.397,96	1.420,51	1.443,06	1.465,61	1.488,15	1.510,70
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.533,25	1.555,80	1.578,35	1.600,89	1.623,44	1.645,99	1.668,54	1.691,09	1.713,63
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.736,18	1.758,73	1.781,28	1.803,82	1.826,37	1.848,92	1.871,47	1.894,02	1.916,56
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.939,11	1.961,66	1.984,21	2.006,75	2.029,30	2.051,85	2.074,40	2.096,95	2.119,49
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.142,04	2.164,59	2.187,14	2.209,68	2.232,23	2.254,78	2.277,33	2.299,88	2.322,42

Classe 14 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls. 13
Visto

1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 15 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.156,30	1.179,43	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 16 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO – 20h (vinte horas)
FISIOTERAPEUTA
FONOAUDIÓLOGO
NUTRICIONISTA
PSICÓLOGO
TERAPÊUTA OCUPACIONAL
ODONTÓLOGO
BIOMÉDICO

Classe 17 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.825,71	1.862,22	1.898,74	1.935,25	1.971,77	2.008,28	2.044,80	2.081,31	2.117,82
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
2.154,34	2.190,85	2.227,37	2.263,88	2.300,39	2.336,91	2.373,42	2.409,94	2.446,45

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 129
Visto

18	19	20	21	22	23	24	25	26
2.482,97	2.519,48	2.555,99	2.592,51	2.629,02	2.665,54	2.702,05	2.738,57	2.775,08
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.811,59	2.848,11	2.884,62	2.921,14	2.957,65	2.994,16	3.030,68	3.067,19	3.103,71
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
3.140,22	3.176,74	3.213,25	3.249,76	3.286,28	3.322,79	3.359,31	3.395,82	3.432,33
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
3.468,85	3.505,36	3.541,88	3.578,39	3.614,91	3.651,42	3.687,93	3.724,45	3.760,96

EDUCADOR SOCIAL
ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ELETROTÉCNICO

Classe 18 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.935,79	1.974,51	2.013,22	2.051,94	2.090,65	2.129,37	2.168,08	2.206,80	2.245,52
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
2.284,23	2.322,95	2.361,66	2.400,38	2.439,10	2.477,81	2.516,53	2.555,24	2.593,96
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
2.632,67	2.671,39	2.710,11	2.748,82	2.787,54	2.826,25	2.864,97	2.903,69	2.942,40
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
2.981,12	3.019,83	3.058,55	3.097,26	3.135,98	3.174,70	3.213,41	3.252,13	3.290,84
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
3.329,56	3.368,27	3.406,99	3.445,71	3.484,42	3.523,14	3.561,85	3.600,57	3.639,29
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
3.678,00	3.716,72	3.755,43	3.794,15	3.832,86	3.871,58	3.910,30	3.949,01	3.987,73

ADMINISTRADOR
ASSISTENTE SOCIAL
CONTADOR
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ENFERMEIRO – 30h (trinta horas)
ODONTÓLOGO ENDODONTIA 20h
ODONTÓLOGO PACIENTES ESPECIAIS 20h
ODONTÓLOGO PERIODONTISTA 20h
ODONTÓLOGO PROTESISTA 20h
ODONTÓLOGO TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILO-FACIAL 20h

Classe 19 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
2.376,35	2.423,88	2.471,40	2.518,93	2.566,46	2.613,99	2.661,51	2.709,04	2.756,57
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
2.804,09	2.851,62	2.899,15	2.946,67	2.994,20	3.041,73	3.089,26	3.136,78	3.184,31
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
3.231,84	3.279,36	3.326,89	3.374,42	3.421,94	3.469,47	3.517,00	3.564,53	3.612,05
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
3.659,58	3.707,11	3.754,63	3.802,16	3.849,69	3.897,21	3.944,74	3.992,27	4.039,80
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
4.087,32	4.134,85	4.182,38	4.229,90	4.277,43	4.324,96	4.372,48	4.420,01	4.467,54
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
4.515,07	4.562,59	4.610,12	4.657,65	4.705,17	4.752,70	4.800,23	4.847,75	4.895,28

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 131
Visto

MÉDICO VETERINÁRIO
FARMACÊUTICO DE FARMÁCIA – 40h (quarenta horas)
FARMACÊUTICO INDUSTRIAL – 40h (quarenta horas)

Classe 20 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
2.569,33	2.620,72	2.672,10	2.723,49	2.774,88	2.826,26	2.877,65	2.929,04	2.980,42
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
3.031,81	3.083,20	3.134,58	3.185,97	3.237,36	3.288,74	3.340,13	3.391,52	3.442,90
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
3.494,29	3.545,68	3.597,06	3.648,45	3.699,84	3.751,22	3.802,61	3.854,00	3.905,38
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
3.956,77	4.008,15	4.059,54	4.110,93	4.162,31	4.213,70	4.265,09	4.316,47	4.367,86
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
4.419,25	4.470,63	4.522,02	4.573,41	4.624,79	4.676,18	4.727,57	4.778,95	4.830,34
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
4.881,73	4.933,11	4.984,50	5.035,89	5.087,27	5.138,66	5.190,05	5.241,43	5.292,82

ENFERMEIRO ESF

Classe 21 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
3.168,47	3.231,84	3.295,21	3.358,58	3.421,95	3.485,32	3.548,69	3.612,06	3.675,43
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
3.738,79	3.802,16	3.865,53	3.928,90	3.992,27	4.055,64	4.119,01	4.182,38	4.245,75
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
4.309,12	4.372,49	4.435,86	4.499,23	4.562,60	4.625,97	4.689,34	4.752,71	4.816,07
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
4.879,44	4.942,81	5.006,18	5.069,55	5.132,92	5.196,29	5.259,66	5.323,03	5.386,40
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
5.449,77	5.513,14	5.576,51	5.639,88	5.703,25	5.766,62	5.829,98	5.893,35	5.956,72
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
6.020,09	6.083,46	6.146,83	6.210,20	6.273,57	6.336,94	6.400,31	6.463,68	6.527,05

ADVOGADO
ARQUITETO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
ENGENHEIRO CIVIL
ODONTÓLOGO SB

Classe 22 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
3.651,43	3.724,46	3.797,49	3.870,52	3.943,54	4.016,57	4.089,60	4.162,63	4.235,66
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
4.308,69	4.381,72	4.454,74	4.527,77	4.600,80	4.673,83	4.746,86	4.819,89	4.892,92
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
4.965,94	5.038,97	5.112,00	5.185,03	5.258,06	5.331,09	5.404,12	5.477,15	5.550,17
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 120
Visto

5.623,20	5.696,23	5.769,26	5.842,29	5.915,32	5.988,35	6.061,37	6.134,40	6.207,43
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
6.280,46	6.353,49	6.426,52	6.499,55	6.572,57	6.645,60	6.718,63	6.791,66	6.864,69
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
6.937,72	7.010,75	7.083,77	7.156,80	7.229,83	7.302,86	7.375,89	7.448,92	7.521,95

MÉDICO – 20h (vinte horas)

Classe 23 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
5.600,24	5.712,24	5.824,25	5.936,25	6.048,26	6.160,26	6.272,27	6.384,27	6.496,28
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
6.608,28	6.720,29	6.832,29	6.944,30	7.056,30	7.168,31	7.280,31	7.392,32	7.504,32
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
7.616,33	7.728,33	7.840,34	7.952,34	8.064,35	8.176,35	8.288,36	8.400,36	8.512,36
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
8.624,37	8.736,37	8.848,38	8.960,38	9.072,39	9.184,39	9.296,40	9.408,40	9.520,41
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
9.632,41	9.744,42	9.856,42	9.968,43	10.080,43	10.192,44	10.304,44	10.416,45	10.528,45
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
10.640,46	10.752,46	10.864,47	10.976,47	11.088,48	11.200,48	11.312,48	11.424,49	11.536,49

MÉDICO – 30h (trinta horas)

Classe 24 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
8.400,37	8.568,38	8.736,38	8.904,39	9.072,40	9.240,41	9.408,41	9.576,42	9.744,43
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
9.912,44	10.080,44	10.248,45	10.416,46	10.584,47	10.752,47	10.920,48	11.088,49	11.256,50
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
11.424,50	11.592,51	11.760,52	11.928,53	12.096,53	12.264,54	12.432,55	12.600,56	12.768,56
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
12.936,57	13.104,58	13.272,58	13.440,59	13.608,60	13.776,61	13.944,61	14.112,62	14.280,63
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
14.448,64	14.616,64	14.784,65	14.952,66	15.120,67	15.288,67	15.456,68	15.624,69	15.792,70
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
15.960,70	16.128,71	16.296,72	16.464,73	16.632,73	16.800,74	16.968,75	17.136,75	17.304,76

MÉDICO ESF
MÉDICO GENERALISTA

Classe 25 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
11.200,50	11.424,51	11.648,52	11.872,53	12.096,54	12.320,55	12.544,56	12.768,57	12.992,58
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
13.216,59	13.440,60	13.664,61	13.888,62	14.112,63	14.336,64	14.560,65	14.784,66	15.008,67
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
15.232,68	15.456,69	15.680,70	15.904,71	16.128,72	16.352,73	16.576,74	16.800,75	17.024,76

Câmara Mun de Pato Branco Fls 123 Visto

27	28	29	30	31	32	33	34	35
17.248,77	17.472,78	17.696,79	17.920,80	18.144,81	18.368,82	18.592,83	18.816,84	19.040,85
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
19.264,86	19.488,87	19.712,88	19.936,89	20.160,90	20.384,91	20.608,92	20.832,93	21.056,94
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
21.280,95	21.504,96	21.728,97	21.952,98	22.176,99	22.401,00	22.625,01	22.849,02	23.073,03

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÁO DE 12 HORAS
EM DIAS DE SEMANA (DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA)

Classe 26 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
572,04	583,48	594,92	606,36	617,80	629,24	640,68	652,13	663,57
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
675,01	686,45	697,89	709,33	720,77	732,21	743,65	755,09	766,53
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
777,97	789,42	800,86	812,30	823,74	835,18	846,62	858,06	869,50
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
880,94	892,38	903,82	915,26	926,70	938,15	949,59	961,03	972,47
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
983,91	995,35	1.006,79	1.018,23	1.029,67	1.041,11	1.052,55	1.063,99	1.075,44
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.086,88	1.098,32	1.109,76	1.121,20	1.132,64	1.144,08	1.155,52	1.166,96	1.178,40

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÁO DE 12 HORAS
EM FINAL DE SEMANA (SÁBADOS E DOMINGOS) E FERIADOS

Classe 27 **(Valores em R$)**

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
808,68	824,85	841,03	857,20	873,37	889,55	905,72	921,90	938,07
9	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**
954,24	970,42	986,59	1.002,76	1.018,94	1.035,11	1.051,28	1.067,46	1.083,63
18	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**
1.099,80	1.115,98	1.132,15	1.148,33	1.164,50	1.180,67	1.196,85	1.213,02	1.229,19
27	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**
1.245,37	1.261,54	1.277,71	1.293,89	1.310,06	1.326,24	1.342,41	1.358,58	1.374,76
36	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**
1.390,93	1.407,10	1.423,28	1.439,45	1.455,62	1.471,80	1.487,97	1.504,14	1.520,32
45	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**
1.536,49	1.552,67	1.568,84	1.585,01	1.601,19	1.617,36	1.633,53	1.649,71	1.665,88

Câmara Mun de Pato Branco Fls 194 Visto

ANEXO III
TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO DOS CARGOS

CARGOS MULTIFUNCIONAIS

CARGOS DA ESTRUTURA ATUAL	CARGO EQUIVALENTE NA ESTRUTURA ANTERIOR
Agente de Apoio	Agente de Trânsito; Agente Social; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Educação Infantil I; Auxiliar de Educação Infantil II; Auxiliar de Serviços Gerais; Borracheiro; Carpinteiro; Coveiro; Chapeador; Cozinheira; Eletricista; Faxineiro; Frentista; Gari; Gari de Caminhão; Jardineiro; Instrutor de Aprendizagem Industrial; Mãe Social; Marceneiro; Marroeiro; Marteleteiro; Mecânico de Manutenção Geral; Merendeira; Mestre de Obras; Motorista I; Motorista II; Operador de Caldeira; Operador de Britador; Operador de Máquinas Rodoviárias I; Operador de Máquinas Rodoviárias II; Pedreiro; Pintor; Servente; Soldador; Telefonista; Vigia; Zelador de Edifício.
Assistente em Gestão	Assistente Administrativo I; Assistente Administrativo II; Assistente Administrativo III; Assistente de Informática; Auxiliar Administrativo; Contínuo; Desenhista; Fiscal de Limpeza Pública; Fiscal de Tributos; Fiscal em Edificações; Secretária; Secretária de Gabinete; Técnico Agrícola; Técnico Contábil; Técnico em Enfermagem do Trabalho; Técnico em Segurança do Trabalho; Tesoureiro; Topógrafo.
Assistente em Saúde	Auxiliar de Enfermagem; Auxiliar de Laboratório; Auxiliar de Saneamento; Auxiliar de Enfermagem ESF; Auxiliar de Farmácia; Auxiliar de Higiene Dental; Auxiliar de Higiene Dental SB; Inspetor de Saneamento; Técnico em Higiene Dental SB; Técnico de Enfermagem; Técnico de Laboratório; Técnico em Alimentos; Técnico de Raio X; Técnico em Higiene Dental.

ANEXO III
TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO DOS CARGOS (Continuação)

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

CARGOS DA ESTRUTURA ATUAL	CARGO EQUIVALENTE NA ESTRUTURA ANTERIOR
Administrador	Administrador
Advogado	Advogado
Procurador	Advogado
Arquiteto	Arquiteto
Biomédico	Biomédico
Assistente Social	Assistente Social
Contador	Contador
Educador Social	Educador Social
Enfermeiro	Enfermeiro – 30h
Enfermeiro	Enfermeiro ESF
Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil	Engenheiro Civil
Farmacêutico	Farmacêutico Bioquímico
Farmacêutico	Farmacêutico de Farmácia
Farmacêutico	Farmacêutico Industrial
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo
Assistente em Tecnologia da Informação	Gerente de Informática
Médico	Médico – 30h
Médico	Médico Ambulatorial – 20h
Médico	Médico ESF
Médico	Médico Generalista
Médico	Médico Plantonista
Médico Veterinário	Médico Veterinário
Nutricionista	Nutricionista
Odontólogo	Odontólogo

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 193
Visto

Odontólogo	Odontólogo Endodontia
Odontólogo	Odontólogo Pacientes Especiais
Odontólogo	Odontólogo Periodontista
Odontólogo	Odontólogo Protesista
Odontólogo	Odontólogo SB
Odontólogo	Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial
Psicólogo	Psicólogo
Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional

Viganó sanciona Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco

DAYANNE DO NASCIMENTO
PATO BRANCO

Plano estava há pelos menos 16 anos sem reestruturação

Aprovado pela Câmara em segunda votação por unanimidade, na última terça-feira (3), o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco foi sancionado, na manhã de ontem, pelo prefeito Roberto Viganó. Acompanharam a assinatura autoridades locais e diversos funcionários públicos municipais.

Conforme o presidente da Associação dos Funcionários Municipais de Pato Branco, Clovis Gresele, o primeiro plano de cargos e salários dos servidores municipais de Pato Branco foi criado no mandato do ex-prefeito Delvino Longhi (1993 – 1996) e satisfazia as necessidades dos servidores daquela época. Hoje, 16 anos depois, o plano está defasado e é compromisso do prefeito Roberto Viganó apresentar um novo plano.

Gresele também destacou que os servidores públicos municipais, após a criação do primeiro plano, só receberam avaliações atrasadas na gestão do ex-prefeito Clóvis Padoan; na gestão do ex-prefeito Alceni Guerra eles não receberam nada de aumento e nem avaliação funcional. Ele ainda comentou que esse novo plano vai melhorar os salários principalmente das classes que ganham menos, já que havia funcionários que não podiam subir de cargo porque não se enquadravam nas normas no plano antigo. Nesse novo plano, todos os funcionários podem subir de cargo com avaliação funcional.



Servidores, secretários e vereadores acompanharam a sanção do novo plano

"Nós temos que agradecer ao prefeito, que colocou em prática esse plano, e nós temos a certeza que vai recuperar o poder aquisitivo do funcionalismo", afirmou o presidente.

Quanto à existência de alguns itens do plano que não agradaram, como a questão dos horários, principalmente no setor da saúde, Gresele relatou que, como esse ano, devido a legislação eleitoral, o prefeito não poderá alterar nada, os pedidos de alteração serão feitos à próxima gestão.

O prefeito Roberto Viganó, em seu pronunciamento, falou que o plano de cargos e salários é um plano bem elaborado, que custará aos cofres da prefeitura em torno de R$ 11,6 milhões anuais, quase R$ 1 milhão por mês. Ele também citou alguns exemplos de cargos que passarão a ganhar mais, como auxiliar de educação infantil com faculdade, que antes ganhava R$ 704 e agora vai ganhar R$1.065; agente de trânsito, de R$ 700 vai para R$ 935; motorista, de R$ 700 para R$ 1.065, médicos, todos com o salário igualados, com piso inicial de R$ 1.933, vão receber R$ 5.600. Esses valores, apresentados pelo prefeito, não incluem os auxílios. "O novo plano de cargos e salários vai gerar um impacto de R$ 4.571.368,00. Só na implantação do piso dos professores foram R$ 3.373,00", informou o prefeito.

Viganó pediu aos servidores que tenham paciência para o repasse desses reajustes, pois não será possível fazer todo o trabalho de uma vez. "Assim que estiver tudo implantado, podem contar com esse dinheiro na hora, porque nós estamos preparados para cumprir esse plano", relatou.

Novidades

Além da sanção do plano, Viganó apresentou outras novidades para os munícipes. Ele assinou a autorização para a realização de uma obra no Parque de Exposições, no valor de R$ 145 mil; a reforma da escola municipal Vila Verde, avaliada em R$ 304 mil. Ele também anunciou a liberação de recursos, pelo governo federal, ao fundo perdido do Ministério das Cidades, mais a contra partida do município, de mais de R$ 8 milhões para a recuperação de mais asfalto em Pato Branco.

PL Nº 74/2012

Câmara Mun de Pato Branco
Visto
Fls 12

Câmara Mun. de Pato Branco
Fls 127
Visto

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 3.612 DE 4 DE ABRIL DE 2012

Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, denominado PCCV, composto por cargos multifuncionais e de curso superior, mediante a transformação dos atuais cargos de provimento efetivo, com a finalidade principal de:

I – proporcionar a valorização e a dignificação dos cargos exercidos pelos servidores públicos;

II – facilitar e agilizar a forma de suprir a demanda de serviços;

III – modernizar a Gestão de Pessoal, visando aos resultados a serem alcançados pela gestão municipal;

IV – promover a capacitação dos servidores públicos, de acordo com as necessidades e as demandas de serviços;

V – desburocratizar o processo de Desenvolvimento Profissional e de Gestão Pública Municipal.

Art. 2º O PCCV aplica-se aos servidores efetivos municipais regidos pela Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, exceto os servidores regidos pela Lei Municipal n.º 3.288, de 3 de dezembro de 2009, do quadro próprio do magistério.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS: é o conjunto de cargos e funções definidos para a execução das atividades inerentes ao serviço público municipal, com oportunidade da crescimento e valorização, em função do desempenho e do desenvolvimento funcional, de acordo com as diretrizes estabelecidas;

II – CARGO: é um conjunto de funções, atividades e responsabilidades referenciado pelos seguintes atributos:

a) denominação própria;
b) número de vagas;
c) vencimentos, níveis e classes;
d) atribuições;
e) requisitos mínimos.

III – VAGA: é cada posto de trabalho pertinente a um cargo, estando ou não ocupado;

IV – TABELA DE VENCIMENTOS: é composta por Classes e Níveis de Vencimentos, classificados de acordo com os cargos;

V – CLASSE DE VENCIMENTOS: agrupam cargos de igual amplitude de vencimentos, denominado CV;

VI – NÍVEIS DE VENCIMENTOS: são as unidades de amplitude dos vencimentos, dentro de cada classe de vencimentos, compostas por 53 (cinquenta e três) níveis, obedecendo ao acréscimo de 2% (dois por cento) para cada um dos níveis, tomando-se por base o Piso de Admissão;

VII – CARGO MULTIFUNCIONAL: é a aglutinação de atribuições de mesma natureza de trabalho;

VIII – CARGOS DE CURSO SUPERIOR: reúne os cargos profissionais com formação mínima em curso superior;

IX – SEGMENTO DE ATIVIDADES: é a divisão do cargo multifuncional em funções e atividades, classificadas conforme a habilitação, a responsabilidade, a habilidade, a qualificação, o grau de complexidade e o esforço físico;

X – CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PARA A FUNÇÃO: é o documento legal emitido pelo município depois de verificados os critérios legal e regulamentar para que o servidor possa desempenhar a nova função, dentro do segmento de atividades do cargo multifuncional, mediante regulamentação;

XI – FUNÇÃO: é o encargo de atividades atribuído ao servidor.

XII – FATOR DE CORREÇÃO: são os atenuantes a serem considerados no processo de avaliação funcional decorrentes da disponibilidade e/ou da adequação de material de consumo, material permanente, equipamentos, veículos, instalação e pessoal.

XIII – RESTRIÇÃO DE FUNÇÃO: é a limitação do desempenho da função dentro de um segmento de atividades;

XIV – READAPTAÇÃO FUNCIONAL: é a necessidade de o servidor desempenhar outras funções compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em avaliação médica;

XV – CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO: são os cursos exclusivamente relacionados às atribuições do cargo ocupado pelo servidor ou às funções efetivamente por ele desempenhadas.

Art. 4º Este PCCV passa a ser constituído por cargos classificados em:

I – **Multifuncionais:**

a) Agente de Apoio – Reúne as funções do pessoal de apoio:

1. Operacional: classificadas de acordo com a qualificação, a habilidade de manipulação de materiais e de ferramental de serviço, a operação e a manutenção de máquinas, veículos e equipamentos.
2. À educação e bem estar social: classificadas de acordo com a habilitação.

b) Assistente em Gestão – Reúne as funções com formação específica mínima de ensino médio, cursos técnicos ou profissionalizantes regulares, com atividades tipicamente técnicas ou administrativas;

c) Assistente em Saúde – Reúne as funções com formação específica mínima de ensino médio, cursos técnicos ou profissionalizantes regulares na área da saúde;

II – **De Curso Superior** – Reúne os cargos e as funções profissionais com formação mínima em curso superior.

Art. 5º Fazem parte deste Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos:

I - estrutura de Cargos: Anexo I;

II - tabelas de Vencimentos: Anexo II;

III - tabela de Equivalência para o Enquadramento dos Cargos e Funções: Anexo III.

Art. 6º **O MANUAL DE CARGOS** conterá, além da estrutura de cargos constante no Anexo I desta Lei, a seguinte composição:

I - a denominação do cargo;

II - a descrição detalhada da função;

III - os requisitos mínimos exigidos para o desempenho de cada atividade.

Parágrafo único. O Manual de Cargos a que se refere o *caput* deste artigo será instituído por ato do Poder Executivo no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 7º O Poder Executivo Municipal procederá mediante Portaria, a ser publicada em Diário Oficial, o enquadramento e o reenquadramento dos servidores neste PCCV, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei, dispostos da seguinte maneira:

I. **ENQUADRAMENTO:**

a) nome;
b) cargo;
c) data de Admissão;
d) nível de Vencimento.

II. **REENQUADRAMENTO:**

a) novo Cargo;
b) nível de Vencimento;
c) segmento de Atividade ou Função.

Art. 8º Para implantação deste Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, previstos nesta Lei, os atuais servidores públicos municipais, aprovados em concurso, serão submetidos a reenquadramento funcional, ajustados dentro da estrutura dos cargos públicos municipais e respectivos níveis de vencimentos previstos nas Tabelas de Vencimentos e de Equivalência para enquadramento dos cargos, com base nas funções que os mesmos estejam exercendo.

§ 1º Para efeito de reenquadramento, os atuais níveis representados pelo "Piso de Admissão" e pelas letras de "a" a "o", correspondem aos números de "1" a "15", respectivamente.

§ 2º O servidor será reenquadrado na tabela correspondente ao nível de escolaridade que foi exigido como pré-requisito, no ato de admissão, para os cargos que possuem esta classificação.

Art. 9º Para efeitos de reenquadramento no cargo multifuncional, o servidor será designado para a mesma função e segmento de atividades em que estiver atuando.

Parágrafo único. Os servidores que prestaram concurso para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Concurso Público Municipal Edital nº 01/1996, e que ingressaram automaticamente na função administrativa, cumprindo o estágio probatório neste segmento de atividades, poderão optar, no ato de reenquadramento, entre os cargos multifuncionais, Agente de Apoio ou Assistente em Gestão.

CAPÍTULO III
DA CARREIRA
Seção I
Das Promoções

Art. 10. O servidor poderá avançar na carreira por meio de 4 (quatro) modalidades de promoção:

I – Progressão Diagonal;
a) por mérito;
b) por titulação;
c) por qualificação.
II – Progressão Vertical por Formação;
III – Progressão Funcional.

Art. 11. A Progressão Diagonal é o aumento do valor recebido pelo servidor a título de vencimento, por meio da elevação de 1 (um) nível de vencimento para outro, imediatamente superior àquele a que pertence, dentro da mesma classe e a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício.

a) Por Mérito, podendo o servidor progredir até 4 (quatro) níveis em relação aquele em que se encontra, conforme nota obtida em avaliação de desempenho funcional;

b) Por Titulação, podendo o servidor progredir de acordo com a escolaridade, independentemente de o curso ser dentro da área de atuação, de acordo com os seguintes critérios:

1. Certificado de conclusão de Ensino Médio, para os ocupantes de cargo em que este não é exigido: **1 (um) nível;**
2. Certificado de Conclusão de Nível Superior, para os ocupantes de cargo em que este não é exigido: **2 (dois) níveis;**
3. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização *lato sensu*, obtido de forma legal, de acordo com o sistema universitário: **2 (dois) níveis;**
4. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização *stricto sensu*, obtido de forma legal, de acordo com o sistema universitário: 2 (dois) níveis.

c) Por qualificação, por meio de capacitação, com o avanço de 1 (um) nível diagonal a cada 160 (cento e oitenta) horas de cursos na área de atuação.

§ 1º Os servidores que concluírem os cursos referidos nos subitens 1, 2 e 3 do item "b" deste artigo, durante o período de estágio probatório, farão jus à respectiva progressão somente após a conclusão do estágio, sem efeito retroativo.

§ 2º A progressão diagonal por qualificação fica limitada a uma referência a cada 2 (dois) anos.

§ 3º Os cursos pontuados para efeito da Progressão Vertical por Formação não poderão ser pontuados novamente para a progressão diagonal por titulação.

§ 4º Os cursos de capacitação, para fins de pontuação, deverão ser utilizados uma única vez.

Art. 12. A Progressão Vertical por Formação é a ascensão funcional do servidor de uma classe de vencimento para outra, reenquadrando-o no mesmo nível de vencimento, feito por critério exclusivo de formação profissional e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – do Nível Médio para o Nível Técnico: ter concluído curso técnico reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), dentro da área de atuação;

II – do Nível Técnico para o Nível Superior: ter concluído curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), dentro da área de atuação;

III – quando o exercício da profissão exigir, o servidor deverá possuir registro no Conselho de Classe da Categoria a que pertence;

IV – a Progressão Vertical por Formação resultará na alteração do padrão de vencimento, decorrente da formação profissional dentro da função desempenhada, não podendo ocorrer alteração do cargo do concursado;

V – ter cumprido o estágio probatório.

Art. 13. A Progressão Funcional é a possibilidade de desempenhar uma nova função dentro do mesmo cargo, após identificar a sua nova aptidão funcional dentro de diretrizes estabelecidas, e tomar posse de certificação, dentro do Programa de Desenvolvimento de Pessoal e mediante o preenchimento dos seguintes requisitos básicos:

a) posse de certificação quanto à qualificação necessária ao desempenho de nova função;

b) existência de demanda de serviços dentro da nova função e do segmento de atividades;

c) ter cumprido o estágio probatório, exceto se o servidor não puder mais desempenhar a função decorrente de restrição de função ou de necessidade de readaptação funcional, mediante comprovação por avaliação médica.

§ 1º Preenchidos todos os requisitos, o servidor deverá aguardar a existência de pessoal para substituí-lo em suas atividades, para posteriormente ser reenquadrado para a nova função.

§ 2º A atitude do servidor para o desempenho da nova função será objeto de avaliação de desempenho, pelo período de 1 (um) ano:

1. Sendo considerada APTO, o servidor somente será afastado da nova função:
   a) a pedido, com direito ao retorno para a função anteriormente ocupada;
   b) decorrente de restrição de função, mediante comprovação por laudo médico expedido por junta médica oficial;
   c) em caso de nova progressão funcional para outra função.
2. Sendo considerado INAPTO, o servidor:
   a) retornará às funções anteriormente desempenhadas;
   b) não poderá ser desligado do serviço público;
   c) não poderá ser impedido de pleitear progressão funcional para outra função.

§ 3º Após o servidor ter sido considerado APTO para a nova função, poderá ocorrer a mudança da classe de vencimento, conforme a classificação estabelecida pelo Anexo I – Estrutura de Cargos ou ser gratificado nos moldes do item VIII do artigo 33 desta lei.

§ 4º Caso haja mais servidores pleiteando a progressão funcional para a mesma função e exista uma limitação na demanda de serviços, terá preferência aquele que for mais bem avaliado no Programa de Desenvolvimento de Pessoal.

§ 5º Sempre que houver vagas em cargos ou funções, não preenchidos pelos servidores públicos estáveis, o Poder Executivo poderá proceder ao seu preenchimento por meio de concurso público.

§ 6º O servidor poderá obter mais de um Certificado de Qualificação, dentro do Programa de Desenvolvimento de Pessoal, podendo estar habilitado para desempenhar mais de uma função.

§ 7º Os servidores que já estiverem atuando em função diversa daquela do concurso, decorrente de restrição ou readaptação de função, conforme laudo médico, há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses, ficam desobrigados do cumprimento previsto nos §§ 2.º e 3.º deste artigo, para efeito de progressão funcional.

§ 8º Periodicamente, a Secretaria de Administração, por meio do Órgão de Recursos Humanos, aparará junto aos setores competentes a necessidade de novas demandas de serviços e repassará essa informação a todos os servidores, antecipadamente e em tempo hábil, para efeitos de Progressão Funcional.

Art. 14. Não poderão ser computados para efeitos de promoção prevista nesta Lei os cursos que foram exigidos como pré-requisito para o exercício do cargo.

Art. 15. Não terá direito à promoção o servidor que:

I – tiver faltado no serviço, sem motivo justificado, em dias consecutivos ou alternados à em número de dias úteis igual ou superior a 10 (dez) dias;

II – tenha sofrido penalidade decorrente de Processo Administrativo Disciplinar;

III – estiver em licença para tratamento de assuntos particulares.

§ 1º As faltas em horas serão somadas e transformadas em dias para efeito do item I deste Artigo.

§ 2º O tempo a ser computado para os efeitos deste Artigo deverá ser efetuado dentro do período a que o servidor estiver submetido ao processo de avaliação.

Art. 16. O direito de promoção obedecerá rigorosamente, além dos critérios e requisitos previstos nesta lei, ao seguinte:

DIREITO À PROMOÇÃO	Agente de apoio	Assistente em Gestão	Assistente em Saúde	Cargos de Curso Superior
* PD por mérito	Sim	Sim	Sim	Sim
* PD por titulação	Sim	Sim	Sim	Sim
* PD por qualificação	Sim	Sim	Sim	Sim
Progressão Vertical por formação	**	Sim	Sim	Não
Progressão Funcional	Sim	Sim	Sim	***
Ascensão ****	Sim	Sim	Sim	Sim

* PD – Promoção Diagonal;
** Exclusivamente para a função de Auxiliar de Educação Infantil;
*** Para atuação a nível de especialização, nos moldes do item VIII do artigo 33, desta lei;
**** Promoção a ser concedida, decorrente de participação em concurso público de alguma concorrência, nos moldes do Capítulo IV, desta lei.

Parágrafo Único. O avanço do servidor na carreira, por meio das modalidades Progressão Diagonal e Progressão Vertical por Formação, ocorrerá somente a cada 2 (dois) anos, apurado no mês de outubro do respectivo ano, sem efeito retroativo, após a prévia homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal mediante Portaria.

Seção II
Da Avaliação de Desempenho para fins de Promoção

Art. 17. Para efeito de promoção no serviço público, deverão ser adotados, dentre os fatores de avaliação de desempenho a seguir enumerados, os que sejam compatíveis com as funções desempenhadas pelo servidor:

a) Assiduidade;
b) Disciplina;
c) Capacidade de Iniciativa;
d) Produtividade;
e) Responsabilidade;
f) Preparo Profissional;
g) Comunicação;
h) Cooperação;
i) Experiência Prática;
j) Capacitação Profissional;
k) Atenção e Qualidade no Trabalho;
l) Produção e Rendimento;
m) Agilidade Mental e Raciocínio;
n) Agilidade Física e Manual;
o) Interesse pelo Trabalho;
p) Flexibilidade;
q) Trabalho em Equipe;
r) Liderança;
s) Relacionamento Pessoal;
t) Planejamento e Organização;
u) Gestão de Recursos;
v) Gestão das Condições de Trabalho.
w)

§ 1º A cada fator serão atribuídos pontos e pesos determinados por regulamento.

§ 2º Outros fatores poderão ser adotados, devendo sempre ser compatíveis com as atribuições do cargo e da função.

Art. 18. Caso o servidor discorde da nota obtida no processo de avaliação, será-lhe à facultado solicitar pedido de reconsideração ao avaliador que a houver proferido.

§ 1º Do pedido de reconsideração caberá recurso à autoridade imediatamente superior do avaliador que houver proferido a decisão, e, sucessivamente em escala permanente, as demais autoridades e, em última instância ao Secretário da pasta;

§ 2º O recurso será encaminhado pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho;

§ 3º O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 10 (dez) dias, a contar da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida;

§ 4º Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do pedido de reconsideração.

Seção III
Da Escola de Governo

Art. 19. Fica instituída a Escola de Governo do Município de Pato Branco, destinada à Formação e ao Desenvolvimento de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais do Município de Pato Branco.

Art. 20. Caberá à Escola de Governo promover a execução da gestão do Programa de Desenvolvimento de Pessoal com a seguinte finalidade:

I – capacitar o servidor para a aquisição de novas habilidades, sistematizando o processo de valorização, aprendizagem e captação de novos talentos;

II – conceder o Certificado de Qualificação para a função, visando promover o servidor na carreira funcional;

III – estabelecer e desenvolver a profissionalização por meio da educação permanente dos servidores municipais;

IV – promover a interação intersetorial para o planejamento estratégico de desenvolvimento profissional sob medida;

V – incentivar e priorizar o recrutamento de profissionais qualificados dentro do quadro de servidores do município;

VI – instituir como instrumento de planejamento o Plano Anual de Capacitação ao Servidor Público Municipal, assegurando-se da seguinte estrutura básica:

a) bases éticas e legais;
b) fundamentação decorrente da Avaliação de Desempenho, do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos e da Segurança e Saúde do Trabalhador;
c) público-alvo;
d) garantia de acesso, levando-se em consideração o perfil profissional e a atividade;
e) conteúdo Programático adequado à prática dos serviços;
f) metodologia de ensino;
g) carga horária;
h) orçamento Anual para o Programa de Desenvolvimento de Pessoal;
i) certificação de qualificação para a função.

VII – dar publicidade às práticas na área de desenvolvimento profissional, instituindo canais de comunicação direta com os servidores municipais;

VIII – propor sistema de monitoramento, avaliação e intervenção educativa a segurança e à saúde do trabalhador, considerando as ausências no trabalho e a adesão aos exames preventivos periódicos e aos equipamentos de proteção individual;

IX – racionalizar investimentos e potencializar capacidades do servidor público municipal;

X – promover e apoiar o servidor público municipal em suas iniciativas de capacitação para o desenvolvimento de competências em conformidade ao plano de carreiras e aos interesses do município;

XI – propor incentivos para as iniciativas de capacitação promovidas por servidores, mediante o aproveitamento de habilidades e de conhecimentos de seu quadro de pessoal;

XII – estimular a participação do servidor em ações de educação ao longo de sua vida funcional;

XIII – fomentar a divulgação do conhecimento a respeito da gestão pública municipal por meio de estudos, eventos, seminários, atividades e intercâmbios culturais e periódicos;

XIV – para atingir sua finalidade, a Escola de Governo poderá gerenciar a celebração de convênios e acordos de cooperação técnica com escolas, órgãos públicos, empresas privadas ou filantrópicas, visando ao aperfeiçoamento de pessoas.

Art. 21. A Escola de Governo será administrada pela Secretaria de Administração, em cujo orçamento serão definidos os recursos a serem empregados na formação e no desenvolvimento de servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Deverá compor o Orçamento Anual para o Programa de Desenvolvimento de Pessoal todos os valores descontados em folha de pagamento dos servidores a título de faltas, atrasos ou decorrente de outras penalidades, sem prejuízo dos demais valores a serem definidos.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal procederá à regulamentação da Escola de Governo, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

Seção IV
Da Ascensão

Art. 23. A ascensão consiste na passagem do servidor, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de um cargo para outro.

§ 1.º Nos casos de ascensão, o servidor será enquadrado na referência inicial do padrão correspondente ao cargo para o qual prestou concurso, independentemente do tempo de serviço já prestado ao Município de Pato Branco.

§ 2.º Ao servidor que for ascendido, conforme o disposto neste artigo, será garantido o percentual de adicional por tempo de serviço por ele prestado ao Município de Pato Branco, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco.

§ 3.º Caso seja considerado inabilitado no estágio probatório, o servidor será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, nos termos do artigo 35 da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 4.º A promoção prevista no caput deste artigo, consiste na participação do servidor em concurso público municipal com ampla concorrência, sendo vedada a sua aplicação em concurso público interno."

CAPÍTULO IV
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 24. O concurso público para provimento de cargos no âmbito da administração direta do Município de Pato Branco reger-se-á pelas normas estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos e pelo disposto na presente Lei, bem como será autorizado por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas e das necessidades da Administração.

Art. 25. Ocorrendo vaga em cargo de carreira, o Prefeito Municipal determinará a expedição de Portaria autorizando a abertura do respectivo concurso e nomeando a Comissão Organizadora, composta por, no mínimo, 3 (três) membros integrantes do quadro de servidores efetivos do município.

Art. 26. Autorizado o concurso, a Secretaria de Administração expedirá Edital que será assinado pelo Prefeito Municipal, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias para as inscrições, contados da data de sua publicação no órgão oficial do município e que será divulgado, também, pela imprensa local.

Parágrafo único. As provas do concurso público não poderão ser realizadas antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições.

Art. 27. Fica assegurado às pessoas portadoras de necessidades especiais o mínimo de 5% (cinco por cento) do total de vagas de cada cargo público.

Parágrafo único. Quando, nas operações aritméticas necessárias à apuração do número de vagas reservadas, o resultado obtido não for um número inteiro, desprezar-se-á a fração inferior a 1/2 (meio) e arredondar-se-á a unidade imediatamente a que for igual ou superior.

Art. 28. Com motivo devidamente justificado, o Prefeito Municipal poderá antes da homologação sespender, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos qualquer direito a reclamação, exceto a devolução do valor cobrado a título de taxa de inscrição.

Art. 29. O servidor nomeado para ocupar cargo público municipal fica sujeito a estágio probatório, nos termos do artigo 25, da Lei Municipal n.º 1.245, de 17 de setembro de 1993.

§ 1º São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 2º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 3º A avaliação de desempenho no estágio probatório obedecerá a critérios estabelecidos em regulamento próprio.

Art. 30. O Poder Executivo Municipal expedirá o Regulamento Geral de Concurso Público, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO V
DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 31. O servidor público terá direito a Licença Especial de 90 (noventa) dias, a cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados a partir da publicação desta Lei.

§ 1º As faltas individuais injustificadas ao serviço, retardarão o período aquisitivo da licença especial, na proporção de 1 (um) mês para cada falta.

§ 2º Em caso de penalidade disciplinar de suspensão, o período aquisitivo da licença especial ficará retardado na proporção de 2(dois) anos, para cada penalidade aplicada.

§ 3º Não terá direito a Licença Especial os servidores que no período aquisitivo, possuírem em atestados médicos, somatória igual ou superior a 90 (noventa) dias, exceto atestados decorrentes de acidente de trabalho e de licença maternidade.

§ 4º A concessão da licença especial obedecerá a critérios estabelecidos em regulamento próprio.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 129
Visto

regulamento próprio.

CAPÍTULO VI
DO PLANTÃO MÉDICO

Art. 32. Os médicos plantonistas devem ficar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde aguardando a definição da escala, que poderá ser em qualquer dia útil ou não, da semana e definida de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º O médico plantonista deverá cumprir, no mínimo:

a) 12 (doze) horas de plantão semanal por semana, acumulando 48 (quarenta e oito) horas de plantão semanal por mês;
b) 24 (vinte e quatro) horas de plantão de final de semana por mês;
c) no plantão de 12 (doze) horas, poderá ser feito por 2 (dois) profissionais que estarão dividindo o plantão em 6 (seis) horas entre eles, bem como, a remuneração, acordado com o gestor municipal de saúde.

§ 2º Somente serão permitidas substituições entre os próprios médicos plantonistas, com o motivo devidamente justificado, com a autorização do Diretor Clínico eleito e nomeado em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, com aviso prévio de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

§ 3º A falta ao plantão e/ou os atrasos reiterados de forma injustificada serão levados ao conhecimento do Poder Executivo Municipal para a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 4º As escalas de plantão médico deverão permanecer afixadas em local visível, com as assinaturas do Diretor Clínico eleito e nomeado e do Gestor Municipal de Saúde, e arquivadas na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º Em caso de urgência, outros servidores concursados ocupantes do cargo de médico poderão ser escalados para o plantão e para o atendimento de urgências e emergências, desde que haja compatibilidade de horários.

§ 6º Respeitado o mínimo estabelecido pelo § 1.º deste artigo, a quantidade e a prioridade na execução dos demais plantões a serem distribuídos pelo Diretor Clínico, em conjunto com o Gestor Municipal de Saúde, deverão seguir critérios que envolvam produtividade, desempenho, disciplina, assiduidade e pontualidade.

CAPÍTULO VII
DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 33 Aos servidores regidos por este PCCV ficam asseguradas as seguintes gratificações, indistintos sobre o vencimento de que trata o artigo 16 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, quando forem atribuídas responsabilidades que requerem dedicação além das atividades e atribuições normais do cargo do concurso, nas seguintes funções especiais:

I - pela participação em Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho;
II - por Responsabilidade Técnica exigida e regulamentada em lei própria;
III - quando em função da essencialidade e urgência do serviço público, o servidor tenha que cumprir escala de trabalho, aos sábados, domingos ou feriados, ressalvado o descanso semanal remunerado mínimo, previsto em lei;
IV - pelo acúmulo de funções;
V - pela responsabilidade na Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
VI - por atingir metas de produtividade e desempenho, especificadas em regulamento próprio;
VII - por Funções de Confiança, decorrentes de atribuições e responsabilidades de direção, chefia e/ou assessoramento;
VIII - por Especialização, quando o exercício da função depender, sob pena de ser considerado exercício ilegal da profissão, exclusivamente para cargos de curso superior.

§ 1º Fica a critério do Prefeito Municipal estabelecer o percentual de gratificação a ser concedido, nas funções especiais, observados os seguintes critérios:

a) até o limite de 50% (cinquenta por cento), nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo;
b) até o limite de 100% (cem por cento), na situação prevista no inciso VII deste artigo;
c) quando concedidas de forma acumulada, nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo, o máximo permitido será de 100% (cem por cento).

§ 2º O percentual de gratificação por especialização deverá ser de 30% (trinta por cento), somente podendo haver redução proporcional na situação em que o servidor não atue em nível de especialização na totalidade da carga horária do concurso.

§ 3º Em casos específicos, a gratificação poderá ser concedida de forma condicional, devendo o ato de concessão conter de forma expressa as situações em que a mesma poderá ser suspensa ou cancelada.

§ 4º Não terão direito à gratificação por especialização os servidores que já foram admitidos pelo concurso, tendo como pré-requisito a formação de especialização para o exercício do cargo, sendo que por esta razão são remunerados por uma tabela de vencimentos diferenciada, decorrente da formação exigida.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 Fica estabelecido o mês de março como data base da categoria.

Parágrafo único. Fica adotado como índice oficial do município para apuração das perdas salariais do período o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 35 É vedada a alteração de carga horária para o cargo ao qual o servidor prestou o concurso público.

Parágrafo único. Após a aprovação desta Lei, todos os servidores deverão retornar à carga horária original prevista nesta Lei e estabelecida no edital regulador do concurso público.

Art. 36 Para operacionalizar o PCCV dos Servidores Públicos Municipais, o Poder Executivo expedirá as seguintes regulamentações:

I – Manual de Cargos e Funções;
II – Regulamento Geral do Concurso Público;
III – Regulamento Especial de Avaliação de Desempenho;
IV – Regulamento Geral de Programa de Desenvolvimento de Pessoal;
IV – Regulamento para Concessão de Licença Especial;
V – Regulamento de Prioridades na Execução de Plantões Médicos;
VII – Regulamento Especial para Concessão de Gratificações.

Art. 37 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.368, de 28 de julho de 1995, a Lei Municipal nº 1.369, de 28 de julho de 1995, a Lei Municipal nº 1.420, de 27 de dezembro de 1995, e a Lei Municipal nº 2.121, de 28 de dezembro de 2001, e todas as suas posteriores alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 4 de abril de 2012.
ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS

CARGOS MULTIFUNCIONAIS
AGENTE DE APOIO

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	Nº TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente de Apoio	1120	30 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES

ATIVIDADES	FUNÇÕES	CLASSE DE VENCIMENTO
Cozinha e merenda escolar	Cozinheiro; Merendeira; Auxiliar de Cozinha; Padeiro.	Classe 2
Educação e bem-estar social	Auxiliar de Centro de Educação Infantil – Nível Operacional (não envolvendo atividades educacionais).	Classe 3
	Auxiliar de Educação Infantil – Curso Magistério.	Classe 5
	Auxiliar de Educação Infantil – Curso Superior.	Classe 6
	Mão Social; Agente Social.	Classe 3
	Instrutor de Aprendizagem	Classe 5
Operacionalização das atividades de trânsito	Agente de Trânsito. Fiscal de Trânsito.	Classe 4
Manutenção de máquinas e equipamentos	Borracheiro	Classe 3
	Soldador; Chapeador; Eletricista Automotivo.	Classe 5
	Mecânico.	Classe 6
	Mecânico de Máquinas Pesadas.	Classe 7
Obras e serviços	Servente; Mestre de Obras; Pedreiro; Pintor; Carpinteiro; Marceneiro.	Classe 5
	Eletricista Predial; Blaster.	Classe 4
	Eletricista Oficial	Classe 5
	Eletricista Eletrotécnico.	Classe 6
	Eletricitário (em extinção).	Classe 15
Operação de máquinas	Operador de Máquinas Categoria 1: Operador de Máquinas de Britador; Operador de Mesa Vibroacabadora; Máquina de Pintura de Faixas; Máquinas de fabricar meio-fio; Máquina de cortar asfalto; Rocadeira Tobata, Roçadeira de Pneu, Capinadeira, Operador de Usina de Asfalto.	Classe 6
	Operador de Máquinas Categoria 2: Retroescavadeira; Escavadeira Hidráulica; Motoniveladora; Trator de Lâmina; Carregadeira; Fresadora de Asfalto; Rolo Compactador; Vibroacabadora.	Classe 7
Limpeza e serviços leves.	Zelador; Faxineiro; Servente de Limpeza; Gari de Limpeza de Rua; Monitor de ônibus.	Classe 1
Horta, jardinagem e paisagismo.	Jardineiro.	Classe 1
Serviços fatigantes	Operador de Caldeira; Coveiro; Gari ou Caminhão; Merendeleiro; Moreiro; Espargidor de Asfalto; Auxiliar de Serviço Braçal (encarregado em realizar serviços de poda, capina, roçada, pintada de ensaibros).	Classe 3
Lavagem, lubrificação e abastecimento de veículos.	Lavador; Lubrificador; Frentista.	Classe 2
Telefonia	Telefonista.	Classe 2
Transporte de veículos	Motorista Categoria 1: Condutor de veículos que exijam CNH Categorias "B" ou "C".	Classe 5
	Motorista Categoria 2: Condutor de veículos que exijam CNH Categorias "D" ou "E".	Classe 6
Vigilância e segurança	Vigia; Segurança.	Classe 2
Auxiliar de Serviços Gerais	(Monitor de Ônibus; Contínuo; Auxiliar de Serviços Gerais (demais atividades não compreendidas nas classificações acima em nível operacional).	Classe 1

ASSISTENTE EM GESTÃO

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	Nº TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Assistente em Gestão	200	40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES

ATIVIDADES	FUNÇÕES
Atividades Administrativas	Assistente Administrativo; Secretária; Assistente Contábil; Assistente de Administração, Orçamento e Finanças Públicas; Assistente de Informações Técnicas, Culturais e Desportivas; Assistente de Assistência e Desenvolvimento Social.
Fiscalização	Fiscal de Tributos; Fiscal do Consumidor; Fiscal de Obras; Fiscal de Vigilância Sanitária; Fiscal de Limpeza Urbana.
Segurança do Serviço	Técnico em Segurança do Trabalho.
Edificações	Desenhista Técnico; Técnico em Edificações; Assistente do Desenvolvimento Urbano.
Agricultura e Meio Ambiente	Técnico Agrícola; Assistente de Desenvolvimento Ambiental
Topografia e Geoprocessamento	Topógrafo.
Informática	Assistente de Informática

TABELA DE VENCIMENTOS

NÍVEL	CLASSE DE VENCIMENTO
Médio	8
Técnico	9
Superior	10

ASSISTENTE EM SAÚDE

CARGOS MULTIFUNCIONAIS		
CARGO	Nº TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Assistente em Saúde	200	20 horas
		30 horas
		40 horas

SEGMENTO DE ATIVIDADES E FUNÇÕES

ATIVIDADES	FUNÇÕES
Enfermagem	Auxiliar de enfermagem.
	Técnico de enfermagem.
Farmácia	Auxiliar de farmácia.
	Técnico de farmácia.
Higiene dental	Auxiliar de higiene dental.
	Técnico de higiene dental.
Laboratório	Auxiliar de laboratório.
	Técnico de laboratório.
Vigilância em saúde	Auxiliar de saneamento.
	Técnico em Saneamento; Técnico em Alimentos.
Raio X	Técnico de Raio X.

TABELA DE VENCIMENTOS

Nível	Carga Horária	Classe de Vencimento
Médio	20 horas	11
Técnico	20 horas	12
Superior	20 horas	13
Médio	30 horas	14
Técnico	30 horas	15
Superior	30 horas	16

TABELA DE VENCIMENTOS – EXCLUSIVO TÉCNICO DE RAIO X

Técnico	20 horas	12
Superior	20 horas	13

CARGOS DE CURSO SUPERIOR

Nº TOTAL DE VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CLASSE DE VENCIMENTO
4	Administrador	40 horas	19
6	Advogado	40 horas	22
6	Arquiteto	40 horas	22
7	Assistente em Tecnologia da Informação	40 horas	19
20	Assistente Social	30 horas	19
10	Educador Social	30 horas	18
2	Economista	20 horas	17
8	Contador	40 horas	19
45	Enfermeiro	30 horas	19
		40 horas	21
3	Engenheiro Agrônomo	40 horas	19
2	Engenheiro Ambiental	40 horas	19
6	Engenheiro Civil	30 horas	22
15	Farmacêutico Bioquímico	20 horas	17
	Farmacêutico de Farmácia	40 horas	20
	Farmacêutico Industrial	40 horas	20
6	Fisioterapeuta	20 horas	17
8	Fonoaudiólogo	20 horas	17
150	Médico	20 horas	23
		30 horas	24
	Médico Plantonista	Plantão	26
		Plantão	27
	Médico Generalista. Médico Estratégia Saúde da Família.	30 horas	25
5	Médico Veterinário	30 horas	20
5	Nutricionista	20 horas	17
35	Odontólogo	20 horas	17
		40 horas	22
	Odontólogo com especialização	20 horas	19
20	Psicólogo	20 horas	17
2	Terapeuta Ocupacional	20 horas	17

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO MULTIFUNCIONAL
AGENTE DE APOIO

Classe I (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
754,12	769,20	784,58	799,57	814,45	829,52	845,01	859,70	874,78
9	10	11	12	13	14	15	16	17
889,66	904,91	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 2 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
791,81	807,65	823,45	839,32	855,18	870,99	886,83	902,66	918,50
9	10	11	12	13	14	15	16	17
934,34	950,17	965,01	981,84	997,68	1.013,52	1.029,35	1.045,19	1.061,03
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.076,83	1.092,70	1.108,52	1.124,37	1.140,21	1.156,04	1.171,88	1.187,72	1.203,55
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.219,39	1.235,22	1.251,06	1.266,90	1.282,73	1.298,57	1.314,40	1.330,24	1.346,08
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.361,91	1.377,75	1.393,59	1.409,42	1.425,26	1.441,09	1.456,93	1.472,77	1.488,60
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.504,44	1.520,28	1.536,11	1.551,95	1.567,78	1.583,62	1.599,46	1.615,29	1.631,13

Classe 3 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
887,83	884,57	901,92	919,96	938,61	953,55	971,30	988,64	1.005,99
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 4 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
935,33	954,10	972,81	991,51	1.010,22	1.028,93	1.047,64	1.066,34	1.085,05
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.103,76	1.122,47	1.141,18	1.159,88	1.178,59	1.197,30	1.216,01	1.234,71	1.253,42
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.272,13	1.290,84	1.309,55	1.328,26	1.346,96	1.365,67	1.384,38	1.403,09	1.421,79
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.440,50	1.459,21	1.477,92	1.496,62	1.515,33	1.534,04	1.552,75	1.571,46	1.590,16
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.608,87	1.627,58	1.646,29	1.664,99	1.683,70	1.702,41	1.721,12	1.739,83	1.758,53
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.777,24	1.795,95	1.814,66	1.833,36	1.852,07	1.870,78	1.889,49	1.908,20	1.926,90

Classe 5 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.000,55	1.020,56	1.040,68	1.060,69	1.080,70	1.100,72	1.120,73	1.140,74	1.160,75
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.180,77	1.200,78	1.220,79	1.240,81	1.260,82	1.280,83	1.300,85	1.320,86	1.340,87
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.360,88	1.380,90	1.400,91	1.420,92	1.440,94	1.460,95	1.480,96	1.500,98	1.520,99
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.541,00	1.561,01	1.581,03	1.601,04	1.621,05	1.641,07	1.661,08	1.681,09	1.701,11
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.721,12	1.741,13	1.761,14	1.781,16	1.801,17	1.821,18	1.841,20	1.861,21	1.881,22
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.901,24	1.921,25	1.941,26	1.961,27	1.981,29	2.001,30	2.021,31	2.041,33	2.061,34

Classe 6 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.055,91	1.087,23	1.108,55	1.129,85	1.151,18	1.172,50	1.193,82	1.215,14	1.236,46
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.257,77	1.279,09	1.300,41	1.321,73	1.343,05	1.364,36	1.385,68	1.407,00	1.428,32
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.449,64	1.470,96	1.492,27	1.513,59	1.534,91	1.556,23	1.577,55	1.598,87	1.620,18
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.641,50	1.662,82	1.684,14	1.705,46	1.726,77	1.748,09	1.769,41	1.790,73	1.812,05
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.833,37	1.854,68	1.876,00	1.897,32	1.918,64	1.939,96	1.961,27	1.982,59	2.003,91
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.025,23	2.046,55	2.067,87	2.089,18	2.110,50	2.131,82	2.153,14	2.174,46	2.195,77

Classe 7 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.134,07	1.156,75	1.179,43	1.202,11	1.224,80	1.247,48	1.270,16	1.292,84	1.315,52
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.338,20	1.360,88	1.383,57	1.406,25	1.428,93	1.451,61	1.474,29	1.496,97	1.519,65
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.542,34	1.565,02	1.587,70	1.610,38	1.633,06	1.655,74	1.678,42	1.701,11	1.723,79
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.746,47	1.769,15	1.791,83	1.814,51	1.837,19	1.859,87	1.882,56	1.905,24	1.927,92
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.950,60	1.973,28	1.995,96	2.018,64	2.041,33	2.064,01	2.086,69	2.109,37	2.132,05
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.154,73	2.177,41	2.200,10	2.222,78	2.245,46	2.268,14	2.290,82	2.313,50	2.336,18

CARGO MULTIFUNCIONAL
ASSISTENTE EM GESTÃO

Classe 8 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.548,44	1.568,55	1.588,66	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 9 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.156,30	1.179,43	1.202,56	1.225,69	1.248,80	1.271,93	1.295,06	1.318,18	1.341,31
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.780,70	1.803,83	1.826,96	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,59	1.965,71
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 10 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.503,18	1.533,24	1.563,31	1.593,37	1.623,43	1.653,50	1.683,56	1.713,63	1.743,69
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.773,75	1.803,82	1.833,88	1.863,94	1.894,01	1.924,07	1.954,13	1.984,20	2.014,26
18	19	20	21	22	23	24	25	26
2.044,32	2.074,39	2.104,45	2.134,52	2.164,58	2.194,64	2.224,71	2.254,77	2.284,83
27	28	29	30	31	32	33	34	35
2.314,90	2.344,96	2.375,02	2.405,09	2.435,15	2.465,22	2.495,28	2.525,34	2.555,41
36	37	38	39	40	41	42	43	44
2.585,47	2.615,53	2.645,60	2.675,66	2.705,72	2.735,79	2.765,85	2.795,91	2.825,98
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.856,04	2.886,11	2.916,17	2.946,23	2.976,30	3.006,36	3.036,42	3.066,49	3.096,55

CARGO MULTIFUNCIONAL
ASSISTENTE EM SAÚDE

Classe 11 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
783,12	799,20	784,28	799,37	814,45	829,53	844,61	859,70	874,78
9	10	11	12	13	14	15	16	17
889,86	904,94	920,03	935,11	950,19	965,27	980,36	995,44	1.010,52
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.025,60	1.040,69	1.055,77	1.070,85	1.085,93	1.101,02	1.116,10	1.131,18	1.146,26
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.161,34	1.176,43	1.191,51	1.206,59	1.221,67	1.236,76	1.251,84	1.266,92	1.282,00
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.297,09	1.312,17	1.327,25	1.342,33	1.357,42	1.372,50	1.387,58	1.402,66	1.417,75
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.432,83	1.447,91	1.462,99	1.478,08	1.493,16	1.508,24	1.523,32	1.538,40	1.553,49

Classe 12 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
807,23	884,57	901,92	919,26	936,61	953,95	971,30	988,64	1.005,99
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.023,33	1.040,68	1.058,02	1.075,37	1.092,71	1.110,05	1.127,40	1.144,74	1.162,09
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.179,43	1.196,78	1.214,12	1.231,47	1.248,81	1.266,16	1.283,50	1.300,85	1.318,19
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.335,53	1.352,88	1.370,22	1.387,57	1.404,91	1.422,26	1.439,60	1.456,95	1.474,29
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.491,64	1.508,98	1.526,32	1.543,67	1.561,01	1.578,36	1.595,70	1.613,05	1.630,39
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.647,74	1.665,08	1.682,43	1.699,77	1.717,12	1.734,46	1.751,80	1.769,15	1.786,49

Classe 13 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.127,99	1.149,94	1.172,49	1.195,03	1.217,56	1.240,13	1.262,68	1.285,22	1.307,77
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.330,32	1.352,87	1.375,42	1.397,96	1.420,51	1.443,06	1.465,61	1.488,15	1.510,70
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.533,25	1.555,80	1.578,34	1.600,89	1.623,44	1.645,99	1.668,53	1.691,08	1.713,63
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.736,18	1.758,73	1.781,28	1.803,82	1.826,37	1.848,92	1.871,47	1.894,02	1.916,56
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.939,11	1.961,66	1.984,21	2.006,75	2.029,30	2.051,85	2.074,40	2.096,95	2.119,49
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.142,04	2.164,59	2.187,14	2.209,68	2.232,23	2.254,78	2.277,33	2.299,88	2.322,42

Classe 14 - Nível Médio (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.005,48	1.025,59	1.045,70	1.065,81	1.085,92	1.106,03	1.126,14	1.146,25	1.166,36
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.186,47	1.206,58	1.226,69	1.246,80	1.266,90	1.287,01	1.307,12	1.327,23	1.347,34
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.367,45	1.387,56	1.407,67	1.427,78	1.447,89	1.468,00	1.488,11	1.508,22	1.528,33
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.548,44	1.568,55	1.588,65	1.608,77	1.628,88	1.648,99	1.669,10	1.689,21	1.709,32
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.729,43	1.749,54	1.769,64	1.789,75	1.809,86	1.829,97	1.850,08	1.870,19	1.890,30
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.910,41	1.930,52	1.950,63	1.970,74	1.990,85	2.010,96	2.031,07	2.051,18	2.071,29

Classe 15 - Nível Técnico (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.156,30	1.179,45	1.202,55	1.225,68	1.248,80	1.271,93	1.295,05	1.318,18	1.341,31
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.364,43	1.387,56	1.410,69	1.433,81	1.456,94	1.480,06	1.503,19	1.526,32	1.549,44
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.572,57	1.595,69	1.618,82	1.641,95	1.665,07	1.688,20	1.711,32	1.734,45	1.757,58
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.780,70	1.803,83	1.826,95	1.850,08	1.873,21	1.896,33	1.919,46	1.942,58	1.965,71
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.988,84	2.011,96	2.035,09	2.058,21	2.081,34	2.104,47	2.127,59	2.150,72	2.173,84
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.196,97	2.220,10	2.243,22	2.266,35	2.289,47	2.312,60	2.335,73	2.358,85	2.381,98

Classe 16 - Nível Superior (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.593,16	1.613,24	1.633,31	1.653,37	1.673,43	1.693,50	1.713,56	1.733,63	1.753,69
9	10	11	12	13	14	15	16	17
1.773,75	1.793,82	1.813,88	1.833,94	1.854,01	1.874,07	1.894,13	1.914,20	1.934,26
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.954,32	1.974,39	1.994,45	2.014,52	2.034,58	2.054,64	2.074,71	2.094,77	2.114,83
27	28	29	30	31	32	33	34	35
2.134,90	2.154,96	2.175,02	2.195,09	2.215,15	2.235,22	2.255,28	2.275,34	2.295,41
36	37	38	39	40	41	42	43	44
2.315,47	2.335,53	2.355,60	2.375,66	2.395,72	2.415,79	2.435,85	2.455,91	2.475,98
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.496,04	2.516,11	2.536,17	2.556,23	2.576,30	2.596,36	2.616,42	2.636,49	2.656,55

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO – 20h (vinte horas)
FISIOTERAPEUTA
FONOAUDIÓLOGO
NUTRICIONISTA
PSICÓLOGO
TERAPEUTA OCUPACIONAL
ODONTÓLOGO
BIOMÉDICO

Classe 17 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.825,71	1.847,22	1.868,74	1.890,25	1.911,77	1.933,28	1.954,80	1.976,31	1.997,82
9	10	11	12	13	14	15	16	17
2.019,34	2.040,85	2.062,37	2.083,88	2.105,40	2.126,91	2.148,42	2.169,94	2.191,45
18	19	20	21	22	23	24	25	26
2.212,97	2.234,48	2.256,00	2.277,51	2.299,02	2.320,54	2.342,05	2.363,57	2.385,08
27	28	29	30	31	32	33	34	35
2.406,60	2.428,11	2.449,62	2.471,14	2.492,65	2.514,17	2.535,68	2.557,19	2.578,71
36	37	38	39	40	41	42	43	44
2.600,22	2.621,74	2.643,25	2.664,76	2.686,28	2.707,79	2.729,31	2.750,82	2.772,33
45	46	47	48	49	50	51	52	53
2.793,85	2.815,36	2.836,88	2.858,39	2.879,91	2.901,42	2.922,93	2.944,45	2.965,96

EDUCADOR SOCIAL
ASSISTENTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ELETROTÉCNICO

Classe 18 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
1.935,79	1.958,51	2.013,22	2.051,94	2.090,66	2.129,37	2.168,09	2.206,80	2.245,52
9	10	11	12	13	14	15	16	17
2.284,23	2.322,95	2.361,66	2.400,38	2.439,10	2.477,81	2.516,53	2.555,24	2.593,96
18	19	20	21	22	23	24	25	26
2.632,67	2.671,39	2.710,11	2.748,82	2.787,54	2.826,25	2.864,97	2.903,69	2.942,40
27	28	29	30	31	32	33	34	35
2.981,12	3.019,83	3.058,55	3.097,26	3.135,98	3.174,70	3.213,41	3.252,13	3.290,84
36	37	38	39	40	41	42	43	44
3.329,56	3.368,27	3.406,99	3.445,71	3.484,42	3.523,14	3.561,85	3.600,57	3.639,29
45	46	47	48	49	50	51	52	53
3.678,00	3.716,72	3.755,43	3.794,15	3.832,86	3.871,58	3.910,30	3.949,01	3.987,73

ADMINISTRADOR
ASSISTENTE SOCIAL
CONTADOR
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ENFERMEIRO - 30h (trinta horas)
ODONTÓLOGO E ODODONTIA 20h
ODONTÓLOGO PACIENTES ESPECIAIS 20h
ODONTÓLOGO PERIODONTISTA 20h
ODONTÓLOGO PROTESISTA 20h
ODONTÓLOGO TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILO-FACIAL 20h

Classe 19 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
2.376,95	2.423,65	2.471,43	2.519,93	2.568,48	2.613,09	2.661,61	2.709,04	2.756,57
9	10	11	12	13	14	15	16	17
2.804,09	2.851,62	2.899,15	2.946,67	2.994,20	3.041,73	3.089,26	3.136,78	3.184,31
18	19	20	21	22	23	24	25	26
3.231,84	3.279,36	3.326,89	3.374,42	3.421,94	3.469,47	3.517,00	3.564,53	3.612,05
27	28	29	30	31	32	33	34	35
3.659,58	3.707,11	3.754,64	3.802,16	3.849,69	3.897,21	3.944,74	3.992,27	4.039,80
36	37	38	39	40	41	42	43	44
4.087,32	4.134,85	4.182,38	4.229,90	4.277,43	4.324,96	4.372,48	4.420,01	4.467,54
45	46	47	48	49	50	51	52	53
4.515,07	4.562,59	4.610,12	4.657,65	4.705,17	4.752,70	4.800,23	4.847,75	4.895,28

MÉDICO VETERINÁRIO
FARMACÊUTICO DE FARMÁCIA – 40h (quarenta horas)
FARMACÊUTICO INDUSTRIAL – 40h (quarenta horas)

Classe 20 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
2.589,59	2.630,72	2.672,10	2.720,49	2.774,93	2.826,26	2.877,65	2.929,04	2.980,42
9	10	11	12	13	14	15	16	17
3.031,81	3.083,20	3.134,58	3.185,97	3.237,36	3.288,74	3.340,13	3.391,52	3.442,90
18	19	20	21	22	23	24	25	26
3.494,29	3.545,68	3.597,06	3.648,45	3.699,84	3.751,22	3.802,61	3.854,00	3.905,38
27	28	29	30	31	32	33	34	35
3.956,77	4.008,15	4.059,54	4.110,93	4.162,31	4.213,70	4.265,09	4.316,47	4.367,86
36	37	38	39	40	41	42	43	44
4.419,25	4.470,63	4.522,02	4.573,41	4.624,79	4.676,18	4.727,57	4.778,95	4.830,34
45	46	47	48	49	50	51	52	53
4.881,73	4.933,11	4.984,50	5.035,89	5.087,27	5.138,66	5.190,05	5.241,43	5.292,82

ENFERMEIRO ESF

Classe 21 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
3.188,47	3.231,84	3.286,21	3.338,58	3.421,95	3.485,32	3.548,69	3.612,06	3.675,43
9	10	11	12	13	14	15	16	17
3.738,79	3.802,16	3.865,53	3.928,90	3.992,27	4.055,64	4.119,01	4.182,38	4.245,75
18	19	20	21	22	23	24	25	26
4.309,12	4.372,49	4.435,86	4.499,23	4.562,60	4.625,97	4.689,34	4.752,71	4.816,07
27	28	29	30	31	32	33	34	35
4.879,44	4.942,81	5.006,18	5.069,55	5.132,92	5.196,29	5.259,66	5.323,03	5.386,40
36	37	38	39	40	41	42	43	44
5.449,77	5.513,14	5.576,51	5.639,88	5.703,25	5.766,62	5.829,98	5.893,35	5.956,72
45	46	47	48	49	50	51	52	53
6.020,09	6.083,46	6.146,83	6.210,20	6.273,57	6.336,94	6.400,31	6.463,68	6.527,05

ADVOGADO
ARQUITETO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
ENGENHEIRO CIVIL
ODONTÓLOGO 8H

Classe 22 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
3.651,43	3.724,46	3.797,49	3.870,52	3.943,54	4.016,57	4.089,60	4.162,63	4.235,66
9	10	11	12	13	14	15	16	17
4.308,69	4.381,72	4.454,74	4.527,77	4.600,80	4.673,83	4.746,86	4.819,89	4.892,92
18	19	20	21	22	23	24	25	26
4.965,94	5.038,97	5.112,00	5.185,03	5.258,06	5.331,09	5.404,12	5.477,15	5.550,17
27	28	29	30	31	32	33	34	35
5.623,20	5.696,23	5.769,26	5.842,29	5.915,32	5.988,35	6.061,37	6.134,40	6.207,43
36	37	38	39	40	41	42	43	44
6.280,46	6.353,49	6.426,52	6.499,55	6.572,57	6.645,60	6.718,63	6.791,66	6.864,69
45	46	47	48	49	50	51	52	53
6.937,72	7.010,75	7.083,77	7.156,80	7.229,83	7.302,86	7.375,89	7.448,92	7.521,95

MÉDICO – 20h (vinte horas)

Classe 23 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
5.600,24	5.712,24	5.824,25	5.936,25	6.048,26	6.160,26	6.272,27	6.384,27	6.496,28
9	10	11	12	13	14	15	16	17
6.608,28	6.720,29	6.832,29	6.944,30	7.056,30	7.168,31	7.280,31	7.392,32	7.504,32
18	19	20	21	22	23	24	25	26
7.616,33	7.728,33	7.840,34	7.952,34	8.064,35	8.176,35	8.288,36	8.400,36	8.512,36
27	28	29	30	31	32	33	34	35
8.624,37	8.736,37	8.848,38	8.960,38	9.072,39	9.184,39	9.296,40	9.408,40	9.520,41
36	37	38	39	40	41	42	43	44
9.632,41	9.744,42	9.856,42	9.968,43	10.080,43	10.192,44	10.304,44	10.416,45	10.528,45
45	46	47	48	49	50	51	52	53
10.640,46	10.752,46	10.864,47	10.976,47	11.088,48	11.200,48	11.312,48	11.424,49	11.536,49

MÉDICO – 30h (trinta horas)

Classe 24 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
8.400,37	8.568,38	8.736,38	8.904,39	9.072,40	9.240,41	9.408,41	9.576,42	9.744,43
9	10	11	12	13	14	15	16	17
9.912,44	10.080,44	10.248,45	10.416,46	10.584,47	10.752,47	10.920,48	11.088,49	11.256,50
18	19	20	21	22	23	24	25	26
11.424,50	11.592,51	11.760,52	11.928,53	12.096,53	12.264,54	12.432,55	12.600,56	12.768,56
27	28	29	30	31	32	33	34	35
12.936,57	13.104,58	13.272,58	13.440,59	13.608,60	13.776,61	13.944,61	14.112,62	14.280,63
36	37	38	39	40	41	42	43	44
14.448,64	14.616,64	14.784,65	14.952,66	15.120,67	15.288,67	15.456,68	15.624,69	15.792,70
45	46	47	48	49	50	51	52	53
15.960,70	16.128,71	16.296,72	16.464,73	16.632,73	16.800,74	16.968,75	17.136,75	17.304,76

MÉDICO ESF
MÉDICO GENERALISTA

Classe 25 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
11.200,50	11.424,51	11.648,52	11.872,53	12.096,54	12.320,55	12.544,56	12.768,57	12.992,58
9	10	11	12	13	14	15	16	17
13.216,59	13.440,60	13.664,61	13.888,62	14.112,63	14.336,64	14.560,65	14.784,66	15.008,67
18	19	20	21	22	23	24	25	26
15.232,68	15.456,69	15.680,70	15.904,71	16.128,72	16.352,73	16.576,74	16.800,75	17.024,76
27	28	29	30	31	32	33	34	35
17.248,77	17.472,78	17.696,79	17.920,80	18.144,81	18.368,82	18.592,83	18.816,84	19.040,85
36	37	38	39	40	41	42	43	44
19.264,86	19.488,87	19.712,88	19.936,89	20.160,90	20.384,91	20.608,92	20.832,93	21.056,94
45	46	47	48	49	50	51	52	53
21.280,95	21.504,96	21.728,97	21.952,98	22.176,99	22.401,00	22.625,01	22.849,02	23.073,03

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÃO DE 12 HORAS
EM DIAS DE SEMANA (DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA)

Classe 26 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
572,04	583,48	594,92	606,36	617,80	629,24	640,68	652,13	663,57
9	10	11	12	13	14	15	16	17
675,01	686,45	697,89	709,33	720,77	732,21	743,65	755,09	766,53
18	19	20	21	22	23	24	25	26
777,97	789,42	800,86	812,30	823,74	835,18	846,62	858,06	869,50
27	28	29	30	31	32	33	34	35
880,94	892,38	903,82	915,26	926,70	938,15	949,59	961,03	972,47
36	37	38	39	40	41	42	43	44
983,91	995,35	1.006,79	1.018,23	1.029,67	1.041,11	1.052,55	1.063,99	1.075,44
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.086,88	1.098,32	1.109,76	1.121,20	1.132,64	1.144,08	1.155,52	1.166,96	1.178,40

MÉDICO PLANTONISTA EM CLÍNICA MÉDICA
MÉDICO PLANTONISTA EM PEDIATRIA

POR PLANTÃO DE 12 HORAS
EM FINAL DE SEMANA (SÁBADOS E DOMINGOS) E FERIADOS

Classe 27 (Valores em R$)

Piso de Admissão	1	2	3	4	5	6	7	8
826,66	834,85	841,03	857,20	873,37	889,55	905,72	921,90	938,07
9	10	11	12	13	14	15	16	17
954,24	970,42	986,59	1.002,76	1.018,94	1.035,11	1.051,28	1.067,46	1.083,63
18	19	20	21	22	23	24	25	26
1.099,80	1.115,98	1.132,15	1.148,33	1.164,50	1.180,67	1.196,85	1.213,02	1.229,19
27	28	29	30	31	32	33	34	35
1.245,37	1.261,54	1.277,71	1.293,89	1.310,06	1.326,24	1.342,41	1.358,58	1.374,76
36	37	38	39	40	41	42	43	44
1.390,93	1.407,10	1.423,28	1.439,45	1.455,62	1.471,80	1.487,97	1.504,14	1.520,32
45	46	47	48	49	50	51	52	53
1.536,49	1.552,67	1.568,84	1.585,01	1.601,19	1.617,36	1.633,53	1.649,71	1.665,88

ANEXO III
TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO DOS CARGOS
CARGOS MULTIFUNCIONAIS

CARGOS DA ESTRUTURA ATUAL	CARGO EQUIVALENTE NA ESTRUTURA ANTERIOR
Agente de Apoio	Agente de Trânsito; Agente Social; Auxiliar de Cozinha; Auxiliar de Educação Infantil I; Auxiliar de Educação Infantil II; Auxiliar de Serviços Gerais; Borracheiro; Carpinteiro; Coveiro; Chapeador; Cozinheira; Eletricista; Faxineiro; Frentista; Gari; Gari de Caminhão; Jardineiro; Instrutor de Aprendizagem Industrial; Mãe Social; Marceneiro; Marcocio; Marteleteiro; Mecânico de Manutenção Geral; Merendeira; Mestre de Obras; Motorista I; Motorista II; Operador de Caldeira; Operador de Britador; Operador de Maquinas Rodoviárias I; Operador de Máquinas Rodoviárias II; Pedreiro; Pintor; Servente; Soldador; Telefonista; Vigia; Zelador de Edifício
Assistente em Gestão	Assistente Administrativo I; Assistente Administrativo II; Assistente Administrativo III; Assistente de Informática; Auxiliar Administrativo; Contínuo; Desenhista; Fiscal de Limpeza Pública; Fiscal de Tributos, Fiscal em Edificações; Secretária; Secretária de Gabinete; Técnico Agrícola; Técnico Contábil, Técnico em Enfermagem do Trabalho; Técnico em Segurança do Trabalho; Tesoureiro; Topógrafo.
Assistente em Saúde	Auxiliar de Enfermagem; Auxiliar de Laboratório; Auxiliar de Saneamento; Auxiliar do Enfermagem ESF, Auxiliar de Farmácia; Auxiliar de Higiene Dental; Auxiliar de Higiene Dental SB; Inspetor de Saneamento; Técnico em Higiene Dental SB; Técnico de Enfermagem; Técnico de Laboratório; Técnico em Alimentos; Técnico de Raio X; Técnico em Higiene Dental.

ANEXO III
TABELA DE EQUIVALÊNCIA PARA ENQUADRAMENTO DOS CARGOS (Continuação)
CARGOS DE CURSO SUPERIOR

CARGOS DA ESTRUTURA ATUAL	CARGO EQUIVALENTE NA ESTRUTURA ANTERIOR
Administrador	Administrador
Advogado	Advogado
Procurador	Advogado
Arquiteto	Arquiteto
Biomédico	Biomédico
Assistente Social	Assistente Social
Contador	Contador
Educador Social	Educador Social
Enfermeiro	Enfermeiro – 30h
Enfermeiro	Enfermeiro ESF
Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil	Engenheiro Civil
Farmacêutico	Farmacêutico Bioquímico
Farmacêutico	Farmacêutico de Farmacia
Farmacêutico	Farmacêutico Industrial
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo
Assistente em Tecnologia da Informação	Gerente de Informática
Médico	Médico – 30h
Médico	Médico Ambulatorial – 20h
Médico	Médico ESF
Médico	Médico Generalista
Médico	Médico Plantonista
Médico Veterinário	Médico Veterinário
Nutricionista	Nutricionista
Odontólogo	Odontólogo
Odontólogo	Odontólogo Endodontia
Odontólogo	Odontólogo Pacientes Especiais
Odontólogo	Odontólogo Periodontista
Odontólogo	Odontólogo Protesista
Odontólogo	Odontólogo SB
Odontólogo	Odontólogo Traumatologista Bucomaxiofacial
Psicólogo	Psicólogo
Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PORTARIA Nº. 045/2012

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Parana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Artigo 1º - REVOGAR, a Portaria nº. 044/2012, com data de 03/04/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Parana, em 04 de abril de 2012.

CARLOS OLNEZ DALCIM
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Em 04/04/2012

PORTARIA Nº. 046/2012

CARLOS OLNEZ DALCIM, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77 item II da Lei Orgânica do Município, Resolve:

Artigo 1º -. REVOGAR, a Função Gratificada concedida ao Servidor Público Municipal, Senhor JORGE DA SILVA, Matrícula Funcional 2534-1, a partir de 04 de abril de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº. 089/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 04 de Abril de 2012.

CARLOS OLNEZ DALCIM
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
Em 04/04/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR

PORTARIA Nº. 291

O Prefeito Municipal de Pato Branco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO:

Protocolo 2012/4/301907

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, RODRIGO JOSÉ CORREIA, do Cargo de Chefe da Divisão de Políticas Habitacionais, SIMBOLO CC4, Secretaria de Ação Social e Cidadania, a partir de 05 de abril de 2012.

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 03 de abril de 2012.

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 292

O Prefeito Municipal de Pato Branco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO:

Protocolo 2012/4/301926

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, LEUNIRA VIGANÓ TESSER, do Cargo de Secretária Municipal de Agricultura, partir de 04 de abril de 2012.

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 04 de abril de 2012.

Roberto Viganó
Prefeito Municipal

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2012 COM OS REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL E SERVIDORES MUNICIPAIS

Assunto: "Projeto de Lei nº 74/2012, Mensagem 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco."

Aos 30 (trinta) dias do mês de março de 2012, com início às 16 (treze) horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Ararigbóia, nº 491; reunião com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 74/2012, Mensagem 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco. Presentes os vereadores: Arilde Terezinha Brum Longhi - PRB, Claudemir Zanco - PSD, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Luiz Augusto Silva - PSD, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PR, Valmir Tasca - DEM e Vilmar Maccari - PDT. Presentes Luciano Beltrame, Procurador Legislativo e José Renato Monteiro do Rosário, Assessor Jurídico. Presentes os representantes do Executivo Municipal: Lucas Schenato, Assessor Jurídico II; Alcides Benato, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Wilson Rogério Braun, Médico Veterinário; Mauro José Sbarain, Secretário Municipal de Administração e Finanças; Ademilson Candido Silva, Diretor do Departamento de Recursos Humanos. Presentes também: Luis Guinorvan de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários e Clóvis Gresele, Presidente da Associação dos Funcionários Municipais. Anexamos lista de presença, contendo assinatura dos demais presentes nesta reunião. Para dar início à reunião, o vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, informou que o objetivo da Câmara Municipal é favorecer o diálogo para que todos possam discutir questões de interesse público. Em seguida, o vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, deu a palavra ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Ademilson Candido Silva, que iniciou seu pronunciamento através de um demonstrativo, onde foi elaborado um comparativo do plano anterior com a nova conjuntura do que está sendo proposto no Projeto de Lei nº 74/2012, que encontra-se anexo ao referido projeto. Manifestou-se Edinia S. Burile, Chefe da Vigilância Sanitária de Pato Branco, solicitando um adicional por atuação específica em proteção a saúde pública, com incentivo de percentual de 100% (cem por cento) nos proventos, conforme ofício nº 25/VISA/2012, protocolado nesta Casa de Leis neste dia 30 de março de 2012. Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que seria necessário fazer uma emenda aditiva no projeto. O vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, articulou que pode ser discutido. Também manifestou-se a representante dos Fiscais de Tributos da Prefeitura, sugerindo a alteração do salário-base dos fiscais. Em resposta, o Ademilson Candido Silva, informou que se o servidor tiver nível superior, poderá aumentar em até 50 % (cinquenta por cento) os seus vencimentos.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 131
Visto

O vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, ressaltou que no Art. 11 está especificado que com qualquer titulação o servidor encaixa na progressão diagonal, sendo assim terá direito a subir de nível. O vereador Claudemir Zanco - PSD, informou que estará apresentando uma emenda aditiva para que o plano possa sofrer alterações anualmente. O vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, teceu comentário sobre a questão de servidores que pertencem a conselhos municipais e não são remunerados, sugerindo a possibilidade de conceder gratificações aos servidores municipais que fazer parte dos referidos conselhos. Em resposta, Lucas Schenato, Assessor Jurídico II, informou que legalmente não é possível, considerando que o conselho é composto por voluntariado, no entanto, será feito uma analise pelo departamento jurídico. Houve questionamentos referente a possibilidade de extensão da licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, para 180 (cento e oitenta) dias, focando especificamente o interesse às funcionárias do Município de Pato Branco. O vereador Nelson Bertani - PDT informou que isso depende da criação de uma lei pelo Executivo Municipal. Edinia S. Burile solicitou maiores esclarecimentos quanto a questão dos atestados médicos, especificando qual tipo de atestado está incluso. Comentou sobre a progressão vertical, salientando o baixo valor concedido ao servidor quando este subir de nível. Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que a questão sobre os atestados médicos será revista e o jurídico da Câmara irá propor a supressão deste artigo. Sobre as progressões, informou que esse cálculo servirá também para aposentadoria, dessa forma a longo prazo será muito bom para os funcionários. Manifestou-se a representante das merendeiras municipais, solicitando um número maior de merendeiras na escolas municipais. Em resposta, Alcides Benato, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, informou que nesta semana foi autorizado o chamamento de novas merendeiras para suprir a demanda. O vereador Valmir Tasca - DEM, ressaltou a necessidade de se fazer as emendas em consenso com Executivo Municipal para que o Prefeito Roberto Salvador Viganó não vete as mesmas, o que impossibilitaria a aprovação do plano este ano, considerando a lei eleitoral. Neste momento, o Presidente vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, evidenciou que o objetivo desta reunião era de esclarecer dúvidas pessoais e pontuais, pois a intenção era ouvir os servidores e melhorar o que for possível neste novo plano. Com os questionamentos esclarecidos e nada mais a ser tratado, o Presidente Osmar Braun Sobrinho - PR, agradeceu a presença e a participação de todos. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata que depois de lida, será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

Pato Branco, 30 de março de 2012.

Osmar Braun Sobrinho
Presidente

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 132
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco – Estado do Paraná

Presentes na reunião referente ao PROJETO DE LEI Nº 74/2012, Mensagem nº 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, realizada dia 30 de março de 2012, às 16 horas, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal.

Nome	Assinatura
ALVINDO	
NILTON BARBOSA	
José Nelson Toledo	
Natal Bento	
Salete Gonçalves de Azevedo	
Leandro M. Soares Bertol	
Dirlei da Rosa Klipel	
José M. de Freitas	
Evaristo Gregorine	
João Cardoso Baier	
José Carlos Alves	
Luiz G. Oliveira	
Fernando Melo	
Maria Amabile P.M. Appelt	
Francyane Zech	
Angela Cubas	
Ehileu Rocha	
Marilde Santini	
Neri de Bona	

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 133
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco – Estado do Paraná

Presentes na reunião referente ao PROJETO DE LEI Nº 74/2012, Mensagem nº 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, realizada dia 30 de março de 2012, às 16 horas, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal.

Nome	Assinatura
EMERSON CARLOS MICHELIN	
Lola Marquardt	
Marines F. Dalpra	
Mônika Moreira Havelt	
Terezinha M. Furlaneto	
Sandra B. Smiderle	
Elaine Del Santi.	
Julli Belonatto	
Edivia Sandra Ruiz	
Kelen Aparecida Rossi	
Bernardete Ponzi Lodo	
Kátia Eliomara Trimeloni	
Elenice C. Smiderle	
Maria Maria Munslinger	
Márcia Regina Zanoello	
BERNADETE L. G. CORDEIRO	
Sandra Maria Scolaro	
Suzeti Maria de Oliveira	

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 134
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco – Estado do Paraná

Presentes na reunião referente ao PROJETO DE LEI N° 74/2012, Mensagem n° 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, realizada dia 30 de março de 2012, às 16 horas, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal.

Nome	Assinatura
Paulo R Tourillo	
JOEL PESSOA	
THAIS DALMOLIN	

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2012 COM OS REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: "Projeto de Lei nº 74/2012, Mensagem 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco."

Aos 30 (trinta) dias do mês de março de 2012, com início às 13 (treze) horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Ararigbóia, nº 491, reunião com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 74/2012, Mensagem 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco. Presentes os vereadores: Arilde Terezinha Brum Longhi - PRB, Claudemir Zanco - PSD, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Luiz Augusto Silva - PSD, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PR e Vilmar Maccari - PDT. O vereador Valmir Tasca - DEM, justificou sua ausência devido a motivos particulares. Presentes Luciano Beltrame, Procurador Legislativo e José Renato Monteiro do Rosário, Assessor Jurídico. Presentes os representantes do Executivo Municipal: Lucas Schenato, Assessor Jurídico II; Alcides Benato, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Wilson Rogério Braun, Médico Veterinário; Mauro José Sbarain, Secretário Municipal de Administração e Finanças; Ademilson Candido Silva, Diretor do Departamento de Recursos Humanos. Presentes também: Luis Guinorvan de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários. e Clóvis Gresele, Presidente da Associação dos Funcionários Municipais. Anexamos lista de presença, contendo assinatura dos demais presentes nesta reunião. Para dar início à reunião, o vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, informou que o objetivo da Câmara Municipal é favorecer o diálogo para que todos possam discutir questões de interesse público. Em seguida, o vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, deu a palavra ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Ademilson Candido Silva, que iniciou seu pronunciamento através de um demonstrativo, onde foi elaborado um comparativo do plano anterior com a nova conjuntura do que está sendo proposto no Projeto de Lei nº 74/2012, que encontra-se anexo ao referido projeto. Aberto aos questionamentos o Senhor Luis Guinorvan de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários, solicitou maiores esclarecimentos quanto a situação dos atestados médicos, e salientou a necessidade de fazer emenda, especificando qual tipo de atestado está incluso. Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que é para evitar e desincentivar o alto número de atestados médicos e faltas injustificadas, mas que isso pode ser incluso na regulamentação. O vereador Luiz Augusto Silva, levantou a questão sobre os profissionais que foram aprovados no concurso público para trabalharem 20 (vinte) horas, no entanto, devido a demanda passaram para a jornada semanal de 40 (quarenta) horas, como ficará essas situações e como será o enquadramento

Câmara Mun de Pato Branco Fls 136 Visto

nesse novo plano. Em resposta, o Ademilson Candido Silva, informou que esses servidores trabalharão as horas especificadas no edital em que prestaram o concurso. Houve questionamentos sobre o reenquadramento de funcionários, em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que o plano é multifuncional e é criado um cargo e dentro desse quadro existem as classes que os servidores podem ser reenquadrados. O vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB informou que na questão das progressões, apresentará uma emenda aditiva para os cursos de "stricto senso" serem contemplados também. O vereador Osmar Braun Sobrinho - PR questionou como será a reposição salarial dos servidores, qual índice será levado em conta. Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que é pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O vereador Luiz Augusto Silva - PSD indagou qual é o valor anual da folha de pagamento aos servidores e qual a previsão orçamentária para o novo plano. Em resposta, o Secretário Municipal de Administração e Finanças, Mauro José Sbarain, informou que a previsão orçamentária anual com gastos em pessoal passará de 37 % (trinta e sete por cento) para 41 % (quarenta e um por cento) do orçamento e salientou que o município suportará esse aumento. O Senhor Wilson Rogério Braun, Médico Veterinário, ressaltou que o principal objetivo do plano é dar um destino para a carreira do profissional e não somente o aumento salarial. O vereador Luiz Augusto Silva - PSD interrogou a questão previdenciária, se foi levado em conta esses custos. Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que esses custos já estão inclusos nesse impacto orçamentário. O vereador Claudemir Zanco - PSD, questionou como será feito os regulamentos constantes no Art. 36 e indagou se o plano poderá sofrer alterações anuais. Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que no plano consta vários regulamentos, mas para o enquadramento já consta na lei e o plano poderá ser alterado anualmente. O vereador Claudemir Zanco - PSD, perguntou se esta Casa de Leis aprovar o plano dentro do prazo que exige a lei eleitoral, quando o mesmo será colocado em prática pelo Executivo Municipal. Em resposta, Lucas Schenato, Assessor Jurídico II, informou que imediatamente assim que a lei for sancionada pelo Prefeito Roberto Salvador Viganó a lei entrará em vigor. O Senhor José Renato Monteiro do Rosário, Assessor Jurídico da Câmara Municipal, questionou sobre as progressões verticais e diagonais, citadas no Art. 11, salientando que a redação dá a entender que o servidor poderá usufruir das duas ao mesmo tempo e, sobre a tabela constante no anexo II, para que seja alterada a questão redacional, onde lê-se "nível I" para "piso admissional". Em resposta, o Ademilson Candido Silva informou que o servidor poderá ser beneficiado apenas por uma progressão e que a tabela poderá ser alterada tranquilamente. O Senhor Luciano Beltrame, Procurador Legislativo, solicitou que seja acrescentado a Seção IV, ao Capítulo II, do Projeto de Lei nº 74/2012, tratando de ascensão. O vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB questionou se tem algum servidor que não foi avaliado para subir de nível, tendo em vista queixas recorrentes de servidores municipais. Em resposta, o Ademilson Candido Silva, informou que atualmente não existem

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 137
Visto

servidores sem avaliação, e salientou que neste plano novo consta a data base do mês de outubro para ocorrerem as avaliações recorrentes do ano. Por fim, o Ademilson Candido Silva evidenciou que um grande ponto positivo deste plano é o conceito de cargo multifuncional. Ainda em tempo, o Senhor José Renato Monteiro do Rosário, sugeriu uma emenda modificativa ao caput do Art. 18, do Projeto de Lei nº 74/2012, passando a vigorar com a seguinte redação "Art. 18. Para efeito de promoção no serviço público, deverão ser adotados, dentre os fatores de avaliação de desempenho a seguir enumerados, os que sejam compatíveis com as funções desempenhadas pelo servidor." Com os questionamentos esclarecidos e nada mais a ser tratado, o presidente Osmar Braun Sobrinho - PR, agradeceu a presença e a participação de todos. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião. Lavramos a presente ata que depois de lida, será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

Pato Branco, 30 de março de 2012.

Osmar Braun Sobrinho
Presidente

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 130
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco – Estado do Paraná

Presentes na reunião referente ao PROJETO DE LEI Nº 74/2012, Mensagem nº 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, realizada dia 30 de março de 2012, às 13 horas, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal.

Nome	Assinatura
Luiz G. Oliveira	
LUCAS SCHENATO	
LAURINDO COSTA	
OSMAR BRANDSOB	
Alcides Bernardo	
Wilson Rogério Braun	
Mauro José Scanavini	
Ademilson C. Silva	
Luciano Beltrame	
José Renato Lui. Pereira	
BRUNO RAMPI MARCHIORO	
NELSON BORTOLI	
OLIVO SILVA	
CLÁUDIS GREGGIO	
Bernadete Pereira Costa	
Kelen Aparecida Rossi	
Kátia Savonare Tumelero	
Arilde Longhi	

Câmara Mun de Pato Branco
Fls. 139
Visto

Câmara Municipal de Pato Branco – Estado do Paraná

Presentes na reunião referente ao PROJETO DE LEI Nº 74/2012, Mensagem nº 59/2012, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco, realizada dia 30 de março de 2012, às 13 horas, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal.

Nome	Assinatura
Claudem	
Márcia Regina Lanaro	
Liliane Tessaro	
Clerici C. Smiderle	
Simone Forselini	
André B. Barão	
Guilherme Silveira	
Vilmar Marcon	

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 140
Visto

DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SÁBADO E DOMINGO, 8 E 9 DE SETEMBRO DE 2012 | ANO XXVII | NÚMERO 5574 | EDIÇÃO REGIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BANCO – ESTADO DO PARANÁ

ERRATA

Na publicação da Lei nº 3.812, de 4 de abril de 2012, edição nº 5445, de 25 de abril de 2012.

ONDE SE LÊ:

Art. 36 Para operacionalizar o PCCV dos Servidores Públicos Municipais, o Poder Executivo expedirá as seguintes regulamentações:

I – Manual de Cargos e Funções;

II – Regulamento Geral de Concurso Público;

III – Regulamento Especial de Avaliação de Desempenho;

IV – Regulamento Geral do Programa de Desenvolvimento de Pessoal;

IV – Regulamento para Concessão de Licença Especial;

V – Regulamento de Prioridades na Execução de Plantões Médicos;

VI – Regulamento Especial para Concessão de Gratificações.

LEIA-SE:

Art. 36 Para operacionalizar o PCCV dos Servidores Públicos Municipais, o Poder Executivo expedirá as seguintes regulamentações:

I – Manual de Cargos e Funções;

II – Regulamento Geral de Concurso Público;

III – Regulamento Especial de Avaliação de Desempenho;

IV – Regulamento Geral do Programa de Desenvolvimento de Pessoal;

V – Regulamento para Concessão de Licença Especial;

VI – Regulamento de Prioridades na Execução de Plantões Médicos;

VII – Regulamento Especial para Concessão de Gratificações.

Câmara Mun de Pato Branco
Fls 141
Visto

PROJETO DE LEI Nº 74/2012

MENSAGEM Nº 59/2012

RECEBIDA EM: 28 de março de 2012

Nº DO PROJETO: 74/2012

SÚMULA: Institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Pato Branco. (Denominado PCCV, aplicado aos servidores efetivos municipais regidos pela Lei Municipal nº 1245, de 17 de setembro de 1993, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, exceto os servidores regidos pela Lei Municipal nº 3288, de 3 de dezembro de 2009, do quadro próprio do Magistério, revoga as leis nºs 1368/95, 1369/95, 1420/95, 2121/2001)

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 28 de março de 2012

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 30 de março de 2012
RELATOR: Claudemir Zanco – PSD

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 30 de março de 2012
RELATOR: Luiz Augusto Silva - PSD

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 02 de abril de 2012
RELATOR: Nelson Bertani – PDT

VOTAÇÃO NOMINAL

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 2 de abril de 2012
Aprovado com emendas, com 10 (dez) votos.
Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Luiz Augusto Silva – PSD, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William C. Pollonio Machado – PMDB.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 3 de abril de 2012
Aprovado com 10 (dez) votos.
Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PRB, Claudemir Zanco – PPS, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Luiz Augusto Silva – PSD, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William C. Pollonio Machado – PMDB.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 4 de abril de 2012

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 148/2012

Lei nº 3812, de 4 de abril de 2012.

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5445, de 5 de abril de 2012.
ERRATA PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5574, de 8 e 9 de setembro de 2012.